



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Programa de Educação em Emergência 2020-2021 financiado pela Parceria Global da Educação

Abril 2020, Esboço revisto

Conteúdo

1.	ELEGIBILIDADE	8
2.	CONTEXTO SOCIOECONÓMICO E POLÍTICO DE PAÍS	10
3.	RESUMO DO SECTOR DA EDUCAÇÃO	14
3.1	Sucessos chave	14
3.2	Desafios principais	15
4.	CONTEXTO DA EDUCAÇÃO EM EMERGÊNCIA	18
5.	FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS: DEFINIÇÃO DE PRIORIDADES POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS-CHAVE 26	26
6.	CONCEPÇÃO DE PROGRAMA	26
	VISÃO	28
	MISSÃO	28
	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	28
7.	DISPOSIÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO E RESPONSABILIDADES	32
8.	MECANISMOS DE MONITORIA E AVALIAÇÃO	34
9.	IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS E MEDIDAS PARA MITIGAÇÃO	36
10.	SUSTENTABILIDADE	37
11.	PLANOS DE ACÇÃO	38
11.1.	MANTER E MELHORAR O ACESSO AO ENSINO NAS EMERGÊNCIAS	38
11.1.1	REABILITAR E RECONSTRUIR SALAS DE AULA DANIFICADAS COM INSTALAÇÕES ASH SENSÍVEIS AO GÉNERO 38	38
11.1.2.	PROPORCIONAR ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA CRIANÇAS NAS ÁREAS AFECTADAS E IDENTIFICADAS PELO DNUSE, DPEDH E SDEJT.	44
11.1.3	AJUDAR AS CRIANÇAS NAS ÁREAS AFECTADAS E IDENTIFICADAS POR APOIO DIRETO A ESCOLAS (ADE) 49	49
11.1.4.	FORNECER OS KITS DE HIGIENE PARA AS RAPARIGAS	54
11.2	MANTER E MELHORAR A QUALIDADE DE ENSINO	59
11.2.1	TREINAR FORMADORES E PROFESSORES EM EeE, RRD E AP	59
11.4.	FORTELECER SISTEMAS E PROCESSOS INTERNOS DE COORDENAÇÃO, GESTÃO, MONITORIA E AVALIAÇÃO DA EeE	64
11.4.1	REALIZAR REUNIÕES DE GRUPOS DA COORDENAÇÃO DE EeE A NÍVEL NACIONAL E PROVINCIAL.....	64
11.4.2	FORMAR O PESSOAL SELECIONADO DE MINEDH, DPEDH E SDEJT NA RECOLHA, ACTUALIZAÇÃO, ANÁLISE, E APRESENTAÇÃO DE DADOS SOBRE EeE.....	65
11.4.3	Formar o pessoal seleccionado de MINEDH, DPEDH e SDEJT e de parceiros na área de construção resiliente.....	67
11.4.4	FORMAR OS CONSELHOS DE ESCOLA NA MANUTENÇÃO DE ESCOLA E MATERIAIS E EQUIPAMENTO ESCOLARES 68	68
11.4.5	CONTINUAR ACELERAR A RESPOSTA E RECUPERAÇÃO DA EMERGÊNCIA SOBRETUDO NA ÁREA DE REABILITAÇÃO E RECONSTRUÇÃO	69
11.4.6	ORGANIZAR VISITAS DE MONITORIA	70
11.4.7	ORGANIZAR 2 REUNIÕES DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS	71

11.4. ORÇAMENTO GERAL (POS-CICLONES).....	73
12. RESPOSTA AO COVID-19 NO SECTOR DE EDUCAÇÃO	74
I. CONTEXTO GERAL.....	74
Contexto no sector de Educação	75
II. OBJECTIVO PRINCIPAL E OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	76
III. RESULTADOS ESPERADOS E INDICADORES DE RESULTADO.....	77
IV. ESTRATÉGIAS PRINCIPAIS.....	77
VI. ACTIVIDADES.....	77
VI. PERÍODO DA IMPLEMENTAÇÃO	81
VII. ORÇAMENTO	82
Orçamento e plano detalhada.....	83
Orçamento geral.....	84
BIBLIOGRAFIA	85

ACRÓNIMOS

ADE: Apoio Directo as Escolas

ANPD (PDNA): Avaliação de Necessidades Pós Desastre

AP (PSS): Apoio Psicossocial

ASH: Agua, Saneamento e Higiene

BM: Banco Mundial

CFI: Classificação de Fase Integrada

DAF: Direcção de Administração e Financas

DAT: Direcção de Assuntos Transversais

DIEE: Direcção da Infraestrutura e Equipamento Escolar

DINEP: Direcção Nacional de Ensino Primário

DINES: Direcção Nacional de Ensino Secundário

DIPLAC: Direcção de Planificação e Cooperação

DNUSE: Departamento de Nutrição e Saude Escolar

DPEDH: Direcção Provincial de Educação e Desenvolvimento Humano

EA: Educação de Adultos

EeE (EiE): Educação em situações de Emergências

EFA/EPT: Educação para Todos

ENPP(ECW): Educação Não Pode Parar (Esperar?)

EP: Ensino Primário

EPE: Educação Pré-Escolar

ES: Ensino Secundário

ETA (TLS): Espaço Temporário de Aprendizagem

FCRE (CERF): Fundo Central da Resposta a Emergência

GCEeE: Grupo da Coordenação de EeE Moçambique

GLE (LEG): Grupo Local de Educação

GNUCAH (UNOCHA): Gabinete de Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários

INAE: Inspeção Nacional de Atividades Econômicas

INGC (NIDM): Instituto Nacional da Gestão de Calamidades

MINEDH: Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano

MRR (CFM): Mecanismo de Reclamações e Respostas

OE: Orçamento do Estado

OIM (IOM): Organização Internacional de Migração

ONG (NGO): Organização Não Governamental

ONU(UN): Organização das Nações Unidas

OSC: Organizações da Sociedade civil (OSC).

PDI (IDP): Pessoas Deslocadas Internamente

PEAS (PSEA): Protecção contra Exploração e Abuso Sexual

PEBE: Plano de Emergência Básico para a Escola

PEE (ESP): Plano Estratégico da Educação

PEeE: Programa de Educação em Emergência

PGE: Parceria Global para a Educação

PIB: Produto Interno Bruto

PMA (WFP): Programa Mundial da Alimentação

PNUD (UNDP): Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PREPOC: Programa de Reconstrução e Recuperação Pós Ciclones

PRH (HRP): Plano de Resposta Humanitária

PRONAE: Projecto Nacional da Nutrição Escolar

PSP (PFA): Primeiros Socorros Psicológicos

RDS (SDR): Revisão de Dados Secundários

RDS (SDR): Revisão de Dados Secundários

RIL: Reservas Internacionais Líquidas

RRD (DRR): Redução de Riscos de Desastre

SDEJT: Serviços Distritais de Educação Juventude e Tecnologia

SETSAN: Secretaria Técnica de Segurança Alimentar e Nutrição

SGIE (EMIS): Sistema da Gestão de Informação de Educação

SNE: Sistema Nacional da Educação

SRR (CFM): Sistema de Reclamações e Resposta TDF (DCT): Transferências Diretas de Fundos

UCEE: Unidade de Construções e Equipamentos Escolares (provincial)

UNICEF: Fundo das Nações Unidas para a Infância

ZIP: Zona de Influência Pedagógica

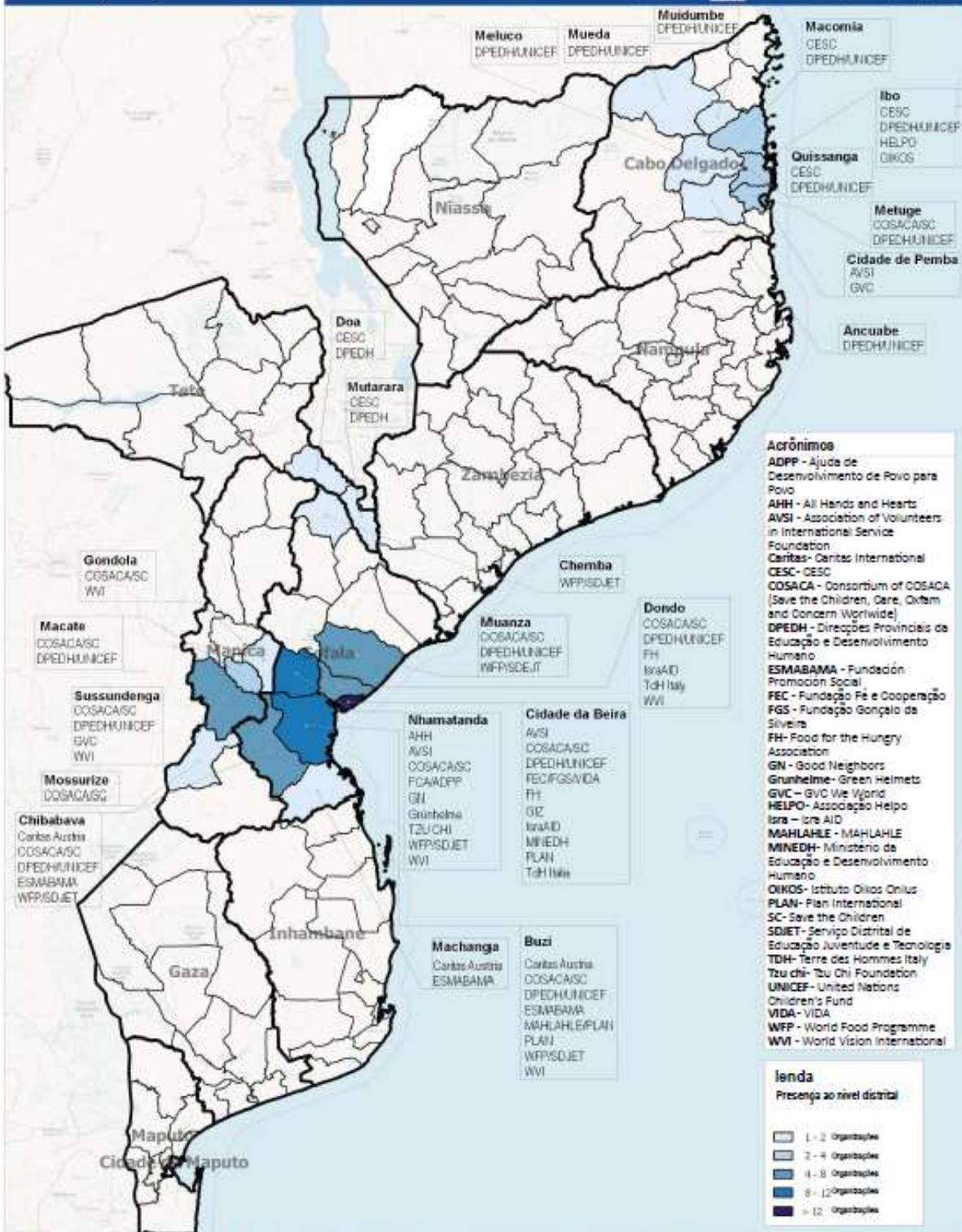
MOÇAMBIQUE: Ciclone Idai e Kenneth Response

Presença Operacional



Grupo de Coordenação de Educação em Emergência Moçambique

Atualizado em 21 de Janeiro de 2020



As designações empregadas e a apresentação das informações contidas neste mapa não implicam a expressão de qualquer opinião por parte do Cluster Educacional sobre o status legal de qualquer país, território ou área ou de suas autoridades, ou sobre a delimitação de suas fronteiras ou limites. Fontes: HDX para limites administrativos, OpenStreetMap para cartografia de base, SW (query, o que, onde, quando e a quem) enviado pelas parcerias de implementação para a presença da organização no nível do distrito. Mapa orientado para o norte na escala 1:1.500.000.

1. ELEGIBILIDADE

Contexto geral da emergência

A escassez de chuvas que caracterizou a chuvosa de janeiro a março de 2019 em províncias do sul (Maputo, Gaza e Inhambane) causou perdas agrícolas substanciais, cujos efeitos espera-se que prolongem até a próxima colheita principal de 2020. Ainda no mesmo ano, 2019, Moçambique pela primeira vez na história, foi atingido por dois fortes ciclones tropicais atingiram em menos de dois meses, deixando um rastro de morte, dano e destruição cujos impactos serão sentidos até 2020. O ciclone Idai atingiu o solo em Março de 2019 perto da cidade da Beira na província de Sofala, trazendo ventos fortes e chuvas torrenciais nas províncias de Sofala, Zambézia, Tete e Manica. Seis semanas depois, o ciclone Kenneth atingiu as províncias do norte de Cabo Delgado e Nampula. No total os dois ciclones mataram pelo menos 648 pessoas (45 mortes devido a ao ciclone Kenneth e 603 devido ao ciclone Idai); feriram quase 1.700 pessoas; danificaram ou destruíram mais de 277.700 casas.

No sector de educação os ciclones afectaram um total de 31 pré-escolas, 1,306 escolas primárias, 26 escolas secundárias, 11 escolas técnicas, três universidades, totalizando 4.222 salas de aula que ficaram totalmente ou parcialmente destruídas.

Em Cabo Delgado, estima-se que aproximadamente 60.000 pessoas afectadas e ou deslocadas devido a insegurança desde Outubro de 2017, que se caracterizam por ataques a aldeias por grupos malfeitores e confrontos entre forças de segurança e estes grupos. Para pessoas nas aldeias anteriormente afectadas pela violência, o ciclone tropical Kenneth representou uma crise em cima de outra crise¹.

As implicações principais²

Choques múltiplos e consecutivos, incluindo secas, ciclones, inundações e insegurança, deixaram cerca de 2,5 milhões de pessoas - quase 10% da população do país - necessitando de assistência para salvar vidas e criar resiliência em Moçambique

Mais de 1,6 milhão de pessoas sofrem de insegurança alimentar grave, e estima-se que esse número tenha aumentado para 2 milhões de pessoas durante o período chuvoso (Outubro de 2019 a Março de 2020).

Prevê-se que a desnutrição aumente durante a estação seca de 2019/2020 e, pela primeira vez desde 2001, foram relatados casos de pelagra (deficiência de vitamina B3) em Moçambique. Até o momento, mais de 250 casos foram confirmados e o Ministério da Saúde está a preparar se para atender mais de 3600 casos nos próximos meses.

Os ciclones exacerbaram significativamente os riscos de proteção pré-existentes, incluindo preocupações com a proteção da criança, violência sexual e de gênero, perda de documentação pessoal e questões relacionadas aos direitos de terra e propriedade.

Três meses após o ciclone, quatro meses antes do próximo período chuvoso, mais de meio milhão de pessoas (100.000 famílias) ainda viviam em casas destruídas ou danificadas ou em abrigos improvisados. O acesso aos serviços de saúde foi severamente afectado pelos ciclones Idai e Kenneth, com pelo menos 94 centros de saúde danificados.

¹ OCHA, Plano de Resposta Humanitária, Novembro 2018-Maio 2020, revisto em Agosto 2019

² OCHA, Plano de Resposta Humanitária, Novembro 2018-Maio 2020, revisto em Agosto 2019

Alem disso, a pandemia do novo Coronavirus (COVID-19) esta a afectar a Moçambique, com o impacto enorme sobre o sistema de educação. A 30 de Janeiro de 2020, o Director Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de COVID-19 uma emergência de saúde pública internacional (PHEIC) de acordo com as Normas de Saúde Internacional (2005). Mais tarde a 11 de Março de 2020, o Director-Geral da OMS declarou o COVID-19 como uma pandemia. Até 30 de Março de 2020, a OMS reportou 693.224 casos confirmados de COVID-19 e 58.411 mortes em 179 países, áreas ou territórios. Moçambique reportou o seu primeiro caso confirmado de COVID-19 a 22 de Março. Todas escolas e universidades foram encerradas a partir de 23 de Março, suspenso a educação ao total de 8,556,761 alunos/estudantes no volta das 14,970 escolas do país. No dia 1 de Abril o país de Moçambique está num estado de emergência.

Estas crises consecutivas também tiveram e continuar ter um impacto negativo no acesso e qualidade da educação que foi interrompido por várias semanas. Acesso reduzido à água potável e práticas não recomendáveis de saneamento e higiene podem aumentar os riscos de doenças como COVID 19 e outras doenças transmitidas pela água e por vetores.

Alinhamento a estratégias nacionais para EeE

O MINEDH formulou uma estratégia em resposta ao Idai e Kenneth, 2019-2020³, e essa estratégia foi apresentada ao Conselho Técnico (29-10-2019) e ao Conselho Consultivo (5-2-2020) para sua aprovação. O MINEDH aprovou a estratégia como base da coordenação, planificação, implementação e monitoria do planos ou programas na Educação em Emergência (EeE) com colaboração dos parceiros.. Esta estratégia está alinhada com as necessidades apresentadas no relatório da Avaliação de Necessidades Pós-Desastre (ANPD)⁴ e o Plano de Resposta Humanitário (PRH) 2018-2020. Além disso, está em elaboração uma estratégia de longo prazo para a EeE, alinhada com o período da implementação de Plano Estratégico da Educação (PEE), 2020-2029. Essa estratégia também inclui uma melhor preparação para emergências.

Esta proposta técnica para a Parceria Global da Educação (PGE) visa acelerar a resposta e a recuperação antecipada já em andamento sob liderança do MINEDH, implementar as actividades atrasadas e estender a assistência, em particular a áreas geográficas que ainda não receberam apoio adequado ou não receberam nenhum apoio. Esta proposta também incluirá um plano de preparação e resposta para COVID 19.

Até a data, o total estimado em termos de danos e perdas e as necessidades da recuperação por causa de Idai e Kenneth é de 122,3 milhões de dólares⁵. O MINEDH, em colaboração com o GCEeE, conseguiu mobilizar US \$ 64.769.469, o que significa que ainda existe um défice de US \$ 57.530.531. No entanto, o financiamento mobilizado através de CERF (Fundo Coordenado de Resposta a Emergências) é de apenas US \$ 1,6 milhão.

Seleção da Agência para a Gestão de Subvenção de PGE

O MINEDH teve algumas reuniões para explicar o processo da seleção de agência responsável pela gestão de subvenção acelerada de PGE para um programa de EeE. Primeiro, durante a missão de PGE na semana 3-7 Fevereiro 2020 no dia 5 de fevereiro com o Grupo da Coordenação EeE (GCEeE/education cluster) e no dia 6 de fevereiro com o Grupo Local da Educação. O MINEDH

³ MINEDH, Estratégia de Educação para a resposta e recuperação de emergências Idai e Kenneth, 2019-2020, fevereiro 2020

⁴ Gabinete de Reconstrução, Moçambique Ciclone Idai, Avaliação de Necessidades Pós Desastre, Maio 2019

⁵ Gabinete de Reconstrução, Moçambique Ciclone Idai, Avaliação de Necessidades Pós Desastre, Maio 2019

selecionou o Banco Mundial (BM) e UNICEF como agências de gestão da Subvenção de PGE. Os critérios foram os seguintes:

- ser membro de FASE
- ser capaz de demonstrar uma vasta experiência em EeE
- ter um acordo já assinado com a PGE ao nível da sede

Após o que seguiram conversações entre o BM e o UNICEF no mês de Fevereiro, o MINEDH teve um encontro com as duas agências incluído a agência de coordenação de GLE, a Embaixada da Finlândia, no dia 9 de Março para concordar sobre a agência para gerir os fundos acelerados do PGE. O MINEDH anunciou que o UNICEF seria a agência responsável pela gestão de subvenção acelerada no dia 19 de março 2020.

2. CONTEXTO SOCIOECONÓMICO E POLÍTICO DE PAÍS⁶

Moçambique alcançou a sua independência a 25 de Junho de 1975, tendo herdado uma taxa de analfabetismo de 93% (Comissão Nacional do Plano 1985), para além de acentuadas desigualdades socioeconómicas. As primeiras décadas de desenvolvimento foram caracterizadas por uma política de orientação socialista, mono partidária que levou às nacionalizações de quase toda a actividade económica. A guerra civil que se seguiu aos primeiros anos de independência, para além de destruir consideravelmente a infra-estrutura social e educacional, teve um efeito devastador sobre a população e, conseqüentemente, sobre a economia.

A paz, estabelecida em 1992, abriu caminho para as primeiras eleições livres e multipartidárias que se realizaram em 1994, permitindo a estabilização, a consolidação da paz, e a abertura da economia. Estes desenvolvimentos tiveram um profundo impacto no crescimento económico que, de 7% ao ano⁷ que se manteve até o ano de 2014. Contudo, de 2015 até 2018, o País tem registado um abrandamento do crescimento económico, como resultado do enorme fardo da dívida económica, da redução drástica da ajuda externa, da deterioração dos preços das matérias primas e ainda dos efeitos dos desastres naturais (ciclones, secas e cheias) que, regularmente, afectam o País.

Assim disso, a pandemia de Coronavírus chega a Moçambique numa altura que é precedida de anos de desempenho económico modesto - com crescimento real do PIB entre 2016 e 2019 (em média 3,4%) o que se afigura abaixo dos 8,8% registado entre 1996 e 2015. Em 2019 foi a primeira vez em duas décadas em se regista uma queda na renda per capita. A economia moçambicana estava começando a mostrar sinais de recuperação e o FMI projetava um crescimento do PIB em 6% para o ano de 2020 e acima de 9% para 2023 em diante, após o início das operações de exploração de Gás Natural Liquefeito (GNL) no norte do país. A pandemia de coronavírus irá certamente mudar essa perspectiva económica de curto e médio prazo e terá um impacto socioeconómico significativo em Moçambique.

Com uma população, em 2017, de cerca de 28 milhões de habitantes - dos quais 52% mulheres - e uma extensão territorial de 799.380 km², Moçambique é um País essencialmente rural com 33.5 habitantes por km². A população é maioritariamente jovem com 46,6% de pessoas entre os 0 aos 14 anos, 50,1% da faixa etária 15-64 anos e 3.3% de 65 anos em diante. Esta estrutura etária revela a necessidade de um investimento significativo no ensino primário. O crescimento populacional acelerado das últimas décadas, está associado a uma alta taxa de natalidade e a uma redução da mortalidade, especialmente

⁶ MINEDH, Plano Estratégico da Educação (PEE), 2020-2029, esboço 5, janeiro 2020, capítulo 1.1

⁷ World Bank (2018a) Strong but not Broadly Shared Growth. Mozambique - Poverty Assessment. April 2018. Poverty and Equity Global Practice. World Bank Group. Africa Region.

infantil. A taxa de fecundidade é de 5,2 filhos por mulher. Apesar de melhorias nos últimos anos, a esperança média de vida da população Moçambicana é ainda baixa (53,7 anos), sendo de 56,5 anos para mulheres e 51 anos para homens. As actuais taxas de crescimento populacional - de 2,8% ao ano - colocam uma enorme pressão sobre os serviços básicos, em particular, de educação e saúde, exigindo a canalização de mais recursos não só para manter, mas também, para melhorar a prestação de serviços⁸.

Ao longo das últimas décadas, registaram-se mudanças da estrutura rural/urbana do País, com um aumento significativo da população em centros urbanos que, segundo o Censo de 2017, representa 33,4% do total da população (por comparação com 28,6% em 1997). Do conjunto da população, 39% vive nas províncias de Nampula (5,8 milhões) e Zambézia (5,2 milhões). Na capital, Cidade de Maputo, vive apenas 4% da população (INE 2019). A maior parte da população (67%) está ocupada em actividades primárias, como a silvicultura, a pesca, a extracção mineira e, principalmente, a agricultura, sector que tem sido pouco produtivo devido, entre outros factores, o fraco investimento e os efeitos climáticos (secas, cheias). Desastres como Dineo, Idai, Kenneth resultaram em muitas infra-estruturas escolares danificadas que terão um impacto de longo prazo no acesso e na qualidade dos serviços escolares em muitas províncias.

A sociedade Moçambicana é uma sociedade multiétnica, multicultural, multilinguístico e multirreligiosa. A língua oficial é a Portuguesa, mas apenas cerca de 17% da população a tem como língua materna (INE 2019), o que representa um grande desafio para o sector educativo que tem o Português como a língua de instrução de cobertura nacional. Para responder a esta diversidade linguística, o Ensino Bilíngue é implementado em 109 distritos de todas as províncias, envolvendo 1.907 escolas, 4.045 professores e 237.958 alunos da 1ª à 7ª classe⁹. A Constituição da República estabelece que Moçambique é um Estado laico onde todos têm direito a praticar, ou não, uma religião. A convivência entre grupos religiosos tem sido um elemento positivo no desenvolvimento da identidade e de cidadania Moçambicana. Há uma grande diversidade religiosa no País. De acordo com o censo de 2017, as religiões mais professadas em Moçambique são a Católica (27,2%), Islâmica (18,9%), Zione/Sião (15,6%) e Evangélica (15,3%). Quinze por cento da população indica ausência de prática religiosa, existindo ainda outros grupos religiosos com menor representação.

Moçambique continua a ser um dos Países com menor índice de Desenvolvimento Humano, ocupando a posição 180 em 189 Países estudados (UNDP 2018). Em 2014, a percentagem da população que vivia abaixo do padrão internacional da pobreza (1,9 USD por dia) era de 62,9%, uma percentagem acima da média subsaariana de 41,1%. No entanto, esta medida baseada na capacidade de consumo não captura a multidimensionalidade deste fenómeno. As pessoas afectadas pela pobreza não se caracterizam apenas por ter baixo consumo, mas também por enfrentarem privações, como, por exemplo, a falta de educação, saúde, oportunidades de emprego e reduzido acesso a serviços básicos, como electricidade, água e saneamento. O País apresenta, ainda, fortes desigualdades sociais e económicas. O coeficiente de Gini é de 0,56, sendo possível que as disparidades aumentem com o desenvolvimento dos projectos de recursos energéticos se não existirem acções concretas e eficazes para as prevenir e corrigir.¹⁰

⁸ INE e MINEDH (2019) National Strategy for Development of Education Statistics 2019-2023. Draft Document

⁹ MINEDH (2019b) Relatório de desempenho do sector da educação 2018. Plano estratégico de educação, 20ª Reunião Anual de Revisão, 24 - 25 de Abril de 2019. Maputo: MINEDH.

¹⁰ World Bank (2018a) Strong but not Broadly Shared Growth. Mozambique - Poverty Assessment. April 2018. Poverty and Equity Global Practice. World Bank Group. Africa Region e World Bank (2018b) Poverty and Shared Prosperity 2018: Piecing Together the Poverty Puzzle. Washington, DC: World Bank.

Não obstante os esforços realizados nas últimas décadas, Moçambique regista uma elevada taxa de analfabetismo entre as pessoas com idade igual ou superior a 15 anos. Os dados do Censo de 2017 estimam que, nessa faixa etária, 39% da população Moçambicana não saiba ler nem escrever – sendo esta taxa de 49,4% entre as mulheres e 27,2% para os homens. A este respeito, há diferenças geográficas e de zona de residência assinaláveis. O analfabetismo entre mulheres está relacionado com a pobreza e tem um impacto significativo na educação das crianças, pois são as mulheres que assumem, maioritariamente, essa responsabilidade. O Inquérito Demográfico e de Saúde realizado em 2011, revela uma taxa de prevalência de subnutrição crónica moderada em crianças menores de 5 anos de 43% e de subnutrição grave de 20%¹¹. A agravar a este fenómeno, registam-se episódios de subnutrição aguda relacionados com os efeitos climáticos sobre a agricultura familiar (secas e cheias), os quais se repetem ciclicamente, e que contribuem para o fraco desempenho dos alunos e para a desistência escolar.

Outro aspecto relacionado com a saúde pública são os índices de prevalência do HIV/SIDA. Dados do ONUSIDA de 2018 indicam uma prevalência do HIV/SIDA de 12,6% para a população entre os 15 e os 49 anos, sendo as taxas para mulheres e homens, respectivamente, de 15,1% e 10,0%. Estima-se que cerca de 2,2 milhões de pessoas vivam com HIV/SIDA e que, aproximadamente, 900 mil crianças de 0 a 17 anos sejam órfãs devido ao HIV/SIDA¹². Existem variações regionais nas taxas de prevalência: a província de Gaza, apresenta a taxa mais alta (24%); e a província de Tete a mais baixa (5%). O conhecimento sobre a prevenção do HIV entre jovens de 15 a 24 anos é de 30,55%¹³.

Nos últimos 15 anos, a ajuda internacional apoiou de forma muito significativa o Orçamento do Estado (OE) moçambicano, tendo chegado a constituir mais de metade deste. Esta contribuição tem vindo, paulatinamente, a decrescer ao longo dos anos e, de forma mais acentuada, após a crise das “dívidas não declaradas”, contraídas pelo Governo de Moçambique sem a aprovação do Parlamento. Paralelamente, apesar do aumento da capacidade de recolha de receitas por parte do Governo, com o corte da ajuda externa, os OE dos últimos anos têm-se mostrado insuficientes para cobrir as actividades já em curso, facto que tem afectado a prestação de serviços públicos. A título de exemplo, nos últimos dois anos, contrataram-se menos professores primários do que o expectável por falta de financiamento. Outro factor que pode contribuir para piores resultados é a corrupção. A corrupção constitui uma preocupação no País em geral e no sector da educação em particular. O índice de percepção da corrupção em Moçambique é bastante alto e estudos mostram que uma grande proporção da população encontra situações de corrupção no seu dia-a-dia, incluindo nos serviços de educação.

Moçambique também é um dos países africanos mais vulneráveis aos desastres, devido nomeadamente à sua localização geográfica e nível de pobreza. Nos últimos 40 anos, a elevada frequência, alternância e intensidade de eventos climáticos extremos passou a constituir uma ameaça crescente ao desenvolvimento socioeconómico nacional. Anualmente, cerca de 60 por cento da população e aproximadamente 40 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) fica exposta a dois ou mais eventos extremos¹⁴. A Avaliação de Necessidades Pós Desastre (ANPD) relatou o dano total causado pelo Idai e Kenneth 1,4 bilhão de dólares, a perda, 1,38 bilhão de dólares) e os custos de recuperação

¹¹ INE, Ministério da Saúde, e ICF International (2013). Moçambique Inquérito Demográfico e de Saúde 2011. Calverton, Maryland, USA: MISAU, INE e ICFI.

¹² MINEDH (2018) Concept Note - Application for the Education Sector Plan Development Grant (2020-2029). December 2018: Maputo

¹³ ONUSIDA (2018) Country Factsheets. Mozambique 2018. UNAIDS. AIDS Info. Acessível em:

<https://www.unaids.org/es/regionscountries/countries/mozambique>

¹⁴ República de Moçambique, Conselho de Ministros, Plano anual de contingência, 2019-2020, 29-10-2019

em todos os sectores em 2,9 bilhões de dólares. Isto aconteceu num contexto pós-desastre e (socio)económico¹⁵ já frágil:

Produto Interno Bruto. De acordo com estimativas do INE, o PIB, em 2018, cresceu em 3,3%, em termos reais, após ter expandido sucessivamente em 6,6%, 3,8% e 3,7%, nos anos anteriores num contexto de procura interna ainda subjugada, a reflectir o efeito combinado da fraca capacidade financeira do Estado, aliado a restrições de acesso ao financiamento externo e uma política monetária ainda restritiva.

Conta corrente. Em 2018, o défice da conta corrente, exceptuando os grandes projectos situou-se em USD 3.902 milhões (28,3% do PIB, após 28,8 % em 2017), representando uma ligeira melhoria face ao período homólogo do ano anterior. Entretanto, em termos absolutos, o défice aumentou em USD 261 milhões, traduzindo, essencialmente, o incremento mais pronunciado das importações (USD 482 milhões) do que das exportações (USD 210 milhões) e a redução dos rendimentos secundários, com ênfase para as transferências unilaterais.

Conta financeira. Para o financiamento do défice da conta corrente em 2018, a economia moçambicana recebeu recursos externos no valor de USD 3.638 milhões (27% do PIB) valor que representa um acréscimo de USD 218,3 milhões face a igual período do ano anterior.

Redução das reservas internacionais líquidas (RIL) em 2018 devido ao pagamento da dívida externa pública e às vendas do BM no Mercado Cambial Interbancário para o Financiamento das importações. O saldo das reservas internacionais líquidas foi de USD 2.844 milhões em Dezembro de 2018, o correspondente a um desgaste anual de USD 218 milhões após a constituição de USD 1.335 milhões em 2017.

Resumindo, a nível do contexto político, económico e social, existem desafios que devem ser considerados na implementação de programa para EeE.

Estes desafios a nível do contexto constituem, igualmente, grandes oportunidades para o País. Se é verdade que o crescimento populacional e as limitações orçamentais pressionam por exemplo a oferta educativa, também é verdade que a melhoria dos índices de provisão equitativa de um ensino de qualidade, trará efeitos multiplicadores para a sociedade e para a formação de um mercado de trabalho jovem e dinâmico. Esta é uma oportunidade que pode impulsionar o actual processo de desenvolvimento nacional. É nesta perspectiva - de transformação dos desafios em oportunidades - que os programas de longo prazo como por exemplo o Plano Estratégico da Educação (PEE) 2020-2029 ou a Estratégia para Educação em Emergência são desenvolvidos, promovendo a introdução de estratégias credíveis, relevantes e pragmáticas.

¹⁵ Gabinete de Reconstrução, Moçambique Ciclone Idai, Avaliação de Necessidades Pós Desastre, páginas 178-181

3. RESUMO DO SECTOR DA EDUCAÇÃO

Na base de análise feito¹⁶ para preparar o PEE, 2020-2029, ser apresentados abaixo os sucessos chave e desafios principais¹⁷ nos últimos anos no sector da Educação.

3.1 Sucessos chave

Acesso

- A actual Lei do SNE, Lei N.º 18/2018, estabelece a Educação Pré-Escolar como um subsistema de educação. O financiamento à Educação Pré-Escolar no orçamento da educação está a aumentar, passando de 0,003% em 2013 a 0,04% em 2018
- No Ensino Primário os efectivos do subsistema duplicaram entre 2004 e 2018, com mais de 6,5 milhões de estudantes em 2018. Contudo, é necessário ter em conta a alta taxa de crescimento demográfico e a estrutura etária da população, com mais de metade em idade escolar.
- O aumento nos últimos anos no número de alunos no Ensino Secundário é um progresso. Mesmo assim, em 2015, dos alunos que concluíram o Ensino Primário, apenas 64% entraram para o secundário, uma das mais baixas percentagens da região da SADC.

Equidade

- Nos últimos anos registaram-se avanços importantes na promoção da equidade no acesso e participação na educação, com enfoque para a rapariga
- O equilíbrio de género está a melhorar. Por exemplo, no EP1 48% dos estudantes eram raparigas, sendo a proporção ligeiramente mais baixa (46,8%) no EP2. O mesmo aconteceu em relação ao recrutamento e formação de professores, onde as mulheres constituíam, em 2018 e no conjunto do País, 51% dos professores do EP1.

Qualidade (resultados da aprendizagem)

- O SNE conta com mais de 170 mil docentes no activo. O MINEDH mencionou¹⁸ que há mais professores com acesso às acções de formação psicopedagógica nos diferentes níveis.

Governança e Eficiência

- As reformas estratégicas, as políticas bem articuladas e o investimento público sustentado apoiaram o progresso no sector. Nos últimos anos, por exemplo, o Governo alocou entre 18 e 22% do total da despesa pública ao sector da educação, seguindo, em linhas gerais, o valor de referência de 20% estabelecido pelo compromisso de Dakar (EFA) e o valor de referência de 22% da SADC.
- O documento de Estatística de Aproveitamento Escolar de 2018 é um progresso que facilita a reforma baseada em evidências. A Estratégia Nacional para o Desenvolvimento de Estatísticas Educativas tem o objectivo de melhorar a recolha, análise e o uso de dados para informar o desenvolvimento de políticas e planos educativos, assim como monitorar o seu progresso.
- Há várias iniciativas do MINEDH que impulsionam o progresso, por exemplo: a Estratégia de Género (2016-2020); o Estudo sobre a Violência Contra Crianças nas Escolas em Moçambique;

¹⁶ MINEDH, PEE, 2020-2029, esboço 5, 27-1-2020, capítulo 1.1.3

¹⁷ MINEDH (2018) Concept Note - Application for the Education Sector Plan Development Grant (2020-2029). December 2018: Maputo e MINEDH (2019a). Análise do Sector de Educação (ESA) Relatório Final. Julho de 2019 Maputo: MINEDH.

¹⁸ MINEDH (2019a). Análise do Sector de Educação (ESA) Relatório Final. Julho de 2019 Maputo: MINEDH.

a Estratégia Nacional para o Desenvolvimento de Estatísticas Educativas; o Plano Tecnológico da Educação; a Estratégia Nacional do Desenvolvimento Integral da Criança em Idade Pré-Escolar 2012-2020; o Plano Operacional do Ensino Primário (2015-2018); a Estratégia do Ensino Secundário Geral 2009-2015; a Estratégia de Alfabetização e Educação de Adultos (2010-2016/19); a Estratégia Nacional para a Formação de Professores; e a Estratégia Da Educação À Distância 2014-2018. A Lei do Sistema Nacional de Educação, Lei n.º 18/2018, é também um avanço significativo, apresentando objectivos gerais para cada subsistema do sector.

- A Lei de Descentralização (Lei No 1/2018, Artigo 270) institui um processo de descentralização para o sector da educação nos subsistemas de Ensino Primário, Ensino Secundário e Ensino Vocacional. O processo prevê um aumento da tomada de decisões e da gestão descentralizada a nível provincial e distrital, assim como um aumento da capacidade humana, material e financeira a estes níveis.

3.2 Desafios principais

Acesso

- O subsistema de Educação Pré-Escolar tem uma taxa de matrícula de cerca de somente 3.5% das crianças em idade pré-escolar dos 3-5 anos. O País tem um grande défice de infra-estruturas pré-escolares. Nestas instituições, somente trabalham um pouco mais que 4300 educadores. O financiamento à Educação Pré-Escolar no orçamento da educação ainda é muito baixo.
- Entre 2014 e 2017 pouco mais que 5% dos adolescentes e jovens frequentaram o segundo ciclo do Ensino Secundário (ES2) no período em que o deveriam fazer. As taxas de conclusão deste nível de ensino, apesar de terem aumentado consideravelmente nos últimos anos, são ainda muito baixas.
- Ensino à distância: Em 2017, apenas cerca de 34 mil alunos (3% do total de alunos no Ensino Secundário) frequentavam o ensino à distância.
- Uma causa do futuro aumento da demanda é a Lei N° 18/2018 de 28 de Dezembro, Lei do Sistema Nacional de Educação, que estipula que o primeiro ciclo do ES vai ser obrigatório em 2023. Um desafio é providenciar mais professores e mais salas de aulas para o ES1.
- A expansão do sistema educativo em todos os níveis, com particular realce para o nível Pós-Primário, onde a pressão da demanda está a crescer rapidamente.
- O declínio considerável das actividades de Educação de Adultos (EA) nos últimos seis anos é preocupante. Em 2018 estavam matriculados cerca de 308 mil jovens e adultos e outros cerca de 79 mil frequentavam a pós-alfabetização, num total de 2576 centros, reduzindo assim o rácio alfabetizador/alfabetizando de 30, em 2010, para 16, em 2016. É uma situação preocupante, considerando que quase 40% da população, com 15 anos ou mais, não sabe ler nem escrever.
- As crianças em situação de vulnerabilidade, como as crianças deslocadas, com condições de saúde e famílias mono parentais têm um risco acrescido de abandono escolar devido ao encerramento das escolas.

Equidade

- Um desafio importante é que as taxas de conclusão das raparigas estão, de forma consistente, abaixo das dos rapazes
- Um dos principais desafios do sistema é a segurança e a inclusão das raparigas dentro do sistema educativo para aumentar a participação de mulheres e raparigas em todos os

subsistemas. As raparigas provenientes de famílias mais desfavorecidas, em particular, na região norte do País, registam dificuldades de aprendizagem e elevados índices de desistência escolar. Nesta região as crenças e as práticas socioculturais de carácter discriminatório são mais severas (MINEDH 2018). Um desafio, por tanto, é combater tais crenças e práticas, incluindo a Violência Baseada no Género (VBG).

- Continua a haver um grande desequilíbrio de género na composição do professorado. A percentagem de professoras desce abruptamente no Ensino Primário (EP) 2, onde apenas 29% dos professores são mulheres, e há diferenças regionais consideráveis nas taxas de participação de professoras. Há disparidades de género na distribuição de professores por nível de ensino: enquanto, no Ensino Primário, as professoras representam 45,5% do professorado, no Ensino Secundário, elas são apenas 22,8%.
- A qualidade da educação é baixa, e o aproveitamento das raparigas tem a tendência de ser mais baixo que o dos rapazes.
- Em todos os níveis da educação os habitantes mais pobres e os de zonas rurais tem piores níveis de aproveitamento e taxas de conclusão mais baixas que habitantes mais afluentes e de zonas urbanas.
- A colocação de professores com melhores qualificações concentra-se nos centros urbanos e com maiores índices de riqueza, em contraste com o que se verifica nas áreas rurais.
- Há grandes diferenças regionais nos resultados da aprendizagem (literacia e numeracia), com Cabo Delgado e Manica a obterem os piores resultados em terceira classe (1,7% e 2,0%) e a cidade de Maputo os melhores (mas, apenas 17,3%).
- Em particular, as raparigas estão expostas a vulnerabilidades adicionais pela limitação serviços de proteção que ocorrem durante as emergências de saúde pública, tal como a pandemia de COVID-19.

Eficiência

- A ineficiência interna da escola afecta negativamente a qualidade da educação. Por exemplo, o número médio de anos que uma criança demora a concluir o Ensino Primário é de cerca do dobro do que se esperaria. A ineficiência interna aumenta os custos para as famílias e sociedade e não permite reduzir, de forma significativa, o rácio alunos/professor, que era de 64,2 em 2018 no EP1.
- As taxas altas de desistências e reprovações (embora tenham vindo a melhorar nos últimos anos) mostram o desafio da falta de eficiência interna do sistema. Em 2017, no EP1, 8,9% dos alunos desistiram da escola e 12,5% reprovaram, havendo diferenças grandes entre as regiões. Situação semelhante se encontra no EP2, com 7,4% de desistências e 13,7% de reprovações. No geral, as províncias do centro têm taxas mais altas de desistência e as do norte de reprovações.
- A pouca eficiência do sistema é um dos elementos críticos da qualidade. De um certo modo, está-se num círculo vicioso: por um lado, a qualidade do ensino é fraca e, por isso, os estudantes não aprendem, repetem classes e, nalguns casos, abandonam o sistema; por outro, a repetição das classes aumenta o número de alunos na sala o que prejudica a qualidade do ensino.

Qualidade (resultados da aprendizagem)

- A qualidade da educação é geralmente baixa. Não há dados sobre a eficiência externa; também não há dados sobre a qualidade da Educação Pré-Escolar.

- A qualidade do serviço prestado pelo sector de educação é fraca, traduzindo-se na saída do sistema de graduados com conhecimentos e competências abaixo das expectativas dos cidadãos e das necessidades do mercado de trabalho.
- Há limitações sérias de aprendizagem no Ensino Primário. Em 2016, em média, apenas 4,9% das crianças da terceira classe tinham as competências de literacia definidas para esse nível de ensino. Estes dados estão muito abaixo da média Africana.
- Do lado da oferta, um dos principais factores que contribui para a baixa qualidade é a limitada competência de muitos professores que recebem insuficiente supervisão e apoio pedagógico no exercício das funções. O nível de conhecimentos dos professores é muito baixo para as responsabilidades que têm: apenas 1% dos professores entrevistados dominava 80% do currículo da 4ª classe e apenas 60% sabiam fazer subtrações com dois dígitos, competências que se esperam de uma criança da 3ª classe. As competências em habilidades pedagógicas ficavam abaixo daquelas nas disciplinas de Português e Matemática.
- Quer a formação inicial, quer a formação em exercício, têm como grande desafio mudar efectivamente as metodologias de ensino, assegurando que os professores centrem, de facto, o ensino nos alunos, tornando-os sujeitos activos da sua aprendizagem, conduzindo-os à análise e resolução dos problemas diários.
- O alto absentismo de professores.
- A fraca assiduidade dos professores é um dos maiores problemas do sistema. Segundo o MINEDH, as crianças têm apenas 74 dias efectivos de aulas (39%) dos 190 dias planificados no currículo. A assiduidade dos professores é altamente influenciada pela assiduidade dos directores de escola: a probabilidade de um professor faltar é duas vezes maior, se o director não for assíduo.
- O EP estar a ser leccionado numa língua não familiar para a maioria das crianças, particularmente, nas zonas rurais.
- Nos últimos anos, o subsistema de Educação de Adultos tem reduzido a contratação de alfabetizadores. Em 2017 e 2018, havia cerca de 65% dos alfabetizadores existentes em 2012.
- O encerramento das escolas por causa do COVID-19 põe em risco os progressos anteriores na melhoria da aprendizagem, que são já no nível preocupante, como mencionado no ponto precedente.

Governança

- Há limitações sérias na capacidade institucional e administrativa, a todos os níveis, para a implementação das intervenções no sistema educativo.
- O sector da educação deverá trabalhar em estreita ligação com a Saúde, com o sector da Mulher e Género, com as construções, água e saneamento, no sentido de garantir escolas seguras e atrativas para os alunos.
- Há também capacidade limitada para a resposta às situações de emergência. Um desafio é reduzir o impacto das emergências através, por exemplo, do reforço dos mecanismos de governança e gestão do SNE.
- As escolas estão ainda longe de proporcionar um ambiente seguro e favorável ao desenvolvimento humano e protecção dos direitos das crianças em geral, e das raparigas em particular. Não se avançou muito na protecção das raparigas contra a violência de género, em particular, a violência sexual. A falta de água e casas de banho seguras na escola são ainda factores de insegurança para as raparigas

4. CONTEXTO DA EDUCAÇÃO EM EMERGÊNCIA

Moçambique é um país vulnerável a desastres naturais e as condições climáticas extremas que, sendo externas ao sector da Educação acabam por afectar severamente e a exigir medidas de prevenção e resposta adequadas¹⁹.

Em caso de cheias, inundações, ventos fortes e ciclones, o sector da Educação é afectado pela destruição de salas de aulas privando os alunos de continuar com o curso normal das aulas. Dada a tipologia das salas de aulas (material convencional, misto, local), o sector da educação apresenta algumas fragilidades para lidar com estas situações de emergência. Por forma a garantir a continuidade das aulas em zonas afectadas por estes eventos, são normalmente necessárias, espaços temporários da aprendizagem (ETA), material para os alunos, professores e equipamentos escolar²⁰, fundos adequados e uma logística profissional incluído processos de aquisição rápida de materiais, transporte, armazenamento e contratação de empresas para a reabilitação e fiscalização de obras.

As vulnerabilidade aos desastres em Moçambique resultam dos seguintes factores²¹: (i) sua localização à jusante de nove rios internacionais; (ii) a existência de zonas áridas e semi-áridas; (iii) a longa extensão do território nacional localizada na zona de convergência intertropical, sujeita a perdas e ganhos excessivos de humidade; (iv) a extensa zona costeira que sofre a influência de depressões e ciclones tropicais e a existência de zonas sísmicas activas.

A vulnerabilidade é também causada por factores climáticos, humanos e materiais²² como por exemplo:

- O incremento da frequência e intensidade de eventos extremos como resultado do aquecimento global e das mudanças climáticas;
- A fraca implementação sistemática de medidas estruturais e não estruturais críticas de redução de risco de desastres;
- A fraca capacidade institucional de prontidão, resposta e rápida recuperação pós emergências especialmente quando os eventos ocorrem simultaneamente em diferentes locais;
- A existência de pelo menos 66 novos bairros de reassentamento com cerca de 80 mil pessoas vivendo em abrigos temporários;
- A existência de infra-estruturas críticas não resilientes nas zonas de elevado risco de desastres;
- A existência de assentamentos humanos informais em zonas de risco;
- A ocupação das zonas de risco sem consideração das medidas estruturais de redução de risco e incremento da resiliência;
- A fraca capacidade institucional para garantir aplicação das leis e políticas referentes ao planeamento físico e ordenamento territorial resultando na ocupação massiva e desordenada das zonas de risco;
- A insuficiência de infra-estruturas hidráulicas para a regulação dos caudais dos rios;
- A fraca capacidade do país para a manutenção de diques de protecção;
- A inexistência ou deficiente funcionamento de sistemas de escoamento das águas pluviais e residuais;
- A deposição de resíduos sólidos nas valas de drenagem e deficiente limpeza das mesmas.
- Uma pandemia global como o COVID-19²³

¹⁹ MINEDH, Plano Estratégico da Educação, 2020 -2029, Esboço 3, Dezembro 2019, página 50

²⁰ República de Moçambique, Conselho de Ministros, Plano Anual de Contingência, 2019-2020, 29 de Outubro 2019, página 54

²¹ República de Moçambique, Conselho de Ministros, Plano Anual de Contingência, 2019-2020

²² República de Moçambique, Conselho de Ministros, Plano Anual de Contingência, 2019-2020, 29 de Outubro 2019, página 21

²³ Circular MINEDH, 19-3-2020

O aumento da frequência e intensidade de desastres tem causado danos catastróficos especialmente para as crianças e comunidades mais vulneráveis, vivendo em condições precárias. A educação tem sido um dos sectores mais afectados pelo impacto negativo dos desastres.

No ano pasado, 2019, Moçambique sofreu de dois ciclones Idai (14 e 15 de março) e Kenneth (25 de abril) dentro um período de apenas 5 semanas. E também antes, o ciclone Dineo em 2017 já fustigou a a região sul e a província mais afectada foi a de Inhambane. Este ciclone causou destruição da infraestrutura escolar, perda de materiais e interrupção do curso normal de aulas para um grande número de alunos. Como normalmente, um processo da recuperação leva tempo por razões diferentes (logística, coordenação, financiamento etc.) ainda existiam salas de aula por reabilitar ou por serem reconstruídas, antes dos ciclones Idai e Kenneth..

IDAI

O ciclone Idai deixou para trás uma faixa de destruição nas províncias de Inhambane, Manica, Sofala, Tete e Zambézia. A área mais atingida foi a cidade costeira da Beira, na província de Sofala, estima-se que 90% da infra-estrutura tenha sido destruída. De acordo com o Banco Mundial, estima-se que os danos de capital de edifícios, infra-estrutura e agricultura totalizem US \$656 a US \$773 milhões. A seguir o Idai chuvas e ventos fortes continuaram a causar danos a abrigos e estradas, impactando as comunidades e tornando o acesso humanitário desafiador. Os efeitos do ciclone e inundações foram ainda mais impactantes devido a vulnerabilidades pré-existentes que caracterizam a área afectada. De acordo com a Avaliação de Necessidades Pós-Desastres (ANPD), cerca de 1,5 milhões de pessoas, incluindo mais de metade da população na província de Sofala, foram afectadas pelo ciclone e inundações nos distritos afectados.. A ANPD relatou o dano total (1,4 bilhão de dólares), a perda (1,38 bilhão de dólares) e os custos de recuperação destes dois ciclones em todos os sectores em 2,9 bilhões de dólares.

Estudantes e professores também passaram por eventos traumáticos devido à crise. As famílias, crianças e os professores perderam suas casas, foram deslocadas e, em alguns casos, perderam membros da família, amigos, colegas e professores. Com a perda de meios de subsistência, os efeitos desse trauma continuarão a ser exacerbados. Muitas crianças já estavam fora da escola ²⁴ antes do desastre. As deslocizações de locais de origem anteriores podem ter um impacto negativo na capacidade de reintegração rápida das crianças nos sistemas sociais de educação, saúde e proteção. Os ciclones e inundações coincidiram com a época de colheita anual, causando efeitos particularmente devastadores para a agricultura, bem como para a pecuária e a pesca. O impacto do ciclone Idai na segurança alimentar pode vir a ser uma barreira para a educação no ano 2019 e 2020, com a destruição de pelo menos 715.378 hectares de terras agrícolas, de acordo com o governo, afectando 500.000 famílias produtoras. Mais de 1,6 milhão de pessoas sofrem de insegurança alimentar, e esse número deve aumentar para 2 milhões de pessoas durante a temporada de seca (março 2019 a outubro 2020), de acordo com a Classificação de Fase Integrada (CFI) análise e avaliação de segurança e nutrição alimentar conduzido pela Secretaria Técnica de Segurança Alimentar e Nutrição (SETSAN) em junho de 2019²⁵.

As crianças com fome não podem aprender muito bem, e os pais podem tirar os filhos para ajudar a ganhar dinheiro / encontrar comida. Danos a residências e meios de subsistência sugerem riscos potenciais de trabalho forçado e infantil. As famílias afectadas muitas vezes recorrem a tirar as raparigas da escola para sustentar a família com tarefas domésticas e / ou actividades geradoras de renda.

²⁴ <https://data.unicef.org/country/moz/#>, taxa de escolaridade líquida ensino primário 71%

²⁵ PRH, Agosto 2019

Quando fora da escola, é mais provável que as raparigas sejam expostas a riscos de protecção, como o casamento precoce, a violência sexual e de género.

O crescente absentismo possível de professores e outros profissionais da educação nas áreas afectadas, é uma questão de como eles enfrentam necessidades familiares prioritárias, como a reconstrução de suas casas e vidas, luto e recuperação do trauma causado pelo impacto dos ciclones e inundações. Em consideração às lições de emergências anteriores em Moçambique, em situações de seca, e considerando a alta taxa de deslocamento, locais de reassentamento distantes dos serviços de saúde ou educação, danos / destruição a escolas e residências, perda de materiais de ensino e aprendizagem e interrupção do transporte, é provável que os resultados de aprendizagem, já baixos, sejam afetados negativamente. Evidências de outros países mostram que as crianças que estão fora da escola por períodos prolongados de tempo após um desastre têm menor probabilidade de voltar a frequentar ou de frequentar a sala de aula. A falta de equipamentos, materiais de ensino e aprendizagem e professores bem preparados que saibam ensinar sem muitos materiais numa situação de emergência, e como incluir todas as crianças, incluindo essas com necessidades e deficiências específicas, podem prejudicar os resultados da aprendizagem e se tornarem motivadores do absentismo infantil, e professores como famílias lutam com múltiplas prioridades, incluindo alimentos, abrigo e recursos financeiros para aceder serviços básicos. É evidente que os professores não apenas apoiam como ensinar nessas situações difíceis de emergência, mas também precisam de apoio individual e oportunidades para falar sobre suas experiências traumáticas, perdas e difíceis condições de vida e trabalho através do Apoio Psicossocial e Primeiro Socorro Psicológico.

Kenneth

O ciclone Kenneth chegou ao porto a 25 de abril, na província de Cabo Delgado. Ibo, Macomia, Ancuabe, Chiure e Quissanga são relatados como as áreas mais atingidas e milhares de pessoas foram deslocadas pela passagem da tempestade. 248.694 pessoas são relatadas afectadas²⁶ em Cabo Delgado, enquanto outros 18.636 na província de Nampula²⁷. No total, de acordo com a Direcção Provincial da Educação e Desenvolvimento Humano (DPEDH), são afectados¹⁷ 147 escolas para um total de 480 salas de aula, das quais 189 destruídas, 897 professores e 41.694 alunos. Mais tarde no relatório ANPD¹⁸ o mesmo número de escolas foi identificado como danificado, mas o número total de salas de aula danificadas foi reduzido para 308, das quais 169 foram totalmente destruídas. Esta é a primeira vez na história que dois fortes ciclones tropicais atingiram Moçambique na mesma temporada. Foi declarado um surto de cólera no norte de Moçambique com 149 casos registados em Pemba (120), Mecufi (10) e Metuge (19), a partir de 12 de Maio.²⁸

De acordo com a recente análise e previsão do SETSAN (abril de 2019 a fevereiro de 2020), os distritos de Mocimba Da Praia, Macomia, Ibo, Quissanga e Nangade são classificados como IPC 3 (Crise) enquanto os distritos de Mecufi, Meluco e Balama como IPC 2 (Estressado). Além disso, a análise do IPC projetou recentemente a Fase 3 do IPC (Crise) para distritos afetados por conflitos e a Fase 2 do IPC (Estressado) para os distritos adversos afetados pelo clima em Cabo Delgado no período de janeiro de 2020 a maio de 2020. Além disso, Cabo Delgado é conhecido por ter a segunda maior taxa de desnutrição crônica no país (53% em comparação com a média nacional de 43%). As cifras acima mencionadas destacam a insegurança alimentar aguda, que requer assistência alimentar humanitária urgente, complementada com o suporte de meios de subsistência de impacto rápido, sempre que

²⁶ INGC, SitRep, 11 de Maio 2019

²⁷ UNOCHA, África Austral: Cyclone Kenneth Tropical, Flash Update No.8, 3 de Maio de 2019

²⁸ UNOCHA, Southern Africa: Tropical Cyclone Kenneth, Flash Update No.13, 12 de maio 2019

possível, para atender às necessidades de segurança alimentar de 170.000 pessoas com insegurança alimentar em Cabo Delgado nos próximos seis meses²⁹.

O acesso à educação foi significativamente interrompido devido aos dois ciclones Idai e Kenneth. Escolas e salas de aula sofreram danos consideráveis e destruição, especialmente na província de Sofala. Uma alta percentagem de escolas sofreu grandes danos em telhados, janelas e portas. Em 18 de abril 2019, o Gabinete de Nações Unidas de Coordenação de Assuntos Humanitários (GNUCAH-OCHA), com base nos dados do Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC) e do MINEDH (Ministério de Educação de Desenvolvimento Humano), relatou que 3.504 salas de aula em 620 escolas foram danificadas pelo Ciclone Idai, das quais aproximadamente 3.168 parcialmente e 336 foram destruídas, afectando mais de 335.132 estudantes de 5 a 17 anos (157.512 raparigas e 177.620 rapazes) e mais de 7.800 professores nas províncias de Manica, Sofala, Tete e Zambézia³⁰. A ANPD informou que 1.372 escolas (31 pré-escolas, 1.298 escolas primárias, 26 escolas secundárias, 11 escolas técnicas, 3 institutos de formação de professores e 3 universidades) foram afectadas pela crise, totalizando 4.222 salas de aula³¹. A necessidade total de recuperação e reconstrução para o sector da educação nos próximos cinco anos, usando o princípio de “reconstruir melhor”, foi estimada em 7.829.119.423 meticais (US \$ 122,3 milhões).³² A crise também tinha implicações graves para a saúde. Foram relatados quase 6.743 casos de cólera e mais de 22.758 casos de malária em áreas afectadas pelas inundações³³.

Período chuvoso Outubro 2019-Fevereiro 2020

Estes dois ciclones e as cheias e inundações mais recentes no período chuvoso até janeiro 2020 em Sofala, Zambézia e Cabo Delgado causaram que algumas escolas ainda são ou estavam sendo usadas como abrigo para famílias cujas casas foram destruídas ou danificadas pelo ciclones Idai ou Kenneth e subsequente inundações³⁴. Estima-se que 93,516 pessoas (de quem mais de 50% são crianças) em 71³⁵ sítios ainda estão deslocados, a maioria em Manica (31 sítios), Sofala (27), Zambézia (10) e Tete (3). Embora a maioria (89%) destes sítios tem espaços da aprendizagem as condições nestas escolas não são favoráveis pelo processo ensino-aprendizagem³⁶. Devido às fortes chuvas e inundações registradas no período chuvoso 2019-2020 até agora, muitas pessoas mudaram-se para locais de reassentamento existentes, onde as instalações já estão sobrecarregadas e em condições críticas.

De acordo com o INGC, desde outubro de 2019 cheias, ventos fortes e inundações afectaram mais de 147.000 pessoas (29.000 famílias) em todo o país, com as províncias de Sofala (71.070 pessoas), Zambézia (23.152 pessoas) e Cabo Delgado (14.970 pessoas) mais afectadas. No total, mais de 12.200 casas foram danificadas ou destruídas, 15.000 foram inundadas e pelo menos 323 escolas foram afetadas. De acordo com o MINEDH³⁷, mais de 1168 salas de aula, das quais 273 convencionais, 186 mistas e 597 precárias foram danificadas, afectando mais de 100.000 crianças e aproximadamente 2.000 professores em todo o país, sendo que a maioria de salas de aula afectadas estão em Zambézia, Nampula e Manica.

A nova crise segue um ano devastador para o país, com choques múltiplos e consecutivos desde o início de 2019, incluindo secas, ciclones, inundações e insegurança, especialmente nas províncias do centro e norte do país, deixando aproximadamente 2,5 milhões de pessoas com necessidade urgente de

²⁹ OCHA, Nota de concepção para CERF, 25-2-2020

³⁰ Avaliação Rápida das Necessidades Conjuntas, INGC, 25 abril 2019

³¹ Ver ANPD, 22 de maio 2019, incluído os dados sobre Cabo Delgado

³² Ver ANPD, 22 de maio 2019

³³ GNUCAH/UNOCHA SitRep no. 20, 6 Maio 2019

³⁴ Actualizações de CCCM/IOM, 16-2-2020

³⁵ IOM DTM team, 1 Junho de 2019

³⁶ IOM, Matriz de monitoria de deslocação, Dezembro 2019

³⁷ MINEDH, Apresentação para Conselho Consultativo 5-2-2020

assistência humanitária. Nesse contexto, o Plano de Resposta Humanitária (PRH) revisado (novembro de 2018 a maio de 2020) tem como alvo as necessidades prioritárias de salvar e manter vidas dos 2 milhões de pessoas mais atingidas. Até o momento, pelo menos 1,9 milhão de pessoas receberam assistência alimentar, mais de 704.000 crianças foram submetidas a triagem de desnutrição aguda e 406.000 pessoas receberam apoio crítico aos meios de subsistência de emergência.³⁸

Insegurança

Além o impacto forte por causa de período chuvoso 2019-2020, as populações de Cabo Delgado também enfrentam desafios com os insurgentes devido a uma crescente onda de insegurança registrada nos últimos meses. Os ataques recentes de grupos malfeitores em Cabo Delgado estenderam-se para os Distritos de Palma, Nangade, Macomia, Quissanga, Ibo, Meluco, Muidumbe e Mueda, Mocímboa da Praia, resultando em pessoas mortas, às vezes decapitadas, casas e aldeias queimadas, aldeias e machambas abandonadas. Foram afectadas até a data, cerca de 31.875 famílias, correspondentes a 156.428 pessoas, destas 81.343 (52%) são mulheres. Destas pessoas afectadas, o maior número pertence ao Distrito de Macomia (com 29%), seguido de Quissanga (25%), Mocímboa da Praia com 19% e Palma com 13%. Recentemente, por causa do impacto das acções dos malfeitores que aterrorizam as comunidades dos distritos das zonas norte e centro da Província de Cabo Delgado (Mocímboa da Praia, Palma, Macomia, Nangade, Quissanga, Ibo, Meluco, Muidumbe e Mueda), foram vandalizadas 76 escolas primárias, 21.280 alunos e 349 professores e abandonadas 71 escolas, sendo o maior número no Distrito de Mocímboa da Praia (30), Palma (17), Macomia (14) e Nangade (10). Também foi vandalizado o Instituto Agrário de Bilibiza, Distrito de Quissanga³⁹. Os locais de refugio são: Palma sede, Ilha de Quifuque, Mocímboa sede, Ibo, Pangane, , Mefunvu e Quissanga sede.

COVID-19

A pandemia COVID-19 constitui uma ameaça a nível global para a educação das crianças. De acordo com a UNESCO, mais de 160 países fecharam as escolas, o que corresponde a um impacto de 87% de estudantes. O encerramento das escolas interrompe as oportunidades de aprendizagem de centenas de milhões de crianças, jovens e adultos especialmente para os mais desfavorecidos. Os efeitos negativos do COVID-19 nas crianças e sistemas de educação por todo o mundo são incomparáveis. Mais de 420 milhões de crianças são afectadas pelo encerramento das escolas. No total, cerca de 1.5 biliões de estudantes do nível pré-primário ao secundário e 63 milhões de professores do ensino primário ao secundário são afectados pelo COVID-19 (UIS, 2020). Estes números são incomparáveis na historia de crises de saúde pública.

A 17 de Março de 2020, o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) publicou uma circular no sentido de reforçar as medidas de sensibilização e praticas de higiene de estudantes, professores, pais, cuidadores e directores de escola. Em Março de 2020, o Governo anunciou o encerramento de todas as escolas públicas e privadas (incluindo jardins de infância e universidades) por 30 dias a partir do 23 Março 2020, suspenso a educação ao total de 8,556,761 alunos/estudantes no volta das 14,970 escolas do país.

Existem riscos diretos à saúde de mais de 7,5 milhões de crianças e 136.000 professores e suas famílias que vivem em condições em que não há acesso fácil à água potável para manter a higiene padrão ou onde é difícil manter a distância social devido à em bairros pobres e superlotados. Em particular, as crianças e famílias que são deslocadas devido às emergências do ano passado e / ou a contínua violência

³⁸ GNUCAH/OCHA, Nota da concepção CERF, 2-3-2020

³⁹ COE, Informe sobre as acções dos malfeitos, 5 de fevereiro 2020

em Cabo Delgado, e outros grupos mais vulneráveis da sociedade, como crianças e famílias com deficiência, estão em risco.

Embora o anúncio da suspensão das aulas em 23 de março seja uma boa medida para evitar a propagação da doença, no entanto, afecta imediatamente o acesso e a qualidade da aprendizagem. Estes continuam a ser aspectos fracos do sistema educacional causados pelo alto absentismo de professores, habilidades limitadas de ensino e dias efectivos de ensino, as distâncias da comunidade para as escolas, pobreza, insegurança, razões culturais, violência baseada em gênero e, recentemente, vários desastres naturais (Idai, Kenneth).

A qualidade da aprendizagem e o alcance dos níveis padrão de alfabetização e numeracia estão agora em risco, porque o ensino e a aprendizagem em casa ainda não foram desenvolvidos e muitas crianças e professores não possuem a facilidades adequadas da Tecnologia, Informação e Comunicação (TIC). Os professores não têm recursos suficientes para gerir o ensino em casa e monitorar ou coletar tarefas realizadas em casa por crianças. O controle geral da qualidade do ensino ou aprendizagem em casa será difícil, porque o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH), a Direção Provincial de Educação e Desenvolvimento Humano (DPEDH) e os Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia (SDEJT) também não possuem ferramentas ou equipamentos, nem foram treinados como fazê-lo, para monitorar o trabalho feito por os alunos em casa. Além disso, as crianças que passam um período mais longo fora da escola correm o risco de abandonar o ensino pelo ano lectivo restante ou para sempre.

A comunicação com pais e comunidades preocupados com a educação de seus filhos é prejudicada por causa das restrições de reunir massas de pessoas. De repente, as autoridades educacionais devem refletir sobre diferentes formas de comunicação através da rádio comunitária, distribuição de panfletos etc. Em particular, as crianças e famílias que são deslocadas por causa das emergências e os grupos mais vulneráveis da sociedade estão em risco. de desistir.

Muitos pais e filhos têm conhecimento limitado sobre a doença, a facilidade com que as pessoas podem ser infectadas e a melhor forma de evitar infecções. Mais da metade desses pais não entende nem lê textos em português. Para as crianças que se beneficiam da alimentação escolar, a suspensão das aulas também afecta a segurança alimentar, uma vez que as refeições nas escolas contribuem para aumentar o acesso à alimentação e nutrição. A alimentação escolar também representa uma transferência de renda indirecta para as famílias, compensando um ônus para os pais de ter que fornecer uma refeição que, de outra forma, teria que ser fornecida usando os recursos das famílias. Para famílias vulneráveis, isso representa um ônus adicional às restrições dos meios de subsistência impostas pelas medidas restrictivas da COVID-19.

As lacunas e os desafios na resposta e recuperação de Idai, Kenneth, o período chuvoso , a violência e COVID 19.

- Embora a resposta imediata do MINEDH e dos parceiros em termos de fornecimento de ETA (526 e acomodando 63.067 crianças), materiais básicos⁴⁰ do ensino-aprendizagem para escolas (distribuídas para 211.250 crianças) e materiais escolar para 269.793 crianças tenha sido boa, o processo da reabilitação e (re)construção do total de 4222 salas de aula danificadas é lento. Apenas 293 salas de aula (apenas 7%) foram reabilitadas até hoje⁴¹. O processo de seleção de salas de aula, avaliação, elaboração da lista de quantidades, seleção do parceiro /

⁴⁰ Escola em Caixa, pacotes recreativos e para EPE

⁴¹ GCEeE, Resumos do progresso, Janeiro 2020

empresa para a construção, aquisição de mão-de-obra e materiais, em particular em áreas isoladas, leva muito tempo e foi dificultado no início por causa do acesso e, mais recentemente, pela fortes chuvas e tempestades no período de Outubro de 2019 a Fevereiro de 2020 e em Cabo Delgado pela insegurança.

- ETA são espaços temporários de aprendizagem, que sem manutenção se deterioram rapidamente e não podem mais ser usados após um período de 3-6 meses. Muitos ETAs precisam ser substituídos por novos, agora o novo ano lectivo acaba de começar.
- Manutenção da infraestrutura da escola e de materiais de aprendizagem geralmente é um problema e ainda não recebe muita atenção. Além disso, as condições de ensino-aprendizagem em muitas escolas são geralmente uma preocupação, devido à falta de carteiras e secretárias para crianças e professores e do acesso insuficiente de água potável e saneamento (latrinas).
- Algumas escolas foram construídas em áreas muito sensíveis a desastres naturais, como fortes tempestades e inundações. Seria necessário um plano de realocação do MINEDH / DIEE em colaboração com o DPEDH e o SDEJT para evitar as mesmas escolas continuamente afectadas por desastres naturais. Certamente, também seria necessário treinamento regular para diretores, professores, crianças, comitês escolares em Redução de Riscos de Desastre (RRD).
- O país ainda está se recuperando de desastres naturais que ocorreram antes de 2019, como o Dineo, que destruiu 1904 salas de aula principalmente em Inhambane⁴².
- Mais de 380.000 crianças e quase 10.000 professores foram afetados por Idai e Kenneth, resultando em desconforto, estresse, trauma e, em alguns casos, perda de casas e familiares. Embora tenha sido iniciado o treinamento de treinadores no Apoio Psicossocial (AP) e cerca de 65 funcionários da educação tenham sido treinados recentemente, a maioria dos professores e crianças ainda não foi orientada sobre o que o AP significa e como aplicá-lo.
- Embora o governo seja assistido por 24 organizações nas áreas afectadas por Idai e 7 organizações nas áreas afectadas por Kenneth, a maioria dessas ONGs nacionais e internacionais depende de financiamento de recursos e programas externos, como da Educação não Pode Esperar (ENPP/ECW) e UNICEF. Embora tenha havido um apoio financeiro considerável na fase de resposta para as áreas afetadas de Idai (55 milhões de dólares), e para as áreas afectadas de Kenneth (pouco mais de 1 milhão de dólares)⁴³, isso é ainda insuficiente. Ainda existe uma lacuna (mais de 50%) no financiamento, em comparação com as necessidades estimadas pela ANDP com 122,3 milhões de dólares.
- Embora um número relativamente alto de organizações internacionais e nacionais tenha ajudado o governo na resposta e recuperação precoce, a maioria da organização trabalha em e arredores de Beira, em distritos como Buzi, Nhamatanda e Dondo. Outras províncias afectadas, incluindo Cabo Delgado, Manica, Tete, Zambézia e Nampula, têm muito menos ou nenhuma organização trabalhando na resposta e recuperação de Idai e Kenneth ou de recentes chuvas de outubro de 2019 a fevereiro de 2020. Muitas crianças frequentam escolas sem tectos ou instalações de Água, Saneamento e Higiene (ASH) e latrinas.
- A insegurança em Cabo Delgado levou mais de 15.000 crianças⁴⁴ a se mudarem com suas famílias para outras áreas, que já foram afectadas por Kenneth e pelas recentes chuvas no período de outubro de 2019 a fevereiro de 2020, criando uma alta pressão sobre um sistema educacional já frágil.
- A resposta para COVID 19 da mais um desafio para o MINEDH, porque todos alunos e professores estão em casa com risco de interrupção longa do processo de aprendizagem e abandono escolar.

Oportunidades

⁴² MINEDH, Atualização de danos, 2019-2020 no período outubro 2019-janeiro 2020, 31-1-2020

⁴³ GCEeE, Financial overview, 6-2-2020

⁴⁴ COE (Província da Cabo Delgado), Informe sobre Acção de Malfeitos, 5-2-2020

- Todas as províncias e distritos têm pessoal especializado em EeE e reabilitação e construção de escolas, que receberam treinamento em RRD, AP e reabilitação e construção resiliente.
- O MINEDH alimenta a coleta e análise de dados do Instituto Nacional da Gestão de Calamidades (INGC), que tem como tarefas gerais de coordenar a resposta e a recuperação de desastres naturais. Existe também um Programa de Reconstrução e Recuperação Pós Ciclones – PREPOC⁴⁵, liderado pelo Gabinete de Reconstrução pós Ciclone (sob coordenação do Ministério das Obras Públicas Habitação e Recursos Hídricos (MOPHRH), que é um programa de longo prazo, 2019-2024, embora ainda estejam faltando planos detalhados do sector e financiamento adequado. O INGC também produz anualmente um Plano Nacional de Contingência, com uma estrutura estratégica e orçamento para a preparação para desastres. O sector de educação está incluído.
- Está estratégia de curto prazo para a resposta e recuperação de Idai e Kenneth elaborado pelo Grupo da Coordenação de EeE (GCEeE) foi apresentado e aprovado pelo conselho técnico e consultivo em MINEDH. Esta estratégia é a base desta proposta técnica para a PGE e ajuda na coordenação, a divisão de tarefas, a comunicação entre todos os parceiros e actores envolvidos.
- O MINEDH rapidamente desenvolveu um Plano de Resposta para COVID-19 (anexo) com apoio indicado de parceiros que ajudará a realização e divisão da tarefas nos meses que vêm. O Cluster a recebi a instrução de sobmeter a Apelo de Emergencia sobre COVID-19, que foi submetido no dia 22 de Abril, mas o processo de elaboração desta proposta já foi feita nesta altura. Assim o Apelo de Emergencia do Cluster Educação inclui sobretudo as actividades quem não foram cobertas pela esta proposta.

⁴⁵ MOPHRH, Programa de Reconstrução e Recuperação Pós Ciclones - PREPOC Moçambique 2019

5. FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS: DEFINIÇÃO DE PRIORIDADES POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS-CHAVE

Na base de análise de contexto acima apresentado, a prioridade política será: A promoção do acesso e da qualidade de ensino seguro e inclusivo para todas as raparigas e todos os rapazes em idade escolar (3-18) nas situações de emergências através as estratégias-chave e refletidas abaixo.

6. CONCEPÇÃO DE PROGRAMA



Existe um movimento global crescente para atender às necessidades prementes dos 75 milhões de crianças e jovens em situação de crises que não têm acesso consistente a uma educação de qualidade. Mais e mais programas estão indo além do retorno da escola das crianças e estão focados na

aprendizagem, desenvolvimento infantil e bem-estar. Isso inclui a medição do progresso na aprendizagem acadêmica, mas também dá atenção aos domínios psicossociais e sociais e emocionais de aprendizagem e desenvolvimento. Além disso, este programa concentra-se não apenas na reabilitação e reconstrução e no objectivo de melhorar apenas o acesso ao ensino pelos mais crianças mas também se concentra na qualidade da aprendizagem. Todas as crianças afectadas por emergências têm direito a uma educação de qualidade. Portanto, este programa inclui componentes que auxiliam na continuação da educação e aprendizagem da boa qualidade, apoio aos professores, fornecimento de materiais de ensino-aprendizagem e apoio à gestão geral pelo MINEDH da resposta à emergências.

Abordagens holísticas

O aprendizado é diferente e muito mais complexo para crianças e jovens em situação de crises e emergências, incluindo conflitos armados, deslocamento forçado e desastres causados pelas mudanças climáticas ou pandemias como COVID 19. Estresse, trauma, medo e ansiedade dificultam a concentração na escola, em casa e a aprendizagem. De maior preocupação, muitas raparigas e rapazes são simplesmente deixados para trás e excluídos da esperança, oportunidade e proteção.. Para enfrentar esses desafios, este programa de 18 meses, apoiado pela Parceria Global da Educação (PGE), implementará uma abordagem de 'toda a criança e toda a escola' para oferecer educação de qualidade a crianças e jovens afectados por emergências e crises prolongadas.

O pacote de estratégias principais se concentrará em aumentar o acesso, a capacidade de ensino, os ambientes escolares propícios, a segurança física e emocional, além de outros aspectos relacionados à alimentação escolar, melhoria do acesso à água e saneamento nas escolas. Em vez de focar em diferentes programas em uma ampla área, este programa visa se concentrar em escolas selecionadas que receberão este pacote abrangente do DPEDH / SDEJT; reabilitação, treinamento para professores e apoio a crianças, famílias e comunidades.

Dessa forma, este Programa EeE (PEeE) seguirá a abordagem mais recente promovida pela Educação Não Pode Parar (ENPP) :

“Toda criança e jovem tem o direito e precisa de uma educação holística e que atenda a todo o espectro de necessidades de desenvolvimento. O facto de se encontrar em zonas de guerra, deslocamento forçado ou desastres naturais não retira o direito a uma educação de qualidade. Pelo contrário, uma educação de qualidade é a única esperança e solução viável que resta”, disse Yasmine Sherif, directora de Educação Não Pode Esperar. “À medida que sobrecarregamos as ideias para criar soluções como parte da Década de Acção da ONU, precisamos melhorar nossa base de evidências e ajustar as abordagens de acordo. Isso faz parte da nossa promessa global de não deixar ninguém para trás e garantir não apenas o acesso universal e equitativo a educação, mas também acesso universal e equitativo a uma educação de qualidade.”⁴⁶

Outros aspectos importante de abordagem na implementação deste programa são:

Um programa liderado pelo MINEDH

Um programa participativo. O programa na sua implementação envolverá diversos níveis da administração do sistema educativo, partes interessadas no sector da educação e da sociedade civil, fornecedores de educação não governamentais e parceiros internacionais.

⁴⁶ ENPP/ECW, 28-2-2019. Yasmine Sherif (directora de ENPP/ECW) In: ECW and Porticus announce new partnership focusing on measuring holistic learning outcomes

VISÃO

Promover o acesso e a qualidade de ensino seguro e inclusivo para todas as raparigas e todos os rapazes em idade escolar (3-18 anos de idade) em situação de emergência

MISSÃO

Contribuir para a melhoria do desempenho dos alunos num contexto de emergência

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

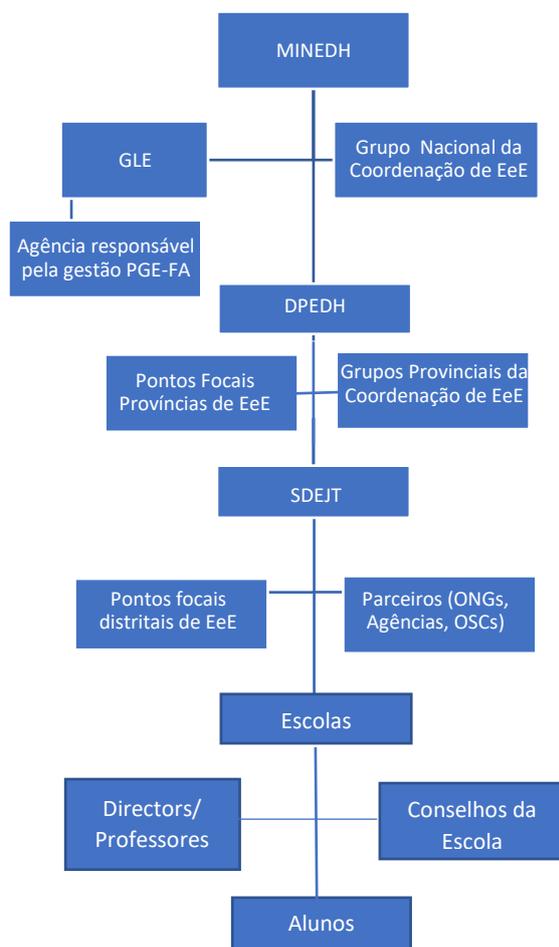
Objectivo Estratégico 1 (OE1): Manter e melhorar o acesso ao ensino, proporcionando acesso a raparigas e os rapazes em idade escolar (3-18 anos) afectados pela emergência através de espaços de aprendizagem (reabilitados ou/ temporários), seguros e inclusivos, nas escolas abrangidas pelo projecto.
Objectivo Estratégico 2 (OE2): Contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, das raparigas e rapazes em idade escolar (3-18 anos) afectados pela emergência através oportunidades de aprendizagem de qualidade e inclusivo num ambiente seguro, nas escolas abrangidas pelo projecto.
Objectivo Estratégico 3 (OE3): Fortalecer os sistemas de gestão, coordenação e informação e da monitoria e avaliação na EeE nas fases de preparação, resposta e recuperação de emergência.
Objectivo Estratégico 4 (OE 4): Preparar o sistema de educação para uma resposta adequada a COVID 19

OBJECTIVOS	PROGRAMAS	INDICADOR DESEMPENHO	DE	META DO INDICADOR
Estratégia 1	Manter e melhorar o acesso ao ensino nas situações de emergência			
OE 1. Manter e melhorar o acesso ao ensino nas emergências	1.1 a) Reabilitar e reconstruir salas de aula danificadas com instalações ASH sensíveis ao género;	Percentagem de salas de aula, reabilitadas/reconstruídas com instalações ASH sensíveis ao género Percentagem de menina/(o)s em idade escolar (3-18 anos) que beneficiam das salas de aula reabilitadas ou reconstruídas,		30% 80%
	1.1 b) Fornecer carteiras para escolas afectadas por ciclones e inundações;	Percentagem fornecido de quadros verdes/pretos e giz; Percentagem fornecido de secretárias para professores; Percentagem de carteiras colocadas nas salas reabilitadas ou construídas		80% 80% 80%
	1.2 Proporcionar Alimentação escolar para crianças nas áreas	Percentagem de crianças que se beneficiaram do lanche escolar por um periodo de 6 meses.		80%

OBJECTIVOS	PROGRAMAS	INDICADOR DE DESEMPENHO	DE	META DO INDICADOR
	afectadas abrangidas pelo projecto			
	1.3 Reforçar o apoio às escolas beneficiárias para melhoria das condições de ensino e aprendizagem dos alunos através do Apoio Direto a Escola (ADE).	Percentagem de alunos que se beneficiam Apoio Direto a Escola (ADE).		80% das escolas beneficiárias).
	1.4. Fornecer kits de higiene para as raparigas	Percentagem de raparigas em idade escolar nas escolas beneficiárias que receberam kits de higiene		80%
Estratégico 2	Manter e melhorar a qualidade do ensino nas situações da emergência			
OE 2. Manter e melhorar a qualidade de ensino	2.1 Treinar formadores e professores em EeE e RRD nas escolas identificadas pela DPEDH e SDEJT. 2.2 Treinar formadores e professores em AP nas escolas identificadas pela DPEDH e SDEJT	Número de formadores e número de professores formados em EeE e RRD Número de formadores e número de professores formados em apoio psicossocial		80% de professores formados em EeE e RRD nas escolas afectadas 80 % de professores afectados formados em AP
Estratégico 3	Fortalecer sistemas de coordenação, gestão, financiamento, monitoria e avaliação do programa de EeE			
OE 3. Fortalecer sistemas e processos internos de coordenação, gestão, monitoria e avaliação da EeE	3.1 Realizar reuniões de grupos da coordenação de EeE a nível nacional e provincial; 3.2 Formar o pessoal seleccionado de MINEDH, DPEDH e SDEJT na recolha, actualização, análise, e apresentação de dados sobre EeE a apoiar com o equipamento administrativo (computadores, impressoras para DNUSE e DAT)	Número de reuniões realizadas e de actas divulgadas pelos grupos da coordenação de EeE (nível nacional e provincial) Número de pessoal de MINEDH formado na gestão de dados Número do equipamento administrativo distribuído para DNUSE e DAT até o nível provincial		Ter 2 encontros por mês resultando nas actas e recomendações da acção Partilha de relatórios mensais sobre o progresso na implementação de programas para emergência
	3.3 Formar o pessoal seleccionado de MINEDH, DPEDH e SDEJT nas área de construção resiliente	Número de pessoal de MINEDH ao nível nacional, provincial e distrital e de		100% de pessoal seleccionado pelo MINEDH, DPEDH e SDEJT e de

OBJECTIVOS	PROGRAMAS	INDICADOR DE DESEMPENHO	DE	META DO INDICADOR
		parceiros formado sobre construção resiliente		parceiros formado em construção resiliente,
	3.4 Formar os conselhos de escola na manutenção de escola e materiais e equipamento escolares,	Número de conselhos de escola formados na manutenção de escola e materiais e equipamento escolares		Todos conselhos de escola identificados pela DPEDH, SDEJT recebem uma formação sobre manutenção escolares
	3.5 Continuar acelerar a resposta e recuperação da emergência sobretudo na área de reabilitação e reconstrução	Novos sistemas de avaliação de infraestrutura escolar, compra de materiais, transporte, construção na base de materiais locais e resiliente mais rápidos e eficientes apresentados		Modelos e processos elaborados e mostrados trimestralmente
	3.6 Organizar visitas de monitoria	Relatórios de monitoria com recomendações sobre melhoria da implementação do programa EeE		Relatórios produzidos trimestralmente sobre o progresso com recomendações
	3.7 Organizar 2 reuniões da avaliação de resultados	Número de reuniões da avaliação em conjunto MINEDH, parceiros e GLE e número de participantes		2 Reuniões da avaliação (logo 6 meses e logo 1 ano)
Estratégico 4	Preparar o sistema de educação para a resposta a COVID 19 (em linha como o Plano de Resposta COVID-19 no MINEDH)			
OE 4. Apoiar o MINEDH na implementação do Plano de Preparação e Resposta contra COVID-19, afim de mitigar o impacto negativo da crise no sector de educação.	4.1 Divulgação de medidas de prevenção e tratamento do COVID-19) em todas instituições do sector de Educação e comunidade	Pourcentage das escolas primarias e secundarias coberta para as materias de sensibilização de prevenção do COVID-19		100%
	4.2 Manter a continuidade do serviço ao nível central e provincial			
	4.3 Criar e implementar programas de ensino a distância para alunos do ensino básico (pré-escolar, primário e secundario)	Pourcentage dos alunos do ensino primário e secundario atingido para aprendizagem alternativo (TV, radio, aula de recuperação, etc)		90%
	4.3 Promover o retorno dos alunos nas escolas seguras depois da reabertura das escolas	Pourcentage dos alunos primários e secundários voltando aos escola		90%-100%

7. DISPOSIÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO E RESPONSABILIDADES



O programa de EeE subsidiado pela PGE é implementado com base de uma responsabilidade conjunta do governo, parceiros e sociedade civil para alcançar os objectivos acordados dentro do prazo acordado. As responsabilidades e tarefas específicas dos diferentes actores envolvidos são explicadas abaixo:

MINEDH:

- Coordenação geral e organização de reuniões com o Grupo de Coordenação da EeE.
- Responsável para a planificação e orçamento do fundo transferido ao MINEDH.
- Coordenação, planificação, monitoria e avaliação, revisão seja necessário do programa conjunto com os parceiros.

GLE:

- Responsável por co-monitoria do programa para alcançar os resultados esperados e da execução do orçamento com base de relatórios financeiros e narrativos recebidos da Agência Responsável para a Gestão de Subvenção da PGE (UNICEF) e visitas conjuntas de monitoria.

GCEiE:

- Responsável para o apoio ao MINEDH na coordenação e partilha de informação entre os diferentes parceiros e agências envolvidas no programa EeE e para harmonização de abordagens de formações, coleta de dados e monitoria do programa.

Agência responsável pela gestão de subvenção da PGE para EeE⁴⁷ (UNICEF):

- Responsável para estabelecer parcerias efectivas e inclusivas com ambos MINEDH, GLE, GCEeE e os parceiros aos todos níveis
- Preparação da proposta técnica para PGE,
- , Garantir que a utilização e gestão dos fundos do PGE é realizada de acordo com as suas próprias políticas e procedimentos, incluindo aqueles relacionados à auditoria, as despesas elegíveis, a aquisição de bens e obras, e sua estrutura para combater a fraude e a corrupção.
- Também responsável para acompanhar o MINEDH implementar e monitorar o programa através relatórios financeiros e narrativos e para a avaliação da qualidade e a eficácia dos resultados do programa e/ou para explorar alternativas em conjunto com o MINEDH para melhores soluções programáticas.
- Ajuda o MINEDH produzir relatórios consolidados trimestrais para o secretariado de PGE.

DPEDH:

- Responsável como parte do MINEDH pela planificação provincial , coordenação, monitoria, relatórios e avaliação de programas e actividades acordadas implementadas na província.
- O DPEDH também é responsável por convocar reuniões regulares do Grupo de Coordenação provincial para EeE, no qual todos os departamentos relevantes do DPEDH (planificação, finanças, M&A, pontos focais de EeE, UCEE) e ONGs e OSCs activas tem oportunidade de contribuir na implementação, monitoria e avaliação do programa e oferecer sugestões para sua melhoria.

SDEJT:

- Responsável como parte do MINEDH e DPEDH pela planificação distrital , coordenação, monitoria, relatórios e avaliação de programas e actividades acordadas implementados nos distritos.

Parceiros:

- Qualquer agência ou organização internacional ou nacional ou ONG e OSC registrada pelo governo tem a oportunidade de contribuir tecnicamente para a implementação e M&A do programa.. Na resposta e recuperação de Idai, agora existem 26 organizações (incluindo governos como DPEDH, SDEJT) activas e 8 estão activas nas áreas afectadas por Kenneth. A maioria são ONGs internacionais (18) em comparação com 5 ONGs nacionais (veja a imagem na página 5).

Em todos os níveis, há pessoal especializado no MINEDH para trabalhar nos componentes diferentes deste programa (por exemplo, na área de reabilitação e (re) construção, na formação sobre RRD e AP, no fornecimento de um programa de nutrição escolar, etc. E com base na experiência recente de parceiros diferentes e internacionais e nacionais na resposta e recuperação de Idai e Kenneth e as recentes chuvas e inundações no período de Outubro de 2019 a Fevereiro de 2020, para a reabilitação, o MINEDH pode contar com o apoio desses parceiros dos quais existem atualmente 34 organizações no campo.

Infelizmente, a maioria do pessoal de MINEDH não tem acesso direto a sistemas de Internet, computadores, impressoras etc. em seus escritórios e, se eles tenham estes médios de comunicação e gestão, esses escritórios são frequentemente prejudicados por cortes de energia. Em geral, a maioria dos oficiais de educação ainda não possui habilidades suficientes na utilização de programas de computador (como Excel ou Access) ou na gestão de banco de dados, o que dificulta o

⁴⁷ Veja os TDR para a Agência responsável pela Gestão da Subvenção do Programa de Educação em Emergência Moçambique 2020-2021 apoiado pela PGE

compartilhamento rápido, confiável e consistente de informações dentro do MINEDH sobre os danos na infraestrutura da escola, o processo de reabilitação e (re) construção e medição do impacto dos treinamentos sobre o AP e RRD.

Em termos de modalidade de implementação financeira, elas estão propostas por actividade no Plano Operacional em anexo, no colona G. Em principio, há 3 modalidades de implementação financeira: a primeira e o fundo passa ao Fundo do Apoio do Sector da Educação (FASE) segundo os procedimentos deste fundo, a segunda e a transferência directa (DCT) as direcções ou entidades responsáveis de implementação segundo o processo e o reglamento do UNICEF, e a terceira e a transferência as outras agencias de implementação baseado num acordo de entendimento com o UNICEF. Em termos de processo de contratação e aquisição, se a modalidade do UNICEF seja escolhido (em vez do FASE), o UNICEF será responsável dos processos de contratação e aquisição seguindo o regulamento de procurement do UNICEF. Neste caso, por exemplo em termos das obras, a DIEE estará envolvida em todo o processo com relação a aprovação final dos Termos de Referencia, a participação no painel de avaliação das propostas apresentadas e no monitoramento do cumprimento das responsabilidades contractuais da fiscalização de obras, certificando a consecução dos objectivos para pagamentos.

8. MECANISMOS DE MONITORIA E AVALIAÇÃO

Os mecanismos de monitoria e avaliação (M&A) são fundamentais para garantir que o PEeE está no bom caminho para atingir os seus objectivos. Um sistema de M&A eficaz deve questionar/verificar se as actividades previstas estão a ser executadas tal como foram concebidas, se as metas do plano estão a ser atingidas e, em caso negativo, porque não estão. Os parágrafos seguintes abordam as disposições de M&A e os indicadores-chave que devem ser desenvolvidos no PEeE.

Monitoria

A agencia de gestão junto com o MINEDH sera responsável pela recolha e análise de dados e produção de relatórios trimestralmente sobre o progresso do programa em relação com os seus objectivos e resultados esperados. Os relatórios são resumos sobre o progresso, os desafios do programa EeE e são concluídos com recomendações sobre a melhoria ou aceleração da implementação que são apresentados as reuniões de GLE e GCEeE. Os dados sobre o progresso do programa são recolhidos na base de:

- Visitas mensais de monitoria de actividades pelos pontos focais de EeE nas províncias e distritos sobre as formações, e os projectos de reabilitação ou (re)construção
- Visitas de monitoria em conjunto trimestrais de delegados de MINEDH e parceiros
- Recolha de dados pelas UCEE de DPEDH sobre o processo da reabilitação e (re)construção
- Informação partilhada nas reuniões de GCEeE nas províncias e em Maputo
- Informação dos encontros organizados pelo INGC ou partilhada pelo INGC na maneira digital
- Informação de parceiros envolvidos no programa EeE através o questionário 5 Ws (o qué, quem, quando, onde, para quem?)

Dentro o MINEDH, o DAT em colaboração com o DIPLAC são responsáveis para a produção de relatórios trimestrais na base de um formato concordado. Os dados entram a base de dados de MINEDH. Parceiros seleccionados apoiará o MINEDH (pessoal de DAT, DIPLAC e DIEE/UCEE) no reforço da gestão destes dados do programa EeE.

As outras actividades de monitoria são:

Revisões periódicas pela equipa de monitoria. Na base de relatórios narrativos trimestrais (acima mencionados) seriam discussões sobre o progresso e os desafios e são tomadas decisões pelo MINEDH para revisar, adaptar ou não as actividades ou estratégias. Estas decisões são partilhadas com o GLE e o GCEeE.

Relatórios trimestrais financeiros sobre o plano, programas na EeE e despesas. Servem para verificar se a implementação está de acordo com os pressupostos do PEeE (incluindo a efectiva alocação dos recursos, a capacidade de absorção, a eficácia e a eficiência). A apresentação de relatórios sobre o PEeE e a implementação do orçamento deverá contribuir para a monitoria e avaliação da implementação. A agência responsável pela gestão administrativa de PGE em colaboração com o MINEDH (DIPLAC) será responsáveis para a produção e apresentação destes relatórios ao GLE e GCEeE.

Revisão anual. A equipa de M&A (DAT e DIPLAC) elaborará um relatório anual de desempenho consolidado. Este relatório será o documento de base para a última revisão conjunta com delegados de MINEDH e parceiros do PEeE, que deverá avaliar as realizações e as deficiências e chegar a um acordo entre o MINEDH e os parceiros sobre as melhorias. Esta revisão anual conjunta deverá servir de insumo para o PEeE 2021. O relatório anual deve utilizar o mesmo formato que o PAEeE e incluir informações sobre os custos unitários, a quantidade e o custo global de cada actividade, assim como informações sobre os progressos feitos na consecução dos alvos estabelecidos no PEeE. Os mesmos indicadores devem ser medidos de forma coerente com as revisões trimestrais.

Avaliação. As avaliações são geralmente feitas a meio (logo 9 ou 18 meses) e no fim do período (18 ou 24 meses) do PEeE para evitar potenciais conflitos de interesses, e para garantir a objectividade e aumentar a credibilidade. Os resultados da avaliação são discutidos com todas as partes interessadas (MINEDH, parceiros, e OSCs). As avaliações intercalares são de natureza formativa e dão retorno/subsídios para a implementação do programa para melhorar a sua execução. Os resultados das avaliações intercalares podem levar a repensar as prioridades do plano ou a ajustar as suas estratégias e metas. A finalidade da avaliação final é não só avaliar os impactos e resultados, a relevância, a relação custo-eficácia e a sustentabilidade, mas também analisar as razões por que foram alcançados certos resultados e outros não foram alcançados, assim como extrair lições para a revisão das políticas e para a preparação do qualquer plano a médio prazo na área de EeE.

Enquadramento dos resultados, indicadores de M&A. Uma ferramenta essencial em M&A é o sistema de indicadores concebidos para acompanhar os objectivos do plano e monitorar processos específicos do programa. O sistema de indicadores de M&A, ou quadro de resultados, está alinhado com a estrutura e a organização das metas, programas e actividades que compõem as estratégias do PEeE (ver capítulo 3 Concepção do plano). Os indicadores são utilizados para medir o progresso e a consecução dos alvos estabelecidas a vários níveis, avaliando os resultados das metas, os resultados intermédios dos programas e os produtos das actividades. A selecção dos indicadores incluídos no quadro de M&A deve ser feita cuidadosamente.

Os indicadores devem ser **específicos, mensuráveis, atingíveis, realistas e ligados a tempo** e referirem se o mais estreitamente possível à produção ou resultados exigidos. Os indicadores devem também poder ser entrados e medidos através do SIGE e/ou outras base de dados de DIEE e GCEeE ou de inquéritos específicos. Os indicadores devem fornecer informações sobre questões de eficácia, eficiência, equidade e disparidades no progresso de PEeE. Também devem ser desagregados por género e devem fornecer informações sobre grupos marginalizados ou vulneráveis. É importante utilizar os indicadores para identificar os domínios em que estão a ser obtidos progressos e para compreender e abordar as causas de qualquer falta de progresso. Para isso, poderá ser necessário, para além dos indicadores, recorrer a informações qualitativas, tais como informações recolhidas pelas direcções ou pelos departamentos.

Além do sistema de M&E mencionado em cima, a prestação de contas será feita segundo o procedimento e a exigência do reglamento do UNICEF, incluindo os relatórios das atividades, as missões programáticas, os spot-checks, as microavaliações e as auditorias. Estes diferentes tipos de verificações serão feitas seguindo os valores das atividades efectuadas.

9. IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS E MEDIDAS PARA MITIGAÇÃO

RISCOS	MEDIDAS DA MITIGAÇÃO
O pandemia COVID-19 que está a afectar Moçambique e sector da educação com possível redução de acesso no início mas logo um fechamento de todas as escolas	-Diretrizes pelo MINEDH sobre como manter o higiene e reduzir os riscos de vírus. -Educação e formação à distância ou por radio ou monitoria de TPC -Políticas adaptadas sobre a aprovação e transição de alunos
Atrasos na implementação em algumas áreas, reabilitação, fornecimento de ETA, materiais de treinamento etc.	-Monitoria rigoroso do progresso detalhado das atividades com base no cronograma por meio de reuniões bimensais entre DIPLAC-UNICEF-DAT e GCEeE -Desenvolvimento de um plano de aquisição e compras e organização de suprimentos a granel - Relatórios financeiros pontuais após a implementação - Delegação clara de tarefas a organizações / pessoas responsáveis pelos programas e a implementação e monitoria acordados por meio de TDRs e / ou contratos assinados
Baixa qualidade de implementação de algumas actividades (reabilitação, provisão de ETA treinamentos etc.)	- Treinar o pessoal responsável nos padrões de reabilitação resiliente, fornecimento de TLS de boa qualidade, na manutenção de infraestrutura escolar, equipamentos e materiais, treinamentos de formadores antes da implementação no campo e para grupos-alvo específicos -Agências / organizações responsáveis pela implementação e MINEDH para organizar pelo menos visitas trimestrais de monitoria -No nível de campo, o MINEDH e as organizações parceiras delegam a monitoria mensal e controle de qualidade aos colegas da organizações responsáveis pelos programas. -Relatórios mensais sobre o progresso através de formatos simples (compartilhados por email, grupos do whatsapp) -Orçamento adequado para a monitoria e controle de qualidade e aderência às normas e padrões -Manter a Linha Verde / Mecanismo de Reclamações e Respostas (MRR) para recolher comentários, reclamações, satisfação com os serviços prestados e garantir a seu seguimento.
Inconsistência, falta de confiabilidade, dados e relatórios incompletos e da baixa qualidade	-Continuar com o suporte ao MINEDH, DPEDH, SDEJT nas áreas de reabilitação e a gestão da informação e base de dados
Possíveis chuvas intensas, tempestades e inundações no período de outubro de 2020 a fevereiro de 2021	-Armazenamento de equipamentos, materiais em locais seguros -Estabelecer planos de evacuação em coordenação com o governo local e INGC -Os treinamentos sobre a preparação da emergências e RRD precisam ser priorizados.
Grande rotatividade rápida e lacunas na disponibilidade de pessoal de lado de parceiros para o período de junho de 2020 a junho de 2022	-Contratos e compromissos de longo prazo com o programa GPE-EeE nas agências responsáveis pelo gestão de subvenção e aquelas para a implementação e monitoria de programas
Violência em Cabo Delgado	-Compartilhamento oportuno de informações pelo INGC e UNDSS sobre questões de segurança a todos os parceiros / organizações envolvidas em actividades financiadas pelo GPE em Cabo Delgado

RISCOS	MEDIDAS DA MITIGAÇÃO
-Perder de vista o que todas as atividades significam para as crianças afectadas	-Perguntar continuamente como a actividade impactou o bem-estar das crianças. -Organizar discussões regulares em grupo / comunidades e uma pesquisa sobre como os serviços são considerados pelos clientes (crianças e pais) e se alguma coisa possa mudar para o melhor

10. SUSTENTABILIDADE

Embora este programa de EeE apoiado pelo PGE deva ser implementado entre 1 ano e no máximo 2 anos, o programa baseia-se na participação activa do pessoal de MINEDH em todos os níveis em sua preparação e implementação e, portanto, integrará a capacitação do pessoal de ambos MINEDH e parceiros em:

- Avaliação de danos na infraestrutura escolar
- Reforço de educação a distância
- Planificação da preparação e resposta a COVID 19
- Formação em padrões de resiliência para a infraestrutura escolar e manutenção
- Formação de formadores e professores em AP e RRD
- Monitoria e elaboração de relatórios sobre os programas de reabilitação e reconstrução, alimentação escolar, formações em PSS e RRD
- Gestão geral de reposta e recuperação de emergências
- Gestão, análise da informação e fazer relatórios e resumos sobre o progresso
- Orçamentar para eventos específicos e a elaboração de relatórios financeiros
- Princípios e mecanismos humanitários específicos, como PEAS, SRR, educação inclusiva, ASH e proteção da crianças

Além disso, o programa não se concentrará apenas na resposta e recuperação na área de reabilitação e (re)construção da infraestrutura escolar por causa de Idai e Kenneth, mas incluirá actividades da gestão geral de emergência e formações sobre uma melhor preparação para desastres (RRD, AP) e a resposta a pandemia do COVID-19. Finalmente, o programa não criará novas estruturas paralelas de projecto e continua trabalhar com os protocolos da comunicação e grupos de trabalho existentes no MINEDH.

11. PLANOS DE ACÇÃO

11.1. MANTER E MELHORAR O ACESSO AO ENSINO NAS EMERGÊNCIAS

11.1.1 REABILITAR E RECONSTRUIR SALAS DE AULA DANIFICADAS COM INSTALAÇÕES ASH SENSÍVEIS AO GÉNERO

I CONTEXTO

Durante o ano de 2019, o país foi atingido por dois ciclones tropicais (Idai a 14 de Março e Kenneth a 25 de Abril) isto, veio demonstrar que os efeitos negativos das mudanças climáticas estão piorando e a recorrência das atividades ciclónicas no país está aumentando de frequência e probabilidade com impacto social incalculável e custo económico elevado.

O sector da educação foi severamente impactado pelos dois ciclones, afetando pelo menos 4.222 salas de aula e 383.209 estudantes nas províncias de Sofala, Manica, Zambézia, Inhambane, Tete, Nampula e Cabo Delgado, detalhadamente os danos registados foram:

Na Província de Sofala (a mais afetada pelo ciclone Idai), foi um total de 504 escolas que ficaram com salas de aula parcial ou totalmente destruídas, cerca de um total de 237.186 alunos afectados. Os distritos da Beira, Dondo, Nhamatanda e Búzi constituíram os mais afectados e onde mais apoio dos parceiros se concentrou, mas também são observadas necessidades significativas noutros distritos da província caso de Chibabava, Gorongosa e Muanza.

Na Província de Manica (também afetada pelo ciclone Idai e pelas inundações), registou-se cerca de 200 escolas afectadas e total de 70.991 alunos. Os distritos mais afectados foram Gondola e Mossurize (devido ao ciclone) e Sussundenga e Macate (devido às inundações).

Na Província da Zambézia (que ficou afectada pelos efeitos secundários do ciclone) registou-se pouco mais de 7.431 alunos, segundo os dados da missão de monitoria do GCEeE realizado no último trimestre de 2019, o distrito que mais apoio necessita é o distrito de Chinde localizado na parte Sul da Província no estuário do rio Zambeze.

Na Província de Tete (que ficou afectada pelos efeitos secundários do ciclone), registou perto de 166 salas de aula danificadas correspondente a 76 escolas e perto de 19,524 alunos afectados.

Na Província Cabo Delgado (a mais afetada pelo ciclone Kenneth), registou perto de 480 salas de aula danificadas, um total de 41.694 estudantes e 897 professores afectados, de acordo com os dados da Direção Provincial de Educação e Desenvolvimento Humano (DPEDH). Os distritos de Macomia, com 20.819 alunos afectados e Quissanga com 6.212 alunos afectados. Mas também se registou muitas escolas danificadas no Distrito do Ibo. Contudo, a maioria da ajuda está concentrada em Macomia com grosso das escolas comprometidas pelos diferentes parceiros.

A presente componente do Programa a ser financiado pela Parceria Global da Educação (GPE) visa acelerar a recuperação e reconstrução de salas de aulas já em andamento sob liderança de MINEDH através da DIEE e das DPEDH, de forma a garantir a prestação ininterrupta de serviços de educação através da redução do número de salas de aulas ainda não intervencionada e se focalizando em particular em áreas geográficas que ainda não receberam apoio adequado e efectivo.

A presente proposta está baseada na reconstrução resiliente de infraestruturas produtivas, económicas e sociais de longo prazo, precedidas de estudos aprofundados para garantir maior resistência a desastres. A reconstrução pós-desastre deve basear-se na reconstrução resiliente das infraestruturas e na recuperação económica e social, a médio e longo prazo, correspondentes a 2 e 5 anos, respetivamente.

II OBJECTIVOS

A presente componente de Reabilitação e Reconstrução Resiliente de Infraestruturas Escolares assenta-se no Objectivo Estratégico 1 (OE 1) da Estratégia para Resposta e Recuperação Pós Ciclone elaborado pelo MINEDH em coordenação e apoio do GCEeE que visa a Manter e melhorar o acesso ao ensino, proporcionando acesso a raparigas e rapazes em idade escolar (3-18 anos) afectados pela emergência através espaços de aprendizagem (reabilitados ou/e temporários), seguros e inclusivos.

Objectivo principal: Fortalecimento e reforço da resiliência da infraestrutura escolar, da comunidade e das crianças afetadas por ciclones e inundações através de oferta de espaço aprazível para que ocorra aprendizagem atractivo, equitativa, inclusiva e seguro.

III OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

- **Objectivo específico 1:** Reconstruir e equipar salas de aulas das escolas em áreas afetadas, de forma resiliente, garantindo acessibilidade, inclusão e facilidades sanitárias, e usando uma abordagem de *Building-Back-Better* (BBB)
- **Objectivo específico 2:** Capacitar tecnicamente os técnicos das UCEEs, Empreiteiros e Fiscais em *Building-Back-Better* e métodos de levantamento e avaliação de danos pós-desastres.

IV ESTRATÉGIAS PRINCIPAIS

1. Procedimentos de Implementação

Gestão geral da Componente: A gestão geral desta componente do Projecto estará a cargo do UNICEF, pelo que, o procurement e a gestão financeira serão feitos de acordo com as normas e procedimentos desta agência. O UNICEF trabalhará em estreita ligação com o MINEDH ao nível central e provincial.

Órgão de implementação: O órgão de implementação desta componente será a Direcção de Infraestruturas e Equipamentos Escolares (DIEE) do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH), através das Direcções Provinciais de Educação e Desenvolvimento Humano (DPEDH) com os seus órgãos especializados, as Unidades de Construções e Equipamentos Escolares (UCEE).

Procurement: O procurement será feito segundo 2 modalidades: seja pelo UNICEF ou pelo MINEDH/DPEDH, quem lançará os concursos de obras, bens e serviços, com os seus procedimentos próprios e, se for o procedimento do UNICEF, contará com o apoio do MINEDH/DIEE para a sua avaliação. Os concursos serão lançados em cada Província abrangida, de uma forma desconcentrada. A avaliação será feita conjuntamente pelo MINEDH e UNICEF com júris de avaliação propostos pela DIEE e integrando membros das DPEDH e outros técnicos especializados. A DIEE, com apoio dos seus Monitores Provinciais, irá capacitar os júris em técnicas de avaliação de concursos. Todo o processo de procurement provincial (de obras, bens e serviços) estará sujeito a Não-Objecção do nível central a ser dada pelo MINEDH/DIEE nas suas várias etapas, nomeadamente, de planificação, elaboração dos documentos de concurso e anúncio, elaboração do relatório de avaliação e da minuta do contrato.

Gestão dos contratos das obras: Dependendo do processo escolhido (UNICEF ou MINEDH/DPEDH), os contratos das obras serão assinados pelo UNICEF ou Directores Provinciais das DPEDH e serão geridos

pelo UNICEF ou UCEEs respectivas que para tal serão reforçadas com um Gestor Provincial, que deverá ser um técnico sénior especializado na área das construções.

Levantamento e elaboração dos projectos de reconstrução: O levantamento e avaliação das salas de aulas mistas e convencionais, incluindo a preparação dos projectos executivos de reconstrução resiliente, com mapas de quantidades e estimativa orçamental e cadernos e encargos, será efectuado pela UCEE de cada Província abrangida.

Capacitação em técnicas de construção resiliente: Será contratada uma agência especializada, o UN-Habitat, para realizar a capacitação dos Gestores Provinciais, técnicos médios, empreiteiros, fiscais e toda a UCEE, em técnicas de construção resiliente, de acordo com as recomendações técnicas do “projecto Escolas Seguras do MINEDH”.

Execução das obras: As obras de reabilitação das salas convencionais e construção das salas mistas serão executadas por empreiteiros com alvará mínimo de 4ª Classe, seleccionados em concurso público de acordo com procedimentos do UNICEF. Terão uma duração máxima de 7 meses, devendo os empreiteiros apresentar uma garantia bancária de mais um ano, com prazo até à entrega definitiva das mesmas.

Fiscalização: A fiscalização será feita por empresas de fiscalização provinciais seleccionadas em concurso público de acordo com procedimentos do UNICEF. As actividades da fiscalização irão decorrer de acordo com Termos de Referência preparados pela DIEE.

Supervisão e Monitoria das obras: A monitoria das obras será coordenada pela DIEE com apoio das UCEE em cada província. Serão alocados recursos financeiros ao nível provincial (DPEDHs) e central (DIEE) para as despesas de logística da monitoria de obras.

Pagamentos das facturas: Os pagamentos das facturas serão feitos pelo UNICEF mediante certificação do MINEDH. O UNICEF deverá reforçar a sua equipa financeira com recursos do Projecto de modo a poder dar resposta ao volume mensal de facturas de obras, fiscalização e assistência técnica. A certificação das facturas será feita pelas DPEDHs, em particular pelo Director Provincial, com parecer vinculativo da fiscalização, após controle da UCEE. Os pagamentos serão feitos pelo sistema de “Fases de Referência”, conforme a modalidade da DIEE. O empreiteiro deposita a factura na DPEDH ao fim de cada fase de referência, já com a certificação da Fiscalização. A UCEE procede à verificação técnica da conformidade da factura e dá o parecer final ao Director Provincial.

V. ACTIVIDADES E RESULTADOS ESPERADOS

2. Resultados e Actividades acordadas

RESULTADO 1 – Crianças se beneficiam de espaços de aprendizagem seguros e inclusivos através duma reconstrução ou reabilitação resiliente com padrões de *Building-Back-Better (BBB)* de 600 salas de aulas incluindo blocos administrativos e sanitários acessíveis e inclusivos.

Indicadores:

- (i) **% de crianças e professores** que se beneficiam de espaços de aprendizagem seguros e inclusivos reabilitados e equipados.
- (ii) **# de salas de aulas convencionais e mistas** avaliadas e com estudo de viabilidade efectuadas.
- (iii) **# de salas de aulas convencionais** localizadas em áreas afectadas reabilitadas de forma resiliente.
- (iv) **# de salas de aulas mistas** localizadas em áreas afectadas reconstruídas de forma resiliente.

Actividade 1: A1 – REALIZAR AVALIAÇÃO DE DANOS, ESTUDO DE VIABILIDADE E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA PARA RECONSTRUIR / REABILITAR 600 SALAS DE AULA CONVENCIONAIS E PRECÁRIAS NAS ÁREAS AFECTADAS PELOS CICLONES E INUNDAÇÕES.

1.1. **Efectuar estudo de viabilidade para a construção de 90 salas de aulas mistas** em comunidades rurais dos distritos afectados prioritários nas Províncias de Cabo Delgado, Nampula, Manica e Sofala, e estudos para determinar a distribuição geográfica final.

1.2. **Realizar avaliação técnica de danos de 510 salas de aulas convencionais** afectadas pelos ciclones e inundações nas Províncias de Cabo Delgado, Nampula, Manica e Sofala, para determinar e priorizar o tipo de intervenção a efectuar.

1.3. **Elaborar o Plano Operacional de intervenção / implementação em 600 salas de aulas convencionais e mistas**, nas Províncias de Cabo Delgado, Nampula, Manica e Sofala e documentos técnicos de concurso incluindo i. Cadernos de encargo, ii. Mapas de Quantidades (MdQ) e iii. Especificações técnicas.

Actividade 2: A2 – REABILITAR / RECONSTRUIR 600 SALAS DE AULA CONVENCIONAIS E PRECÁRIAS NAS ÁREAS AFECTADAS PELOS CICLONES E INUNDAÇÕES COM PADRÕES DE *BUILDING-BACK-BETTER* (BBB)

2.1. **Construir 90 salas de aula incluindo salas administrativas e sanitários inclusivos com aplicação de materiais mistos** nas Províncias de Cabo Delgado, Nampula, Manica e Sofala, consistindo na combinação dos materiais e técnicas tradicionais de construção com materiais convencionais para obter edifícios mais resistentes e acessíveis.

2.2. **Reabilitar 510 salas de aula incluindo blocos administrativos e sanitários inclusivos em material convencional** nas Províncias de Cabo Delgado, Nampula, Manica e Sofala, com integração de medidas de resiliência para áreas propensas a ventos fortes e ciclónicos.

2.3. **Instalar 200 alpendres temporários para albergar alunos deslocados** pelas obras de reabilitação de salas de aulas convencionais.

2.4. **Fornecer mobiliários para 90 salas de aulas mistas e 255 salas convencionais** incluindo para os blocos administrativos.

RESULTADO 2 – Técnicos provinciais, distritais e empresas de construção e de fiscalização beneficiam de capacitação técnica em *Building-Back-Better*, e métodos e técnicas de levantamento e avaliação de danos pós desastres em infraestruturas escolares.

Indicadores:

(i) **% de técnicos do MINEDH a nível provincial e Distrital** se beneficiam de conhecimentos e habilidades técnicas em *Building-Back-Better*, e métodos e técnicas de levantamento e avaliação de danos pós desastres em infraestruturas escolares.

(ii) **# de empresas de construção e de fiscalização** se beneficiam em treinamento técnicos em reconstrução de salas de aulas com padrões de resiliência.

(iii) **# de capacitações técnicas em *Building-Back-Better*** métodos e técnicas de levantamento e avaliação de danos pós desastres em infraestruturas escolares

Actividade 3: A3 – CAPACITAÇÃO TÉCNICA SOBRE RECONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS ESCOLARES COM ABORDAGEM *BUILDING-BACK-BETTER* (BBB) AOS TÉCNICOS DO MINEDH, EMPREITEIROS E FISCALS.

3.1. **Providenciar capacitações trimestrais aos técnicos do MINEDH a nível Provincial e Distrital** em *Building-Back-Better* e harmonização da actividade de reconstrução no período de emergência. (**16 capacitações trimestrais**).

3.2. **Providenciar uma capacitação inicial aos empreiteiros e fiscais sobre reconstrução resiliente** usando a abordagem *Building-Back-Better*. (**8 capacitações iniciais**)

VI. PERÍODO DE IMPLEMENTAÇÃO

RESULTADOS	ACTIVIDADES	SUB-ACTIVIDADES	Trimestre 1			Trimestre 2			Trimestre 3			Trimestre 4		
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
RESULTADO 1	A1 - AVALIAÇÃO DE DANOS, ESTUDO DE VIABILIDADE E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	1.1. Avaliação e estudo de viabilidade de escolas em material precário		x										
		1.2. Avaliação técnica de danos em escolas convencionais			x									
		1.3. Elaboração do Plano Operacional de intervenção / implementação e documentos técnicos (Inclui concurso e avaliação dos concorrentes)				x								
	A2 - REABILITAR / RECONSTRUIR 600 SALAS DE AULA CONVENCIONAIS E PRECÁRIAS	2.1. Construir 90 salas de aula em materiais mistos, incluindo salas administrativas e sanitários inclusivos											x	
		2.2. Reabilitar 510 salas de aula em material convencional, incluindo blocos administrativos e sanitários inclusivos											x	
		2.3. Instalar de 200 alpendres temporários para albergar alunos deslocados pelas obras de reabilitação de salas de aulas					x							
		2.4. Fornecer mobiliários para 900 salas de aulas mistas e 255 salas convencionais incluindo para os blocos administrativos												x
RESULTADO 2	A3 - CAPACITAÇÃO TÉCNICA SOBRE RECONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS ESCOLARES COM ABORDAGEM BUILDING-BACK-BETTER (BBB)	3.1. Providenciar capacitações trimestrais aos técnicos do MINEDH a nível Provincial e Distrital	x				x		x		x			
		3.2. Providenciar uma capacitação inicial aos empreiteiros e fiscais sobre reconstrução resiliente					x							

VII. RECURSOS HUMANOS

Serão contratados técnicos a nível provincial para reforçar as UCEEs abrangidas pelo projecto. Esta equipa será subordinada à entidade gestora do programa (UNICEF) sob coordenação do MINEDH-DIEE e Director Provincial de Educação e estará baseada nos escritórios da UCEE.

A equipa a contratar será constituída por 1 técnico sénior (Arquitecto ou Engenheiro Civil) e possivelmente mais 2 técnicos médios experientes, da área das construções, por cada DPEDH abrangida. Os Termos de Referência serão preparados pela DIEE.

VIII. ORÇAMENTO DA COMPONENTE DE REABILITAÇÃO E RECONSTRUÇÃO RESILIENTE DE ESCOLAS

I. ORÇAMENTO DO PROJECTO – Consolidado				
<i>Linhas Orçamentais</i>	<i>Custos Detalhados</i>			Custo Total (US\$)
	Unid.	Quant.	Custo Unit.	
1. INVESTIMENTO				\$8 889 375
A. Custo das Obras				
A1. Reconstrução de Salas de Aulas Convencionais (incluindo bloco administrativo e sanitarios)	Unid.	510	\$13 000	\$6 630 000
A.2. Construção de Salas de Aulas Mistas (incluindo blocos adm. e sanitarios)	Unid.	90	\$16 000	\$1 440 000
				\$8 070 000
B. Custo do Mobiliário				
B1. Fornecimento de Mobiliário para salas de aulas e blocos administrativos (carteiras duplas incluindo % para mobiliario do professor e administrativo)	Unid.	8625	\$95	\$819 375
Sub-Total 1B:				\$819 375
2. CONSULTORIA				\$864 900
A. Fiscalização das Obras				
B1. Custo da Fiscalização das obras por empresas (7% do Custo das Obras)	Lumpsum	1	\$564 900	\$564 900
Sub-Total 2B:				\$564 900
B. Assistencia Técnica em Capacitações				
Capacitação trimestral aos técnicos do MINEDH a nível Provincial e Distrital (UCEE+DPOPHRH+GREPOC+SDEJT+SDPI) [20pess]	Unid.	16	\$10 000	\$160 000
Capacitação inicial aos empreiteiros e fiscais em reconstrução resiliente [10pess]	Unid.	8	\$8 050	\$64 400
Custo Operacional/Administrativo (7% do custo das capacitações)	Lumpsum	1	\$75 600	\$75 600
Sub-Total 2C:				\$300 000
3. FUNCIONAMENTO				\$245 725
A. Equipamentos e consumiveis de escritorio				
A1. Equipamentos de Escritorios (computadores+mobiliario) 0,5% do custo das obras	Lumpsum	1	\$40 350	\$40 350
Sub-Total 3A:				\$40 350
B. Operações				
B1. Transporte (passagens+combustivel) 0,5% do custo das obras	Lumpsum	1	\$40 350	\$40 350
B2. Perdiem 2% do custo das obras	Lumpsum	1	\$161 400	\$161 400
B3. Comunicações	Lumpsum	1	\$3 625	\$3 625
Sub-Total 3B:				\$205 375
CUSTO TOTAL				\$10 000 000

11.1.2. PROPORCIONAR ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA CRIANÇAS NAS ÁREAS AFECTADAS E IDENTIFICADAS PELO DNUSE, DPEDH E SDEJT.

I. CONTEXTO

Moçambique continua a enfrentar grave insegurança alimentar como resultado dos ciclones de Idai e Kenneth. De acordo com os resultados do IPC (Classificação Integrada de Fases de Segurança Alimentar) divulgados em julho de 2019, estima-se que 1,6 milhão de pessoas estejam enfrentando dificuldades no acesso a alimentos para atender a necessidades alimentares aceitáveis. Além das consequências dos ciclones, desde o final de 2019 a zona central e norte do país foi afetada por condições climáticas severas de chuvas fortes e inundações, enquanto o sul de Moçambique e partes de Tete Manica e Sofala enfrentam uma seca exacerbada.

Neste contexto, muitas famílias tiveram seus bens destruídos e suas colheitas prejudicadas ao longo do último ano e estão em situação de insegurança alimentar. As crianças e os adolescentes nessas famílias deixam de frequentar a escola para contribuir para a geração de renda familiar e, quando permanecem na escola, tem sua frequência e desempenho afetados pela falta de acesso regular a alimentos diversificados.

Para atender às necessidades prementes nas zonas mais afetadas pelos ciclones, e o PMA implementa desde outubro de 2019 a abril de 2020, com apoio do governo Alemão, um programa de alimentação escolar de emergência na Província de Sofala, beneficiando 31,000 alunos em 81 escolas nos distritos de Búzi, Chemba, Chibabava, Muanza e Nhamatanda.

Devido à abrangência dos impactos dos desastres naturais, é necessário expandir a alimentação escolar de emergência para mais escolas na Província de Sofala, assim como para as Províncias de Cabo Delgado, Zambézia e Manica, onde as populações se encontram em situação de vulnerabilidade.

O programa irá oferecer alimentação escolar de emergência aos alunos das escolas que foram severamente afetadas pelos ciclones Idai e Kenneth em Março e Abril de 2019. A iniciativa abrangerá as províncias mais afetadas pelos ciclones: Sofala, Manica, Zambézia e Cabo Delgado. A alimentação escolar será um meio de promover a assiduidade, retenção e o desempenho dos alunos nessas escolas, aliviar a fome a curto prazo, melhorar a nutrição e fornecer uma transferência indireta de renda para as famílias desses alunos vulneráveis.

III. OBJECTIVO GERAL E ESPECÍFICO DO PROGRAMA.

O programa de alimentação escolar de emergência tem como objetivo geral contribuir para a redução dos efeitos causados pelos ciclones Idai e Kenneth na população escolar. Especificamente, o programa visa a:

- Promover a participação dos alunos nas escolas;
- Aumentar o acesso a alimentos para crianças em zonas afetadas pelos ciclones;

IV. ESTRATÉGIAS PRINCIPAIS

Os objetivos serão realizados por meio de distribuição de alimentação escolar de emergência para 91 mil alunos em 204 escolas selecionadas nas Províncias de Cabo Delgado, Zambézia, Sofala e Manica. As escolas foram selecionadas pelo MINEDH, com apoio das direções provinciais de educação, usando como critério:

- Escolas mais afetadas pelos ciclones em cada distrito;
- Convergência com os demais programas para apoio emergencial por meio dos Fundos Acelerados.

A intenção do MINEDH é que seja a implementação de alimentação escolar com modalidade de refeição quente em todas as escolas, no entanto, as escolas que não apresentarem as condições mínimas para a modalidade de refeição quente, receberão ração seca. Muitas das escolas selecionadas tiveram suas infraestruturas destruídas durante os ciclones, e embora tenham recebido estruturas provisórias para continuidade das aulas, ainda não tiveram a infraestrutura permanentemente reabilitada. Com o intuito de assegurar a saúde dos beneficiários, para a implementação da modalidade refeição na escola, é necessário o atendimento a requisitos mínimos: 1) acesso à água potável na escola ou na comunidade ao seu redor e 2) a capacidade para armazenamento adequado dos produtos alimentares. As direções provinciais de educação forneceram dados iniciais sobre as escolas para identificação preliminar das escolas que receberão as diferentes modalidades, que deve ser revisada após a avaliação no terreno das escolas. As escolas que não têm água potável ou armazenamento adequado receberão rações secas.

V. ACTIVIDADES

Actividade 1. Realizar avaliação das escolas selecionadas

Por solicitação do MINEDH, as Direcções provinciais submeteram as propostas das escolas seleccionadas que atendem aos requisitos mínimos para a preparação de refeições quentes. Contudo, há a necessidade de se atualizar os dados sobre as condições básicas nas escolas para implementação do programa de alimentação escolar.

Antes do lançamento do programa, o parceiro responsável pela implementação do programa e os serviços distritais e provinciais de educação verificarão a infraestrutura das escolas selecionadas para confirmar se os requisitos mínimos para a preparação de refeições seguras no ambiente escolar serão atendidos para a implementação do programa. As escolas que atualmente não dispõem da infraestrutura necessária para a preparação e entrega de refeições seguras no ambiente escolar serão transferidas para o grupo de escolas que se beneficiam da modalidade de ração seca.

Actividade 2. Distribuir alimentação escolar nas escolas selecionadas

O programa atenderá 204 escolas nas Províncias de Sofala (Buzi, Chemba, Muanza), Cabo Delgado (Macomia e Ibo⁴⁸), Manica (Sussundenga, Mossurize e Manica ⁴⁹) e Zambézia (Chinde), beneficiando um total de 91 mil alunos. A alimentação escolar de emergência fornecerá arroz, feijão manteiga, óleo e sal para os estudantes das escolas selecionadas, por dois trimestres escolares, em duas modalidades:

Modalidade refeições quentes:

As escolas que atendem aos requisitos de uma infraestrutura mínima para armazenamento e acesso à água potável na escola ou na comunidade ao seu redor fornecerão refeições quentes aos alunos, correspondendo a um consumo diário de 150g de arroz, 30g de feijão, 10ml de óleo e 3g de sal por criança por refeição.

Os géneros alimentícios (arroz, feijão, óleo e sal) serão comprados junto aos retalhistas locais pelo melhor preço obtido através de um processo de compras. Os retalhistas serão responsáveis por entregar esses produtos às escolas durante o período normal de actividades. No acto de recepção, os responsáveis pela alimentação escolar da escola emitirão comprovativo de recepção, que será posteriormente utilizado para o pagamento dos retalhistas pelos alimentos entregues.

⁴⁸ Devido à instabilidade da situação de insegurança em Cabo Delgado, é possível que as populações dos distritos selecionados migrem para outros distritos e algumas escolas sejam fechadas até a data de início de implementação. Neste caso, o MINEDH identificará novo(s) distrito(s) escolas que poderão receber a assistência prevista.

⁴⁹ Os distritos e escolas na Província de Manica poderão ser atualizados de acordo com novos dados sobre vulnerabilidade das escolas que serão enviados pelos SDEJT após a submissão da proposta.

As comunidades serão envolvidas na recepção, preparação e distribuição das refeições. Os conselhos de escola serão solicitados a mobilizar voluntários para preparar as refeições e proteger o armazém com os gêneros alimentícios e não-alimentícios. Os alunos deverão trazer de casa pratos e copos.

Modalidade ração seca:

Os cabazes individuais pré-embalados serão entregues no final de cada mês para os alunos que atenderem aos requisitos de frequência. Cada criança receberá uma cesta mensal, por dois trimestres escolares, contendo 4kg de arroz, 1kg de feijão, 1l de óleo e 1kg de sal.

A compra dos gêneros alimentícios será feita junto a retalhistas locais aos melhores preços obtidos através de um processo de compra. Os retalhistas serão responsáveis por entregar esses itens às escolas em cabazes individuais pré-embalados. Para a recepção dessas mercadorias nas escolas, as escolas receberão comprovativos que serão posteriormente utilizados para a reconciliação e pagamento dos retalhistas pelos alimentos entregues.

Na data de entrega, todas as cestas pré-embaladas serão descarregadas do camião na escola, e a distribuição será organizada pelos funcionários da escola, com o apoio da equipa técnica de implementação das atividades no distrito. Eles supervisionarão as distribuições e garantirão que os pontos de verificação necessários sejam estabelecidos para a entrega segura e adequada dos itens alimentares às crianças, dentro das quantidades e qualidade previstas. Deve haver materiais de comunicação indicando claramente os itens alimentares e as quantidades da cesta básica e, quando as cestas básicas são recebidas por crianças com o apoio de suas famílias, elas devem ser verificadas para garantir que a quantidade esteja correta e a qualidade seja adequada. Os diretores da escola organizarão com os membros dos conselhos de escola o dia de distribuição mensal para a entrega dos cabazes individuais. Os membros do conselho da escola e os chefes da comunidade serão convidados a estar presentes nos dias de distribuição mensal.

Actividade 3. Fornecer material de cozinha para as escolas beneficiárias

As escolas que receberão refeições quentes receberão material de cozinha para apoiar a preparação das refeições. Panelas de 80 litros e de 100 litros serão entregues a todas as escolas com refeições quentes, respeitando a proporção máxima de 250 alunos por panela e um mínimo de duas panelas por escola. Purificadores de água Certoza serão distribuídos para garantir maior segurança de higienização no processo de preparação das refeições. Também serão fornecidas balanças para cada escola para permitir o cálculo preciso dos ingredientes das refeições e facilitar a gestão do armazenamento. Além disso, as escolas receberão livros de controle de estoque F11 para apoiar a gestão e o inventário dos gêneros alimentícios.

Actividade 4. Fortalecer as capacidades dos serviços de educação e das escolas

Serão realizadas formações das DPEDH e dos SDEJT sobre o programa, sua organização e implementação. As formações tem como objetivo preparar os serviços educacionais para o acompanhamento do programa, assim como fortalecer as capacidades técnicas dos serviços de educação sobre organização da alimentação escolar nas duas modalidades previstas.

As escolas também receberão formações para fortalecer as capacidades dos funcionários das escolas e cozinheiros voluntários para fornecerem refeições quentes do programa, de modo a garantir a distribuição segura e adequada das refeições. Os treinamentos acontecerão em colaboração com os SDEJT. A abordagem para esses treinamentos será em cascata, ou formação de formadores. Esses treinamentos devem abranger não apenas todo o desenho do programa, mas também questões operacionais como armazenamento seguro e pesagem correcta de gêneros alimentícios, a confecção

de acordo com a ementa/cardápio diário, o tratamento de água, a higienização correcta da cadeia de confecção e distribuição de alimentos, entre outros. Em muitos casos, onde a comunidade fornecerá armazenamento e / ou água, os funcionários da escola, com o apoio dos funcionários do distrito, deverão garantir a qualidade mínima das instalações de armazenamento, bem como a qualidade da água usada para cozinhar. Os produtos alimentícios, após a distribuição, passam a ser de responsabilidade de cada escola. Serão oferecidos materiais de consulta sobre os conteúdos dos treinamentos.

Para as escolas com ração seca, serão organizados treinamentos para desenvolver as capacidades dos gestores das escolas para garantir o funcionamento adequado do programa. A abordagem para esses treinamentos será em cascata, ou formação de formadores. Os gestores da escola serão formados sobre como organizar as distribuições mensais e como mobilizar o conselho de escola para contribuir com o processo de entrega. O treinamento também envolverá a organização dos beneficiários nos dias de distribuição, exigindo que os alunos sejam acompanhados pelos pais para evitar riscos de proteção após o recebimento dos cabazes.

Actividade 5. Distribuir material de comunicação sobre o programa

O PMA e o MINEDH elaborarão uma brochura com informações sobre o programa de alimentação escolar de emergência com as principais informações como critérios de escolha das escolas, duração e benefícios. A brochura será distribuída nos distritos e escolas para informar os beneficiários e as partes interessadas sobre os objetivos e características do programa. O material de comunicação a ser distribuído e publicado nas escolas também incluirá informações sobre a Linha Verde.

V. RESULTADOS ESPERADOS E INDICADORES DE RESULTADO

1. Melhoria da participação dos alunos nas escolas beneficiadas pelo programa

- Número de matrículas nas escolas beneficiadas pelo programa
- Índice de desistência nas escolas beneficiadas pelo programa, desagregado por sexo

2. Alunos de escolas primárias nas Províncias de Cabo Delegado, Zambézia, Sofala e Manica tem maior acesso a alimentos por meio da alimentação escolar.

- Número de rapazes e raparigas que recebem alimentos

Actividade 1. Realizar avaliação das escolas selecionadas para refeições quentes

- Número de avaliações das escolas selecionadas para refeições quentes

Actividade 2. Distribuir alimentação escolar nas escolas selecionadas

- Número de rapazes e raparigas que recebem alimentos
- Quantidade de alimentos fornecidos (ton)
- Número de escolas que receberam alimentação escolar de emergência

Actividade 3. Fornecer material de cozinha para as escolas beneficiárias

- Quantidade de produtos não alimentícios distribuídos

Actividade 4. Fortalecer as capacidades dos serviços de educação e das escolas

- Número de pessoas formadas
- Número de actividades de desenvolvimento de capacidades fornecido

Actividade 5. Distribuir material de comunicação sobre o programa

- Número de materiais de comunicação distribuídos

IV. PERÍODO DE IMPLEMENTAÇÃO

O programa de alimentação escolar de emergência terá a duração de dois trimestres escolares.

Atividade	2020						2021					
	Jul	Aug	Sep	Oct	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
Realizar avaliação das escolas selecionadas para refeições quentes												
Distribuir alimentação escolar nas escolas selecionadas												
Fornecer material de cozinha para as escolas beneficiárias												
Fortalecer as capacidades dos serviços de educação e das escolas												
Distribuir material de comunicação												

V. RECURSOS HUMANOS

As monitorias vão envolver uma brigada constituída por 2 funcionários do nível central (DNUSE, DNEP e DIPLAC), 1 funcionários da Direções Provinciais de Educação e Desenvolvimento Humano e 1 funcionário de cada Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia.

VI. ORÇAMENTO

	UNIDADE	QUANTIDADE	CUSTO UNIT. USD	TOTAL USD
SUPPLIES, COMMODITIES				\$ 3,812,471
Avaliação das escolas selecionadas	Lumpsum/ província	4	\$ 5,000	\$ 20,000
Géneros alimentícios - refeição quente	Custo por aluno	58,507	\$ 28	\$ 1,640,120
Géneros alimentícios - ração seca	Custo por aluno	33,018	\$ 57	\$ 1,893,410
Utensílios de cozinha - refeição quente	Lumpsum/ escola	130	\$ 1,032	\$ 134,183
Combustível - refeição quente	Lumpsum/ escola	130	\$ 567	\$ 73,758
Materiais de comunicação	Lumpsum/ escola	204	\$ 250	\$ 51,000
FORMAÇÕES				\$ 187,600
Formações dos Serviços Distritais	Unidade	11	\$ 5,000	\$ 55,000
Formações das Escolas	Unidade	204	\$ 650	\$ 132,600
CONSULTORIA				\$ 210,067
Equipa técnica de supervisão e monitoria parceiro	Lumpsum	1	\$ 210,067	\$ 210,067
OPERAÇÕES				\$ 408,353
Cadeia de suprimentos, gestão e contratação de retalhistas e entregas nas escolas (10%)	Lumpsum	1	\$ 353,353	\$ 353,353
Suporte monitoria dos SDEJT	Lumpsum/ Distrito	11	\$ 5,000	\$ 55,000
CUSTOS DE GESTÃO				\$ 421,808
Suporte Directo (instalações, comunicação, equipamentos de TI e segurança)	Lumpsum	1	\$ 114,184	\$ 114,184
Suporte Indirecto (6.5%)	Lumpsum	1	\$ 307,624	\$ 307,624
CUSTO TOTAL				\$ 5,040,299

11.1.3 AJUDAR AS CRIANÇAS NAS ÁREAS AFECTADAS E IDENTIFICADAS POR APOIO DIRETO A ESCOLAS (ADE)

I. CONTEXTO

Moçambique nos últimos anos tem experimentado eventos extremos climáticos recorrentes tais como inundações, secas e ciclones que têm um impacto negativo no bem-estar das crianças e no acesso a educação devido a interrupção do curso normal das aulas motivado pela destruição total ou parcial das salas de aulas e matérias de ensino e aprendizagem.

Como resposta o MINEDH em colaboração com os seus parceiros tem levado a cabo acções para restabelecer o mais rápido possível o processo de ensino e aprendizagem através da criação de espaços temporários de aprendizagem (ETA), fornecimento de materiais de ensino e aprendizagem tais como: kit de escola, kits de aluno, quadros portáteis, kits de recreação e kits de Desenvolvimento da primeira Infância (ECD).

Neste momento está em curso, o processo de recuperação pós-desastre que consiste em duas componentes: uma de reconstrução resiliente de infraestruturas (e fortalecimento de capacidade institucional que consiste na capacitação dos técnicos de educação em matérias de gestão de risco de desastres, apoio psicossocial e a nível da escola – a implementação do Plano Básico de Emergência baseado na Escola (PEBE) que tem em vista preparar a comunidade escolar para a gestão de risco de desastres a partir da escola.

As abordagens habituais da resposta e recuperação são coordenadas ao nível nacional ou provincial e os kits distribuídos são os mesmos independentemente do contexto, pelo que nem sempre refletem aquilo que são as necessidades de cada escola. Daí a necessidade de encontrar uma abordagem centrada na escola que possa responder cabalmente as necessidades específicas de cada escola.

Neste sentido, com este programa de ADE que tem o seu foco na escola, pretende-se fortalecer a capacidade de cada escola avaliar a sua situação e desenhar medidas ajustadas às suas necessidades de gestão de risco de desastres de acordo com os recursos a serem disponibilizados.

A relação com os objectivos do Plano Estratégico da Educação: promover o acesso e a qualidade de ensino para todas as raparigas e rapazes em idade escolar (3-18 anos de idade) e a continuidade de educação inclusiva e segura em situações de emergência causadas pelo Idai e Kenneth, as cheias, inundações e ventos fortes no período chuvoso e a insegurança causada pelos malfeitores no norte do país.

II. OBJECTIVO GERAL E ESPECÍFICO DO PROGRAMA.

O programa de Apoio Directo à Escola de emergência tem como objetivo geral contribuir para a redução dos efeitos causados pelos ciclones Idai e Kenneth assegurando a continuidade da educação de qualidade e segura inclusiva nas escolas afectadas.

De forma específica o programa pretende através da disponibilização do ADE as escolas afectadas: i) assegurar a continuidade do acesso a educação de qualidade em ambiente seguro e inclusivo e ii) assegurar que as escolas afectadas pelos desastres estejam melhor preparadas para responder à emergência.

Este programa constitui um complemento ao Apoio Directo às Escolas (ADE) que é uma forma de descentralização dos recursos financeiros que promove a participação activa de todos os intervenientes no processo educativo contribuindo assim para a melhoria das condições de ensino. Este programa está

a ser implementado a nível nacional desde 2003 e está a contribuir de forma tangível para a melhoria das condições de ensino e aprendizagem, para o reforço da gestão escolar e conta com o envolvimento dos conselhos de escola.

III. ESTRATÉGIAS PRINCIPAIS

Conforme o referido anteriormente, este programa estará inserido no programa de ADE que está sendo implementado pelo MINEDH. O programa pretende abranger 2,102,897 alunos nas 2,278 escolas primárias e secundárias afectadas das províncias de Cabo Delgado, Manica, Nampula, Sofala e Zambézia seleccionadas pelo MINEDH, com apoio das direcções provinciais de educação e Desenvolvimento Humano (DEPDH) e dos Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia (SDEJTs) de acordo com os seguintes critérios:

- Escolas mais afectadas pelos ciclones em cada distrito;
- Escolas que totalmente ou parcialmente destruídas que ainda não beneficiaram de nenhuma intervenção
- Todas 2,278 escolas primárias e secundárias nas zonas afectadas

O ADE possui procedimentos instituídos que estão prescritos no Manual de Procedimentos (em anexo) que inclui critérios de elegibilidade das despesas bem como instrumentos de gestão e controlo.

O programa de ADE tem como elegíveis despesas dos materiais e serviços relacionados com:

- Material didáctico,
- Material de registo académico e administrativo,
- Material desportivo,
- Material para pequenos reparos,
- Material de apoio social,
- Material para a produção escolar,
- Mobiliário equipamento e outros materiais e serviços
- Material de higiene e limpeza.

De modo a adequar ou alinhar com as demais componentes desta proposta a distribuição do ADE pelas escolas deverá adoptar critérios complementares aos existentes que se baseiam no número de alunos podendo incluir igualmente o tipo de construção, nível de destruição etc: O mesmo procede ao nível da escola a distribuição pelas diferentes rúbricas, dependendo da realidade de cada escola, poderá priorizar uma das seguintes rúbricas: material para pequenos reparos, material e equipamentos (que inclui lonas) e material de limpeza e apoio social.

No contexto pós-emergência, os materiais acima referidos poderão ajudar nas pequenas obras de reparação de equipamento escolar, a reposição dos tectos através do reaproveitamento das chapas e utilização de lonas tarpaulin bem como a aquisição de algum mobiliário chave para o assegurar o pleno funcionamento do processo de ensino-aprendizagem.

IV. ACTIVIDADES

Actividade 1. Selecção das escolas beneficiárias

O MINEDH selecciona as escolas beneficiárias em colaboração com as DPEDHs e SDEJTs. As DPEDHs deverão submeter a propostas das escolas seleccionadas de acordo com os critérios pré-definidos para o efeito.

Actividade 2. Definição de critérios adicionais para o ADE de Emergência

Tomando em consideração que o critério de alocação de fundos para as escolas baseia-se no número de alunos, neste caso de emergência, urge determinar critérios complementares que possam ajudar na distribuição pelas escolas e ou a distribuição do orçamento pelas diferentes rúbricas, indicando as que se acharem prioritárias no âmbito da emergência.

Actividade 3. Distribuição do ADE pelas escolas seleccionadas

De acordo com as normas vigentes o MINEDH define o valor global do programa em função dos fundos disponíveis, e estes fundos são transferidos a cada SDEJT que por sua vez faz a alocação as escolas. A alocação de fundos por ano pode ser feita em duas tranches, sendo a primeira no primeiro trimestre e a segunda no 3º trimestre, mediante a apresentação dos justificativos da primeira tranche.

Para este ADE de Emergência a distribuição pelas escolas obedecerá o seguinte calendário.

1ª transferência – 3º Trimestre de 2020

2ª transferência – 1º Trimestre de 2021

3ª transferência – 3º Trimestre de 2021

O programa prevê abranger 2,278 escolas primárias e secundárias e secundárias nas províncias de **Cabo Delgado** (Chiure, Ibo, Macomia, Mocimboa da Praia, Mueda, Ancuabe, Meluco, Palma, Pemba-Metuge, Quissanga e Muidumbe), **Manica** (Vanduzi, Barue, Manica, Sussundenga, Mossurize, Machaze, Macossa, Macate e Guro), **Nampula** (Monapo, Namapa-Erati, Nacarroa e Memba), **Sofala** (Muanza, Chibabava, Dondo, Cidade da Beira, Buzi e Nhamatanda) e **Zambézia** (Chinde) beneficiando um total de 2,102,897 alunos.

Actividade 4 – Controle e Prestação de Contas

Os SDEJTs têm a responsabilidade de assegurar que as despesas sejam realizadas de acordo com as orientações contidas no Manual de Procedimentos. Os SDEJTs são destinatários de todos os documentos de suporte originais (provenientes das escolas e ZIPs) e deve fazer a verificação cuidadosa e recomendar a correção de eventuais irregularidades.

Por sua vez, os SDEJTs submetem os processos a DPEDH para compilação e envio ao MINEDH. De referir que a transferência de fundos subsequentes depende da justificação atempada dos fundos recebidos obedecendo o seguinte calendário

Acção	Responsável	Destino	Prazo
Justificação da 1ª tranche	Escolas	SDEJT	30 de Maio
Justificação da 2ª tranche	Escolas	SDEJT	28 de Novembro
Relatório de implementação de ADE ao nível do distrito	SDEJTs	DPEDH	15 de Dezembro
Relatório de implementação do ADE ao nível da Província	DPEDH	MINEDH	23 de Dezembro

Actividade 5 – Monitoria (a ser integrada na Monitoria global)

A monitoria do programa de ADE de emergência será realizada pelo MINEDH, as Direcções Provinciais de Educação e Desenvolvimento Humano (DPEDH) e Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia (SDEJT) nas cinco províncias beneficiárias de acordo com o Manual de Procedimentos do ADE.

VI RESULTADOS ESPERADOS E INDICADORES DE RESULTADO

Alunos de escolas primárias nas zonas afectadas com maior acesso a educação em ambiente seguro e acolhedor através do apoio directo as escolas.

Actividade 1. Selecção das escolas e avaliação

- Número de avaliações das escolas seleccionadas para o ADE

Actividade 2. Definição de critérios adicionais para o ADE de Emergência

- # Actividades prioritárias definidas

Actividade 3. Distribuição do ADE pelas escolas seleccionadas

- Numero de escolas que receberam ADE no âmbito da emergência
- Número de rapazes, raparigas e professores e professoras que beneficiam do ADE

Actividade 4 – Controlo e Prestação de Contas

- % de províncias com prestação de contas atempada
- % de distritos com prestação de contas atempada
- % de escolas com prestação de contas atempada

Actividade 5 – Monitoria

VII PERÍODO DE IMPLEMENTAÇÃO (JUNHO 2020-DEZEMBRO 2021)

O programa de ADE de emergência terá de um ano obedecendo o calendário

Actividade	2020			2021			
	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Definição de critérios p/o ADEeE							
Avaliação das escolas seleccionadas							
Distribuição do ADE por tranches							
Controlo e prestação de contas			28 de Novembro		30 de Maio		28 de Novembro
Monitoria							
Relatório final							

VIII. RECURSOS HUMANOS

A gestão do ADE prevê o envolvimento de pelo menos três técnicos da área financeira : 1) do nível central do MINEDH -DAF, 2) um técnico com as direcções provinciais de educação e um ao nível do distritos. A nível de cada SDEJTs existe um Ponto Focal para acompanhar o processo de implementação. Este ponto focal deve fazer o acompanhamento regular do processo de implementação do programa desde a divulgação, execução do fundo pelas escolas e a respectiva prestação de contas.

IX. ORÇAMENTO

ENSINO PRIMARIO

ENSINO SECUNDARIO

PROVINCIA	DISTRITO	VALOR			OVINCIA	DISTRITO	VALOR
		1ª tranche	2ª tranche	Total			
SOFALA	Muanza	1,481,140	246,620	1,727,760	FALA	Muanza	42,951
	Chibabava	2,812,120	1,124,080	3,936,200		Chibabava	36,456
	Dondo	3,371,340	2,824,460	6,195,800		Dondo	319,839
	Cidade da Beira	6,570,103	6,437,383	13,007,486		Cidade da Beira	671,817
	Búzi	3,474,180	1,632,860	5,107,040		Búzi	149,847
	Nhamatanda	4,588,340	4,064,620	8,652,960		Nhamatanda	303,462
	Sub Total	22,297,223	16,330,023	38,627,246		Sub Total	1,524,372
MANICA	Vanduzi	2,980,500	2,330,900	5,311,400	MANICA	Vanduzi	193,851
	Bárué	4,323,483	3,194,883	7,518,366		Bárué	260,079
	Manica	4,231,500	3,335,380	7,566,880		Manica	325,926
	Sussundenga	3,619,000	2,789,520	6,408,520		Sussundenga	160,293
	Mossurize	3,949,160	2,725,960	6,675,120		Mossurize	116,070
	Machaze	2,909,060	1,406,500	4,315,560		Machaze	84,150
	Macossa	1,125,180	763,940	1,889,120		Macossa	36,243
	Macate	1,822,540	1,406,020	3,228,560		Macate	88,545
	Guro	1,926,360	1,357,320	3,283,680		Guro	183,225
		Sub Total	26,886,783	19,310,423	46,197,206		Sub Total
ZAMBEZIA	Chinde	2,212,740	757,820	2,970,560	MBEZIA	Chinde	106,200
	Sub Total	2,212,740	757,820	2,970,560		Sub Total	106,200
NAMPULA	Monapo	5,512,240	3,835,000	9,347,240	MPULA	Monapo	129,288
	Namapa - Eráti	5,482,900	4,202,620	9,685,520		Namapa - Eráti	140,826
	Nacarôa	2,922,160	2,124,920	5,047,080		Nacarôa	100,584
	Memba	4,618,580	2,652,300	7,270,880		Memba	77,496
	Sub Total	18,535,880	12,814,840	31,350,720		Sub Total	448,194
CABO DELGADO	Chiúre	4,773,923	2,574,163	7,348,086	BO DELGADO	Chiúre	143,418
	Ibo	296,300	116,940	413,240		Ibo	18,924
	Macomia	1,615,540	968,220	2,583,760		Macomia	
	Mocimboa da Praia	2,301,040	1,485,920	3,786,960		Mocimboa da Praia	82,500
	Cidade de Pemba	4,588,340	2,403,060	6,991,400		Mueda	113,898
	Mueda	2,981,220	2,146,900	5,128,120		Ancuabe	60,972
	Ancuabe	2,326,240	1,780,560	4,106,800		Meluco	47,697
	Meluco	955,520	337,760	1,293,280		Palma	41,346
	Palma	1,006,380	553,340	1,559,720		Pemba - Metuge	50,451
	Pemba - Metuge	1,399,240	1,006,040	2,405,280		Quissanga	10,710
	Quissanga	1,023,720	297,600	1,321,320		Muidumbe	57,687
	Muidumbe	1,534,460	1,398,780	2,933,240		Sub Total	627,603
	Sub Total	24,801,923	15,069,283	39,871,206			
		GRAND TOTALS	94,734,549	64,282,389	159,016,938		GRAND TOTALS
						USD	65,948.43

USD 2,524,078.38

11.1.4. FORNECER OS KITS DE HIGIENE PARA AS RAPARIGAS

I. CONTEXTO

A nível global, tem-se verificado uma tendência positiva na paridade de género em relação às taxas de abandono escolar, isto é: há menos diferenças entre rapazes e raparigas no que toca a assiduidade e permanência nas escolas.

No entanto, existem certas regiões do mundo em que as desigualdades continuam a ser notáveis, por vários factores dentre eles a deficiente **Gestão de Higiene Menstrual**. Entretanto a melhoria das condições básicas de higiene, saneamento escolar, disponibilização de água para lavagem das mãos, reabilitação e/ou construção de sanitários, condicionam um aumento da frequência, permanência dos alunos reduzindo em 58% as probabilidades de absentismo escolar. Alguns estudos revelaram que:

- Mais de 60% das raparigas nunca ouviu falar da menstruação antes da sua Puberdade (Water, Sanitation and Hygiene– WASH – United; www.menstrualhygieneday.org 2005.);
- Uma em cada dez raparigas falta à escola durante o período menstrual devido à falta de pessoal de apoio nas escolas e as dificuldades em discutir as questões relacionadas com a higiene menstrual, mesmo com os membros da família. Citam se como exemplo a Tanzânia mostrou que 33% das raparigas relataram falta de pensos higiénicos como motivo de absentismo, 43% falta de privacidade na escola. Na, Etiópia, 55%, relataram terem faltado 1 a 4 dias durante a menstruação, sendo as principais razões o medo, vergonha de descarga súbita de sangue menstrual, falta de absorventes para gerir a higiene menstrual e dificuldade em concentração na escola (*Sanitation: TheChallenge. New York: UNICEF, 2005*);
- Cercas de 70% das infecções vaginais são causadas por materiais não higiénicos durante o período menstrual (*Water, Sanitation and Hygiene–WASH–United; www.menstrualhygieneday.org 2005.*);
- Em alguns países, as raparigas menstruadas são consideradas “contaminadas”, “sujas” e “impuras”, pelo que não têm, permissão para usar fontes de água, latrinas, cozinhar, assim como participar em actividades socioculturais incluindo as religiosas (*Sanitation: TheChallenge. New York: UNICEF, 2005*);

Por tanto se a menstruação não for adequadamente gerida, por vários motivos dentre elas a falta de conhecimento sobre os cuidados a ter, mitos ou tabus, crenças em torno da menstruação, falta de espaço e provisão de água dentro das infraestruturas sanitárias escolares, este acontecimento natural e necessário torna-se num problema pessoal de grande impacto na vida desta adolescente sobretudo no processo de ensino-aprendizagem, manifestando-se pelo absentismo e desconcentração durante as aulas e consequentemente baixo desempenho escolar e provavelmente motiva a desistência

Pelo que, Moçambique, tal como outros países integram a Plataforma Mundial de organizações com vista a encontrar formas de superar os desafios e as dificuldades que as raparigas enfrentam na escola com vista a garantir o desempenho escolar, o que pressupõem envidar esforços tendentes a encontrar soluções inovadoras em torno da gestão da higiene menstrual, como forma de reconhecimento da dignidade da rapariga em idade escolar com vista a participação equitativa e inclusiva, através da disponibilidade de Kit feminino, realização de sessões de Educação para saúde sexual e reprodutiva incluindo a higiene menstrual, para alunas dos distritos afectados pelos ciclones nomeadamente Sussundenga (Província de Manica), Nhamatanda, Dondo, Búzi e Cidade da Beira (Província de Sofala), Chinde e Inhassuge (Província da Zambézia) e Macomia (Cabo Delgado).

O que já foi feito e não feito neste programa? Qual são as lacunas?

1. Realizado o seminário Nacional sobre a reflexão e desafios da Gestão e Higiene menstrual nas escolas;
2. Realizado um estudo sobre mitos da gestão menstrual na província de Maputo e partilhados os resultados;
3. Elaborado e distribuído manual sobre questões de Higiene menstrual;
4. Criado um grupo de rapariga que produzem uma modalidade de penso alternativo em Nampula, Gaza, Tete e Manica;
5. Colocadas 11 caixas de gestão menstrual na cidade de Maputo;
6. Elaborado folhetos informativo sobre a gestão e higiene menstrual;
7. Capacitados 120 professores formadores em gestão menstrual;
8. Criado 300 núcleo de saneamento e gestão menstrual composto por alunos e professores na cidade de Maputo;
9. Capacitados 180 Técnicos da educação e 15 membros da comunidade sobre abordagem da gestão e higiene menstrual das províncias da zona Centro e Norte do país;
10. Capacitados 350 instrutores dos Institutos de formação dos Professores sobre abordagem da gestão e higiene menstrual;
11. Inaugurado o bloco de sanitário adaptado a gestão e higiene menstrual no distrito de Mopeia – Zambézia;
12. Realizada uma Mesa Redonda com objectivo de reflectir sobre a Gestão de Higiene Menstrual nas Escolas e constatou-se que não existe um Modelo de Infra-estruturas Sanitárias Inclusivas e adaptadas à Gestão da Higiene Menstrual. No final foi recomendado:
 - Realização de um estudo de modo a definir modelos adequados e inclusivos;
 - Reforço e intensificação de acções de advocacia, consciencialização e sensibilização para os membros do Governo, Pais, encarregados de educação e sociedade civil de forma contínua;
 - Expansão das actividades comemorativas, sobre o ***Dia da Gestão Higiene Menstrual***, envolvendo mais parceiros governamentais e não-governamentais que apoiam os sectores de Educação, Saúde, Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos,
 - Realizar um estudo sobre a percepção que as raparigas, pais e encarregados de educação, membros do conselho de escola tem sobre a gestão menstrual de forma regional (Inhambane, Tete e Nampula)

Qual é a relação com o objetivo principal de PEE?

Objectivo PEE: Promover o acesso e a qualidade de ensino para todas as meninas e meninos em idade escolar (3-18 anos de idade) e a continuidade da educação de qualidade, inclusiva e segura em situações de emergência causadas pela Idai, Kenneth, as cheias, inundações e ventos fortes no período chuvoso (outubro 2019-fevereiro 2020) e a insegurança causada pelos grupos malfeitores em norte de país.

III. OBJECTIVO PRINCIPAL E OBJECTIVOS ESPECÍFICOS DE COMPONENTE.

O programa de Saúde Escolar, no âmbito da emergência tem como principal objetivo prestar assistência as alunas mais afetadas e se encontram em grande vulnerabilidade pelos ciclones Idai, Kenneth, com intuito de melhorar a assiduidade e frequência durante as aulas e elevar o desempenho escolar, através da disponibilização do kit de dignidade, kit de higiene e realização de sessões de Educação para a Saúde, Sexual e Reprodutivas, em articular a higiene e gestão menstrual.

IV. ESTRATÉGIAS PRINCIPAIS

- Quebrar o silêncio e tabus ao nível individual, sociedade e governo para mudar a percepção da menstruação de negativo a positivo;

- Reforçar a plataformas de debates sobre cuidados da higiene menstrual nas escolas com envolvimento do conselho da escola, parceiros de desenvolvimento e sociedade civil;
- Sensibilizar a comunidade escolar para aderir nas acções sobre cuidados da gestão da higiene menstrual;
- Promover o acesso aos produtos de cuidados da higiene menstrual acessíveis para raparigas em todo.

V. ACTIVIDADES POR REALIZAR

- Elaboração de termos de referência;
- Lançamento do procurment para aquisição do kit, incluindo a identificação da empresa que fará entrega do kit nas escolas
- Aquisição das calcinhas adequadas a higiene menstrual com penso alternativo reutilizável
- Aquisição de barras de sabão e pacotes de detergente em pó
- Empacotamento e distribuição do kit completo;
- Monitoria formativa e assistência técnica as raparigas sobre saúde sexual e reprodutiva
- A selecção de empresas para prestação deste serviço terá como base, avaliação das especificações técnicas referidas neste termo de referência, a qualidade do produto e o menor preço apresentado.
- No acto da entrega da candidatura ao concurso público, deverão submeter amostra de calcinhas, sabão e detergente em pó, para permitir uma avaliação técnica dos produtos.

Em processo de construção de Sanitários Inclusivos a Gestao Higiene Menstrual:

- Alto Molocue: 1) ESG de Nauela (sanitário com agua Canalizada) e 2) EPC de Mugema. Sanitarios SEM agua canalizada
- Ile: 1) de Errego, 2) EPC de Ile sede e 3) ESG de Socone, todas com sanitários do modelo com agua canalizada e 4) EPC de Muivia (sanitários SEM agua canalizada)
- Namarroi: 1) ESG de Namarroi sede (vila) e EPC de Uetxe- na sede da vila. Os dois com agua canalizada
- Mopeia: 1) ESG de Lualua, 2) EPC Julius Nyerere, 3) EPC de Chimuarra, 4) EPC de Nhakatundo e 5) EPC 16 de Junho, na sede do distrito. Todos os sanitários são sem agua canalizada.
- Morrumbala: 1) EPC/ESG de Zaone, 2) EPC do Aeroporto, 3) EPC de Mepinha, 4) EPC de Nagir e 5) EPC de Murire

ESPECIFICAÇÕES ESPECIFICAS DOS COMPONENTES DO KIT DE HIGIENE

Kit de dignidade: é o nome que se atribue ao material destinado para a gestão e higiene menstrual, composto por calcinha especifica e um penso/toalha reutilizável.

I. CALCINHAS

1. Dimensões

Calcinha tamanho Pequeno:

Cor – Diversificado; Cintura – 28,0 cm; Comprimento – 24,0 cm; Bolso – 22,0cm

Calcinha tamanho Mediana

Cor – Diversificado; Cintura – 31,0 cm; Comprimento – 25,0 cm; Bolso – 22,0 cm

Calcinha tamanho Grande

Cor – Diversificado; Cintura – 34,0 cm; Comprimento – 26,0 cm; Bolso – 22,0 cm

2. Tipo de material

a) **Panti** – deve conter;

- 93% poliéster – Bolso impermeável em nylon

- 7% Spandex – revestido com silicone

b) **Toalha** – 22 x 22 cm, deve conter:

- 80% Poliéster – toalha absorvente em microfibra de poliéster

- 20% poliamida

KIT DE HIGIENE

O **Kit de higiene** é o nome que se atribui aos produtos de higiene, composto por sabão e detergente em pó, a fim de garantir a higiene individual e assim como lavagem a roupa íntima (kit de dignidade);

II. BARRA DE SABÃO

½ Barra de sabão mainato, cor castanho ou verde

III. DETERGENTE EM PÓ

Um pacote de detergente em pó, numa embalagem de um (1) kg

V. RESULTADOS ESPERADOS E INDICADORES DE RESULTADO

Quebrado o silêncio e tabus ao nível individual, sociedade e em relação a percepção da menstruação como um fenómeno negativo;

Reforçada a plataformas de debates sobre cuidados da higiene menstrual nas escolas;

Sensibilizar a comunidade escolar para aderir nas acções sobre cuidados da gestão da higiene menstrual com envolvimento do conselho da escola, parceiros de desenvolvimento e sociedade civil;

Disponibilizado o kit de dignidade, proporcionando um conforto para as raparigas durante o período menstrual;

Reduzidos os índices de absentismo e desperdiço escolar nível das raparigas e aumento no número de alunas matriculadas no ano de 2021 nas escolas abrangidas pelo programa.

VI. PERÍODO DA IMPLEMENTAÇÃO (JUNHO 2020-DEZEMBRO 2021)⁵⁰

O programa de assistência e apoio a rapariga através do kit de dignidade de emergência irá decorrer de Junho de 2020 a Dezembro de 2021, no entanto as acções de educação para saúde são permanentes.

VII. RECURSOS HUMANOS

Para a implementação o MINEDH, as DPEDH e SDJETS participarão em todo processo de distribuição e mediante fichas de registo realizar-se-á todo controle das alunas beneficiárias. Por outro lado, capacitação em trabalho sobretudo durante a fase inicial da distribuição do kit será realizada afim de assegurar a disseminação da informação em relação a saúde sexual e reprodutiva e gestão e higiene menstrual. No final de implementação do programa realizar-se-á uma avaliação com vista a aferir os resultados alcançados em cada distrito;

⁵⁰ Porque estes fundos são concentrados em emergência, devem ser utilizados dentro um período limitado (1 ano até 1.5 ou max. 2 anos) Mas em geral o secretariado da PGE tem expectativa que todos os fundos são utilizados antes 1 ano ou 16 meses. Qualquer duração mais longa deve ser bem explicada antes receber uma autorização para uma extensão de período de implementação.

As monitorias vão envolver uma brigada constituída por 2 funcionários do nível Central, 1 funcionário de cada Direcção Provincial de Educação e Desenvolvimento Humano e 1 funcionário de cada Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia e 1 motoristas, totalizando 4 técnicos e 1 motorista por Província,

VII. ORÇAMENTO

Proposta de orçamento para aquisição de kits de higiene			
Custo por kit composição do kit- 2 calcinhas, 2 toalhas, 1 sabao e pacote de detergente em pó			
Descrição	Custo unitário (MZN) per kit/criança	Qtd para distribuição	Total
2 Calcinha/panti	1,600.00	13,500	21,600,000.00
2 Toalha	700.00	13,500	9,450,000.00
1 Barra de Sabao	50.00	13,500	675,000.00
1 Detergente em pó	200.00	13,500	2,700,000.00
Actividade de circulos de interesse/partilha de informação	10.00	13,500	135,000.00
Distribuição das provincia (DPEDH) para SDEJD e para as escolas (0.1%)			350,000.00
TOTAL	2,560.00		34,910,000.00

11.2 MANTER E MELHORAR A QUALIDADE DE ENSINO

11.2.1 TREINAR FORMADORES E PROFESSORES EM EeE, RRD E AP

I CONTEXTO

O aumento da frequência e intensidade de desastres tem causado danos catastróficos especialmente para as crianças e comunidades mais vulneráveis, vivendo em condições precárias. A educação tem sido um dos sectores mais afectados pelo impacto negativo dos desastres, só no 2019, Moçambique sofreu de dois ciclones Idai (14 e 15 de março) e Kenneth (25 de abril) dentro um período de apenas 5 semanas..

Estudantes e professores também passaram por eventos traumáticos devido à crise. As famílias, crianças e os professores perderam suas casas, foram deslocadas e, em alguns casos, perderam membros da família, amigos, colegas e professores. Com a perda de meios de subsistência, os efeitos desse trauma continuarão a ser exacerbados.

Neste contexto, a formação para formadores e professores na área de apoio psicossocial (AP) é importante como estratégia para preparar os professores e as suas escolas melhor para qualquer emergência e preparar os professores ser mais resilientes nas emergências e sensível sobre o assunto de AP. Apenas quando os professores tenham o melhor conhecimento sobre AP e o que significa e como aplicar na escola e nas suas salas de aula podem apoiar os alunos afectados pelas emergências e reconhecer se eles precisam apoio, acompanhamento ou uma atenção específica de professor, os membros de sua família ou comunidade.

Na base da abordagem geral de 'toda a escola' e 'toda a criança' do programa EeE subsidiado pelo PGE de concentrar este programa EeE subsidiado pela PGE está a propor uma formação para os professores nas mesmas escolas seleccionadas para a reabilitação ou reconstrução e programa da alimentação escolar. Veja a lista de escolas anexadas.

II OBJECTIVOS

A presente componente de *Capacitação em Redução de Risco de Desastres, Gestão de Emergência e Apoio Psicossocial nas Escolas* assenta no Objectivo Estratégico 2 (OE 2) da Estratégia para Resposta e Recuperação Pós Ciclone elaborado pelo MINEDH em coordenação e apoio do GCEeE que visa a *Manter e melhorar a qualidade do ensino, proporcionando a todas as raparigas e todos os rapazes em idade escolar (3-18 anos) afectados pela emergência através oportunidades de aprendizagem de qualidade e inclusivo num ambiente seguro.*

Objectivo principal: Fortalecimento da resiliência dos professores e alunos afectados pelos ciclones e inundações através da provisão capacitações para que estejam melhor preparados a responder e recuperar-se em qualquer situação de emergência.

III OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

Objectivo específico 1:

Assegurar a formação de técnicos do sector da educação, professores e membros da comunidade escolar nos distritos/zonas abrangidas em matérias de redução de risco de desastres, de forma a garantir a continuidade do acesso à aprendizagem de qualidade (incluindo habilidades para a vida) a todas as crianças afectadas.

Objetivo específico 2:

- Formar facilitadores e professores em matérias de apoio psicossocial, usando uma abordagem harmonizada a nível nacional, para assegurar que os professores realizem sessões de AP ao nível da escola de forma a ajudar as crianças a lidar com as situações traumáticas vividas e desenvolver neles a cultura de resiliência aos desastres

Objectivo específico 3:

- Fortalecer as capacidades dos alunos em reagir e recuperar-se dos efeitos dos desastres através da sua participação em actividades de Apoio Psicossocial e da redução de risco de desastres à nível da escola.

IV ESTRATÉGIAS PRINCIPAIS

No âmbito do Apoio Psicossocial desenvolver uma abordagem harmonizada em matéria de AP, o processo de produção do manual e formações obedeceram a diferentes fases.

1) Formação de formadores e Formação de professores

As formações devem respeitar as opiniões de todos participantes, os hábitos culturais e visam construir ou fortalecer a empatia, transparência, resiliência, oferecendo novos estilos de vida.

O material de formação consiste em módulos que têm a mesma estrutura (objetivos de aprendizagem, descrição da actividade de formação, materiais necessários e uma avaliação para confirmar se os objectivos de aprendizagem foram alcançados em termos de conhecimento, habilidades e atitudes

2) Prática de AP na escola

Os módulos e aulas de formação têm a duração de cerca de 90 minutos, pelo que estes módulos podem ser. Os professores precisam pelo menos 4 dias para concentrar se neste assunto de AP e preparar se para a prática na sua escola.

V ACTIVIDADES, RESULTADOS ESPERADOS E INDICADORES

Resultado 1 – Capacidades técnicas de preparação, resposta e recuperação a emergências escolares são reforçadas em nível provincial e local, através da capacitação técnica de pontos focais de emergência provincial e distrital, coordenadores de ZIPs, gestores escolares, professores, alunos e comunidade escolar incluindo pais e encarregados de educação na elaboração e implementação do Plano de Emergência Básico para Escolas (PEBE) nas áreas de risco de inundações e ciclones.

Indicadores:

- (v) **% de crianças, professores e gestores de escolas** com conhecimento comprovado em DRR e na resposta as emergências escolares como resultado da conscientização e promoção oferecidas aos alunos, professores.
- (vi) **# de PEBE/BESP elaborado e implementado nas escolas** com envolvimento da comunidade escolar como uma ferramenta oficial de gestão de emergência nas escolas.
- (vii) **# de escolas com CEGRC estabelecidos** para efetivar a gestão de emergência nas escolas
- (viii) **# de formadores com conhecimentos comprovados sobre DRR e resposta de emergência** nas escolas através da implementação do PEBE nas escolas.

ACTIVIDADES:

Actividade 1: A1 – REFORÇAR AS CAPACIDADES E HABILIDADES TÉCNICAS DOS PONTOS FOCAIS DE EMERGÊNCIA PROVINCIAIS E DISTRITAIS E COORDENADORES DE ZIP NA TEMÁTICA DE DRR E GESTÃO DE EMERGÊNCIA NAS ESCOLAS.

1.1. Providenciar treinamento de treinadores aos principais técnicos do MINEDH a nível Provincial e Distrital e sobre a elaboração do Plano de Emergência Básico para Escolas (PEBE/BESP) e monitoria da sua implementação.

1.2. Fornecer treinamento de treinadores (ToT) aos técnicos distritais e coordenadores de ZIP a nível distrital em formação sobre a Elaboração, Implementação e Monitoria do Plano de Emergência Básico para Escolas (PEBE/BESP).

1.3. Providenciar monitoria sistemática aos técnicos distritais e coordenadores de ZIP na elaboração e implementação do Plano de Emergência Básico para Escolas (PEBE/BESP) nos distritos selecionados de forma a garantir a melhor implementação da ferramenta PEBE/BESP.

Actividade 2: A2 – REFORÇAR A CAPACIDADE DE PREPARAÇÃO, RESPOSTA E RECUPERAÇÃO DAS ESCOLAS EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIAS ATRAVÉS DA ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PEBE/BESP COM O ENVOLVIMENTO ACTIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR.

2.1. Estabelecer e capacitar os Comités Escolares de Gestão de Riscos de Desastres (CEGRC) na temática de Redução de Risco de Desastres, Gestão de Emergência escolar e elaboração e implementação do PEBE/BESP nas suas escolas.

2.2. Realizar implementação do PEBE ao nível da escola, através da instalação de rotas de evacuação, identificação de locais seguros para abrigos de emergência escolar, sistema de aviso prévio.

Resultado 2 – Capacidades técnicas em realizar actividades de Apoio Psicossocial (AP/PSS) são reforçadas em nível provincial e local, através da realização de Formação de Formadores aos pontos focais de emergência provincial e distrital, coordenadores de ZIPs, gestores escolares e professores em Apoio Psicossocial.

- Harmonizada a abordagem nacional em matéria de AP;
- Criadas equipas de formadores nacionais, provinciais e distrital e nas ZIPs em matéria AP;
- Respondidas as necessidades de professores e crianças em matéria de AP nas escolas;
- Elaborado o manual de AP para formadores e professores;
- Elaborados mais módulos para praticar com os alunos;
- Fortalecida a colaboração entre o MINEDH, as ONGs e agências em matéria de AP;
- Fortalecida a coordenação do MINEDH na supervisão de formações, produção de materiais de formação e criação de equipas de formadores nacionais, provinciais e distritais e nas ZIPs em matéria de AP.

Actividade3: A3 – REFORÇAR AS CAPACIDADES DOS PROFESSORES E ALUNOS EM REAGIR E RECUPERAR-SE AOS EFEITOS DOS DESASTRES ATRAVÉS DE IMPLEMENTAÇÃO DE ACTIVIDADES DE APOIO PSICOSSOCIAL NAS ESCOLAS

3.1. Realizar formação sobre AP para directores pedagógicos nas ZIPs afectadas pelo Idai e Kenneth em 6 províncias

Indicador:

- (i) **# de directores pedagógicos formados em Apoio Psicossocial** com conhecimento comprovado em realizar acompanhamento psicossocial em alunos afectados por desastres naturais.

3.2 Realizar formação para todos os professores sobre AP nas ZIPs afectados pelo Idai e Kenneth em 6 províncias

A formação dos professores inclui uma orientação aos professores sobre como usar o manual para os formadores e professores e seleccionar os módulos para os alunos que incluem: Primeiro Socorros Psicológico; - Saúde mental - Fortalecimento da resiliência individual e comunitária; - Falar sobre sentimentos; - Gestão da sala de aula nas emergências; - Gestão de conflitos; - Envolvimento da comunidade; - Jogos, música, narração de histórias, actividades de arte criativa; Preparação para as emergências (mapeamento e redução de riscos, oportunidades)

Indicador:

de professores formados em Apoio Psicossocial com conhecimento comprovado em realizar acompanhamento psicossocial em alunos afectados por desastres naturais.

3.3. Providenciar monitoria sistemática nas escolas de forma a monitorar e avaliar a efetividade das actividades de Apoio Psicossocial nas escolas e a implementação do PEBE.

Esta actividade visa fortalecer a coordenação do MINEDH na supervisão de formações, e a criação de equipas provinciais e distritais e de ZIP no AP. Os directores pedagógicos de ZIP escrevem relatórios sobre as formações descrevendo o número de participantes, as suas observações e recomendações para a sua melhoria e a implementação da prática de AP nas escolas. Estes relatórios são enviados a pontos focais distritais de EeE para a sua consolidação

O coordenador de ZIP e/ou director pedagógico de ZIP será responsável para monitorar a prática deste AP nas escolas e para fazer relatórios trimestrais sobre o seu progresso: Aconteceram, sim ou não, quantos professores fizeram, quantos alunos envolvidos, quais actividades foram feitas e os primeiros resultados. O ponto focal distrital de EeE será responsável para consolidar um relatório distrital na base de informação da ZIP. O ponto focal provincial de EeE será responsável para consolidar um relatório provincial na base da informação dos pontos focais distritais de EeE. Por fim, o MINEDH/DAT será responsável para finalizar um relatório nacional sobre o progresso nestas formações para os professores e a prática de AP na escola.

Actividade 4: A4 – REFORÇAR AS CAPACIDADES DOS ALUNOS EM REAGIR E RECUPERAR-SE AOS EFEITOS DOS DESASTRES ATRAVES DE IMPLEMENTAÇÃO DE ACTIVIDADES DE APOIO PSICOSSOCIAL NAS ESCOLAS.

4.1 Providenciar sessões de Apoio Psicossocial nas escolas de forma a reforçar as capacidades dos alunos em reagir e recuperar-se dos efeitos dos desastres.

Os professores a nível das ZIPs seleccionadas, são preparados organizar AP para os seus alunos. Os professores são preparados não para instruir os alunos sobre AP, mas ser mais sensíveis pelos os seus alunos, suas preocupações, perguntas, problemas etc. em relação de sua situação pessoal, causada pela emergência ou questões familiares ou outras razões. Também eles serão preparados como usar o manual, sobre tudo os módulos especificamente para os alunos e como preparar melhor os alunos para qualquer emergência e criar mais resiliência nas situações de emergência. Finalmente o professor vai

realizar a importância de bem-estar de cada aluno e como estimular-ou apoiar-o através jogos, e arte criativa como música, dança, desenhos etc. No fim da formação (4-6 sessões de workshops ao nível de ZIP) o professor deve mostrar um plano de acção com datas para as práticas de AP na sua escola.

Indicadores:

- (i) **# de alunos envolvidos nas práticas de Apoio Psicossocial na escola** desagregados em Masculino e Feminino comprovados através das visitas de monitorias para avaliar a efetividade da implementação do AP.
- (ii) **# de professores que praticam Apoio Psicossocial na escola** através de encontros individuais com os alunos e de actividades extracurriculares de jogos, arte criativa (música, dança, desenho etc.).

4.2 Envolver os alunos na implementação do PEBE ao nível da escola em todas as suas fases.

Indicador:

de alunos envolvidos nas práticas de Apoio Psicossocial na escola desagregados em Masculino e Feminino comprovados através das visitas de monitorias para avaliar a efetividade da implementação do AP.

Orçamento

I. ORÇAMENTO DA COMPONENTE DAS CAPACITAÇÕES EM DRR E PSS				
Linhas Orçamentais	Custos Detalhados			Custo Total (US\$)
	Unid.	Quant.	Custo Unit.	
A. CUSTO DE CAPACITAÇÕES				\$1,129,500
1. CAPACITAÇÃO EM DRR E PEBE				
1.1. Treinamento de Treinadores Provincial (ToT) aos técnicos da DPEDH e SDEJT - 45 participantes (Lanche+Almoço+Aluguer de Sala+Material didactico)		6	\$4,000	\$24,000
1.2. Treinamento de treinadores Distritais (ToT) aos coordenadores de ZIP - 45 participantes (Lanche+Almoço+Material didactico)		80	\$1,500	\$120,000
1.3. Estabelecimento dos CEGRC e implementação do PEBE nas Escolas (Lanche+Almoço+Material didactico)		300	\$1,500	\$450,000
2. CAPACITAÇÃO EM APOIO PSICOSSOCIAL				
2.1. Formação sobre AP para Directores Pedagógicos nas ZIPs		41	\$1,500	\$61,500
2.2. Formação para todos os professores sobre AP nas ZIPs		316	\$1,500	\$474,000
B. CUSTOS DE OPERAÇÕES				\$218,500
1. MISSOES				
1.1. Missoes MAPUTO-Sofala/Manica/Tete/Zambezia/Nampula/Cabo Delgado-MAPUTO de 2 tecnicos do MINEDH/DAT realizar o ToT de PEBE nas Provincias (Ticket+Perdiem)		12	\$2,500	\$30,000
1.2. Missoes MAPUTO-Sofala/Manica/Tete/Zambezia/Nampula/Cabo Delgado-MAPUTO de 3 tecnicos do MINEDH/DAT realizar o ToT de AP nos Distritos (Ticket+Perdiem)		12	\$3,000	\$36,000
1.3. Missoes da Capital Provincial aos Distritos para (1) ponto focal de Emergencia + (1) motorista da DPEDH apoiar na realização do ToT de PEBE nos Distritos (Perdiem+Combustivel)		40	\$1,250	\$50,000
1.4. Missoes da Capital Provincial aos Distritos para (1) ponto focal de Emergencia + (1) motorista da DPEDH apoiar na realização do ToT de AP nos Distritos (Perdiem+Combustivel)		82	\$1,250	\$102,500
1.5. Missoes dos PF de Emergencia Distritais para as Capitais Provinciais para receberem o ToT de PEBE (Perdiem+Combustivel)		41	\$500	\$20,500
CUSTO TOTAL				\$1,348,000

11.4. FORTALECER SISTEMAS E PROCESSOS INTERNOS DE COORDENAÇÃO, GESTÃO, MONITORIA E AVALIAÇÃO DA EeE

11.4.1 REALIZAR REUNIÕES DE GRUPOS DA COORDENAÇÃO DE EeE A NÍVEL NACIONAL E PROVINCIAL

I. CONTEXTO

Logo após o ciclone IDAI e mais tarde Kenneth, o MINEDH e o DPEDH organizaram reuniões regulares com parceiros de implementação na EeE, com o objectivo de:

- Coordenar todas as actividades desses parceiros
- Informar esses parceiros sobre regulamentos, normas e desenvolvimentos governamentais no sector educacional
- Receber informações desses parceiros sobre o processo de implementação nos seus projetos e programas
- Harmonizar abordagens de treinamento, normas para reabilitação e construção
- Melhorar o monitoria de diferentes projectos e programas
- Revisar e avaliar a resposta e recuperação de Idai e Kenneth

Nessas reuniões, o governo a nível nacional é apoiado por um coordenador nacional do GCeE (contratado pelo UNICEF) e pelo gestor nacional da informação a nível provincial por um coordenador sub nacional do cluster, ambos contratados pela SCI.

Estas actividades contribuirão a objectivo geral deste programa de EeE: *Promover o acesso e a qualidade de ensino para todas as raparigas e rapazes em idade escolar (3-18 anos de idade) e a continuidade da educação de qualidade, inclusiva e segura em situações de emergência causadas pela Idai, Kenneth, as cheias, inundações e ventos fortes no período chuvoso (outubro 2019-fevereiro 2020) e a insegurança causada pelos grupos malfeitores no norte de país.*

II. OBJECTIVO PRINCIPAL E OBJECTIVOS ESPECÍFICOS DE PROGRAMA.

1. Melhorar a coordenação entre parceiros de implementação e entre parceiros e governo nacional / local

III. OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

1. Fornecer uma plataforma de informações para todos os parceiros de implementação envolvidos na EeE
2. Fortalecer a colaboração entre parceiros de implementação e entre governo e parceiros
3. Melhorar o monitoramento da resposta e recuperação das emergências

IV.

ESTRATÉGIAS

PRINCIPAIS

1. Organizar reuniões regulares
2. Escrever actas com recomendações para acção

V. ACTIVIDADES

1. Discussão, apresentações e explicações

VI. RESULTADOS ESPERADOS E INDICADORES DE RESULTADO

- 4.1.. Encontros organizados

Indicador: 4.1. *Número de encontros e actas produzidos a nível nacional e sub nacional*

VII. PERÍODO DA IMPLEMENTAÇÃO (JUNHO 2020-DEZEMBRO 2021)⁵¹

Cada 2 semanas de Junho 2020 até Junho 2022

VIII. RECURSOS HUMANOS

Coordenadores de GCEeE a nível nacional e sub nacional, gestor nacional de informação, pessoal de MINEDH e parceiros

11.4.2 FORMAR O PESSOAL SELECIONADO DE MINEDH, DPEDH E SDEJT NA RECOLHA, ACTUALIZAÇÃO, ANÁLISE, E APRESENTAÇÃO DE DADOS SOBRE EeE

I. CONTEXTO

Após os ciclones IDAI e Kenneth, o MINEDH e o DPEDH organizaram reuniões regulares com parceiros de implementação na EeE, e foi recrutado um gestor nacional da informação para apoiar o MINEDH recolher, analisar e apresentar a informação relevante sobre EeE a todos os parceiros envolvidos e para partilhar relatórios resumidos sobre o progresso da resposta e recuperação de Idai e Kenneth. Cada mês a informação sobre projectos e programas na EeE é recolhida através formulários com 5 questões (5Ws; o quê, onde, quando, para quem, pelo quem?) e apresenta numa maneira ilustrativa e em comparação com os indicadores e metas concordadas na Estratégia da educação para Idai e Kenneth, Julho 2019-Julho 2020.

II. OBJECTIVO PRINCIPAL

1. Informar os parceiros activos na implementação de projectos e programas em EeE e na resposta e recuperação de Idai e Kenneth, sobre os desenvolvimentos e o progresso feito em comparação com as metas e os indicadores concordados.

III. OBJECTIVOS ESPECÍFICOS DE PROGRAMA

1. Criar um plataforma da informação
2. Formar pessoal selecionado de MINEDH, DPEDH e SDEJT na actualização, análise, e apresentação de dados sobre EeE e progresso na resposta e recuperação de Idai e Kenneth

IV. ESTRATÉGIAS PRINCIPAIS

1. Monitorar o preenchimento de questionários com 5 questões por todos os parceiros
2. Recolher, analisar e apresentar esta informação mensalmente através um resumo em Excel, PDF sobre as áreas afectadas pelo Idai e Kenneth e a presença de parceiros
3. Fornecer laptop a DAT e UCEE ao nível nacional, provincial e distrital. A nível distrital ser distribuído um pacote de software para recolher e partilhar a informação através do celular.
4. Formar formadores e pontos focais da informação a todos os níveis (nacional, provincial e distrital) sobre programas de Word e Excel
5. Atribuir certificados para todo o pessoal que terminar o curso e ser capaz de enviar resumos de progresso na base de padrões concordados nos primeiros três meses sem interrupção.

⁵¹ Porque estes fundos são concentrados em emergência, devem ser utilizados dentro um período limitado (1 ano até 1.5 ou max. 2 anos) Mas em geral o secretariado da PGE tem expectativa que todos os fundos são utilizados antes 1 ano ou 16 meses. Qualquer duração mais longa deve ser bem explicada antes receber uma autorização para uma extensão de período de implementação.

V. ACTIVIDADES

1. Comunicar com todos os parceiros sobre preenchimento de questionários
2. Recolher, revisar toda a informação recebida
3. Formar o pessoal selecionado de MINEDH, DPEDH e SDEJT sobre a gestão, análise e apresentação de dados
4. Monitorar e acompanhar o pessoal selecionado de MINEDH, DPEDH e SDEJT se apliquem o seu novo conhecimento e suas habilidades e sejam capaz apresentar resumos mensais sobre o progresso na resposta e recuperação de Idai e Kenneth.
5. Apresentar certificados a pessoas que mostram suas capacidades e disciplina nesta área de gestão e apresentação de dados.

VI. RESULTADOS ESPERADOS E INDICADORES DE RESULTADO

4.2.1 Comunicação regular com todos os parceiros sobre preenchimento de questionário de 5Ws

4.2.2. Recolha e análise mensal de toda informação recebida dos parceiros

4.2.3 98 pessoal⁵² formado na área de gestão da informação

Indicador: 4.2.1. *Número de pessoal formado na gestão da informação*

4.2.4 12 laptop por cada DPEDHs afectadas e UCEE provincial

Indicador: 4.2.2 *Número de laptops e impressoras distribuídos*

VII. PERÍODO DA IMPLEMENTAÇÃO (JUNHO 2020-DEZEMBRO 2021)

Cada mês de Junho 2020 até Junho 2022 serão apresentados os resumos sobre o progresso da resposta e recuperação de Idai e Kenneth pelo gestor nacional da informação. No período de junho até setembro 2020 serão as formações a nível nacional, provincial. Os participantes nesta formação, os pontos focais provinciais de EeE e 2 representantes de UCEE podem mostrar as suas habilidades independente do formador/gestor nacional da informação no período outubro-dezembro. Quando mostrem as suas capacidades e disciplina para apresentar os resumos mensais possam receber um certificado pelo director de DPEDH.

No ano 2021 as mesmas formações são organizadas pelas formadores/gestores da informação aó nível distrital no período fevereiro-abril 2021. Logo este período da formação, os formandos (pontos focais distritais de EeE e representantes de UCEE/SDEJT) e quando eles mostrem as suas capacidades e disciplina para apresentar os resumos mensais possam receber um certificado pelo director/pela directora de SDEJT.

Resumindo:

Actividades	Período
Formação provincial para os pontos focais EeE e representantes de UCEE	junho – setembro 2020
Produção de resumos mensais sobre o progresso na resposta e recuperação de Idai e Kenneth	outubro-dezembro 2020
Certificação de formandos provinciais	dezembro 2020
Formação distrital para os pontos focais EeE e representantes de UCEE	fevereiro – abril 2021
Produção de resumos mensais sobre o progresso na resposta e recuperação de Idai e Kenneth	maio-julho 2021
Certificação de formandos distritais	julho 2021

VIII. RECURSOS HUMANOS

⁵² 2 membros de DAT e DIEE a nível nacional e todos pontos focais de EeE e provinciais e 1 membro de UCEE provincial e todos pontos focais de EeE e membros de UCEE nos 41 distritos ; total de 98 pessoas

Gestor nacional de informação e o pessoal de MINEDH e parceiros

11.4.3 Formar o pessoal seleccionado de MINEDH, DPEDH e SDEJT e de parceiros na área de construção resiliente

I. CONTEXTO

O MINEDH/DIEE e Un Habitat já iniciaram algumas formações nas províncias e distritos seleccionados sobre os padrões de resiliência na área de reabilitação e (re)construção, mas ainda não todas organizações nem toda pessoal de UCEE nas províncias participaram.

II. OBJECTIVO PRINCIPAL

1. Formar o pessoal seleccionado e parceiros a nível nacional, regional e distrital sobre;
 - a. O princípio de resiliência e padrões para 'construir melhor do que antes'
2. Orientar os directores da escola e 2 membros de conselho do escola sobre:
 - a. O princípio de resiliência e padrões para 'construir melhor do que antes'
3. Comunicar e explicar as actividades a nível da escola através
 - a. Radio comunitária
 - b. Criar grupos de 'whatsapp'
 - c. Visitas regulares de pessoal de SDEJT e coordenadores da ZIP a escolas

III. OBJECTIVO ESPECÍFICO

1. Aumentar o entendimento de pessoal de MINEDH, DPEDH e SDEJT, directores da escola e os membros de conselho da escola sobre os padrões de resiliência nas actividades da área de reabilitação e (re)construção

IV. ESTRATÉGIAS PRINCIPAIS

1. Formação básica à todos os níveis sobre resiliência e padrões para 'construir melhor do que antes', para o pessoal de MINEDH, DPEDH e SDEJT
2. Comunicação para as comunidades sobre as actividades à nível da escola, visitas de SDEJT, utilização de rádios comunitárias, ZIPs e grupos de 'whatsapp' sobre os padrões de resiliência

V. ACTIVIDADES

1. Formação básica (diálogo e apresentações) a todos os níveis para o pessoal de MINEDH, DPEDH, SDEJT e sobre resiliência e padrões para 'construir melhor do que antes'
2. Preparar mensagens sobre os padrões de resiliência (na língua local) e partilhar-as através rádios comunitárias, visitas pelo SDEJT, ZIPs e grupos de 'whatsapp'

VI. RESULTADOS ESPERADOS E INDICADORES DE RESULTADO

4.3.1 Uma formação ser organizada para pessoal seleccionado de MINEDH, DPEDHs e SDEJTs e parceiros sobre os padrões de resiliência

Indicador: 4.3.1 Número de pessoal de MINEDH e parceiros formados sobre padrões de resiliência na reabilitação e (re)construção, AP e RRD

Duas visitas por ano nos distritos pelo SDEJT as todas ZIPs afectadas e explicações feitas sobre *padrões de resiliência na reabilitação e (re)construção, AP e RRD*

Indicador: 3.3.2 *Número de visitas pelos SDEJTs com explicações sobre o princípio de resiliência na reabilitação e (re)construção, AP e RRD.*

3.3.1 Uma visita por ano as escolas afectadas pelo coordenador de ZIP e explicações feitas sobre *padrões de resiliência na reabilitação e (re)construção, AP e RRD.*

Indicador: 3.3.3. *Número de visitas pelos coordenadores de ZIP com explicações sobre o princípio de resiliência na reabilitação e (re)construção, AP e RRD.*

4.3.2 Mensagens preparadas para médios da comunicação diferentes; radio comunitária e grupos de whatsapp sobre os padrões de resiliência

VII. PERÍODO DA IMPLEMENTAÇÃO (JUNHO 2020-DEZEMBRO 2021)

Na base de calendário e disponibilidade de pessoal de MINEDH e os parceiros

VIII. RECURSOS HUMANOS

DIEE em colaboração com UN Habitat

11.4.4 FORMAR OS CONSELHOS DE ESCOLA NA MANUTENÇÃO DE ESCOLA E MATERIAIS E EQUIPAMENTO ESCOLARES

I. CONTEXTO

No geral os conselhos de escola ainda não foram envolvidos na maneira activa e consciente nas actividades para a resposta e recuperação de Idai e Kenneth. Existem bons exemplos de envolvimento de alguns conselhos de escolas de certos lugares nas actividades de reabilitação da salas precárias e mistas e algumas formações sobre aspectos humanitários como PEAS, educação inclusiva, e explicações sobre SRR, mas na maioria de áreas afectadas as comunidades não foram informadas, orientadas e formadas sobre estes aspectos da emergência.

Na fase de resposta inicial a Idai e Kenneth muitos materiais de ensino aprendizagem foram distribuídos e muitos espaços temporários aprendizagem (ETA) pelas organizações diferentes foram instalados. O grande desafio foi que os directores da escola, os professores e conselhos da escola nunca receberam uma explicação como usar e manter estes materiais e ETA. O resultado é que muitos destes materiais e ETA estão destruídos e neste momento não podem ser usados. Também seria importante integrar o aspecto de manutenção nas obras e actividades de reabilitação e (re)construção.

II. OBJECTIVO PRINCIPAL

1. Melhorar o conhecimento sobre manutenção de materiais de ensino aprendizagem e ETA e aumentar a capacidade de conselho e directores de escola manter materiais e equipamento escolares e ETA

III. OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

1. Orientar os conselhos da escola e directores da escola sobre o princípio da manutenção
2. Mostrar exemplos práticos como manter os materiais ensino aprendizagem, os ETA e salas de aula, carteiras e secretárias
3. Elaborar um plano de manutenção anual incluída responsabilidades para o conselho de escola e orçamento⁵³

IV. ESTRATÉGIAS PRINCIPAIS

⁵³ Pode ser acordado um percentagem de ADE para a manutenção

1. Orientações práticas para os conselhos da escola e directores sobre manutenção da infraestrutura e materiais escolar.
2. Elaboração de um plano anual de manutenção de escola incluído pessoas responsáveis e orçamento.

V. ACTIVIDADES

1. Organizar orientações práticas para os conselhos de escola e directores de escola
2. Apoiar a escola e conselho da escola elaborar um plano de manutenção de infraestrutura, equipamento e materiais escolares

VI. RESULTADOS ESPERADOS E INDICADORES DE RESULTADO

4.4.1 Organizar orientações práticas

Indicador: 4.4.1 *Número de conselhos da escola formados sobre manutenção*

4.4.2 Desenvolvimento de um plano de manutenção

VII. PERÍODO DA IMPLEMENTAÇÃO (JUNHO 2020-DEZEMBRO 2021)

Junho 2020 até Junho 2022

VIII. RECURSOS HUMANOS

Pessoal de MINEDH (DIEE), DPEDH (UCEE), SDEJT (UCEE), e parceiros especializados nesta área

11.4.5 CONTINUAR ACELERAR A RESPOSTA E RECUPERAÇÃO DA EMERGÊNCIA SOBRETUDO NA ÁREA DE REABILITAÇÃO E RECONSTRUÇÃO

I. CONTEXTO

Embora a resposta a Idai e Kenneth foi adequado nos termos de distribuição de materiais ensino aprendizagem, e ETA, o processo de reabilitação e (re)construção de salas de aula afectadas é lento. Apenas 7% (293) de meta total (4222) escolas foram reabilitadas até hoje (março 2020). Existem muitas razões diferentes para esta resposta lenta como; acesso lento aos fundos pela maioria de organizações, acesso difícil a áreas afectadas, processos burocráticos de aquisição, custos altos de transporte e materiais de construção, os fundos e recursos humanos limitados de maioria de ONGs, pouco conhecimento e habilidades da construção na maioria de parceiros, as cheias e ventos fortes recentes no período chuvoso (2019-2020) e actividades de grupos malfeitores em Cabo Delgado etc.

II. OBJECTIVO PRINCIPAL

1. Acelerar a resposta e recuperação na área de reabilitação e (re)construção

III. OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

1. Mapear e partilhar os processos, procedimentos mais rápidos e eficazes na área de reabilitação e (re)construção

IV. ESTRATÉGIAS PRINCIPAIS

1. Nas reuniões de GCEeE documentar as metodologias e procedimentos mais rápidos e eficazes na área de reabilitação e (re)construção e partilhar com todos os parceiros

V. ACTIVIDADES

1. Organizar encontros de GCEeE a nível nacional e provincial e incluir este assunto de aceleração continuamente na agenda.

VI. RESULTADOS ESPERADOS E INDICADORES DE RESULTADO

4.5.1 Metodologias e procedimentos documentados e partilhados trimestralmente pelo GCEeE com todos os parceiros sobre novos modelos e abordagens para acelerar o processo de reabilitação e (re)construção

Indicador: 4.5.1 *Número de metodologias e procedimentos partilhados sobre aceleração da reabilitação e (re)construção*

V. PERÍODO DA IMPLEMENTAÇÃO (JUNHO 2020-DEZEMBRO 2021)

Junho 2020 até Junho 2022

VI. RECURSOS HUMANOS

Coordenadores de GCEeE a nível nacional e sub nacional, gestor nacional de informação, pessoal de MINEDH e parceiros.

11.4.6 ORGANIZAR VISITAS DE MONITORIA

I. CONTEXTO

Em 2019 o MINEDH organizou 3 visitas de monitoria em conjunto com os parceiros as áreas mais afectadas em Sofala, Manica e Cabo Delgado. Estas visitas resultaram nos relatórios com recomendações para a melhoria e aceleração de resposta e recuperação de Idai e Kenneth.

II. OBJECTIVO PRINCIPAL

Medir trimestralmente o progresso da implementação de actividades nas províncias e distritos afectados na base de metas, indicadores apresentados nos planos originais de parceiros e em comparação com as estratégias, metas e os indicadores da Estratégia da Educação para a resposta e recuperação das emergências Idai e Kenneth, julho 2019-julho 2020. Também monitorar o impacto de programa para a preparação e resposta para o COVID 19

III. OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

1. Capacitar os colegas de MINEDH/DPEDH/SDEJTe os parceiros organizar M&A na base de resultados e nas apresentações para os parceiros e na escrita de relatórios com recomendações para melhoria da implementação.
2. Recolher lições aprendidas na preparação, coordenação, implementação e o financiamento das estratégias e actividades, M&A na resposta e recuperação de emergencia.

IV. ESTRATÉGIAS PRINCIPAIS

1. Organizar visitas de monitoria em conjunto com os parceiros para todas províncias afectadas

V. ACTIVIDADES

1. Preparar os programas e a logística de visitas⁵⁴ em conjunto com os parceiros
2. Organizar um primeiro encontro com a DPEDH e os parceiros sobre os objectivos da visita
3. Envolver o pessoal de DPEDH (pontos focais de EeE, DNUSE e pessoal de UCEE), SDEJT e parceiros (dependente dos sítios para visitar) nestas visitas
4. Organizar um balanço com a DPEDH e todos parceiros para elaborar conclusões e recomendações chave

VI. RESULTADOS ESPERADOS E INDICADORES DE RESULTADO

4.6.1 Visitas trimestrais as todas 6 províncias afectadas pelo Idai e Kenneth e o COVID 19

Indicador: 4.6.1 *Número de visitas de monitoria organizadas resultando em relatórios incluído recomendações para a melhoria e aceleração de resposta e recuperação*

VII. PERÍODO DA IMPLEMENTAÇÃO (JUNHO 2020-DEZEMBRO 2021)

Junho 2020 até Junho 2022

VIII. RECURSOS HUMANOS

Coordenadores de GCEeE a nível nacional e sub nacional, gestor nacional de informação, pessoal de MINEDH, DPEDH, SDEJT e parceiros

11.4.7 ORGANIZAR 2 REUNIÕES DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

I. CONTEXTO

Ainda não é organizada uma avaliação da resposta e recuperação de Idai e Kenneth no sector da educação nas todas províncias. Houveram avaliações em gerais organizadas pela GNUCAH/OCHA⁵⁵ e UNICEF mas ainda não numa forma sistemática com envolvimento de todos parceiros e focada em EeE. O cluster global de educação ajudou o GCEeE organizar uma avaliação de funcionamento de grupos da coordenação de EeE em Moçambique, a Monitoria de Desempenho de GCEeE⁵⁶, mas esta monitoria concentrou no funcionamento interno e as tarefas, responsabilidades de GCEeE. Ainda não tinhamos organizada na base de progresso e desafios na implementação da resposta e recuperação de Idai e Kenneth, uma avaliação logo um ano destes desastres.

II. OBJECTIVOS PRINCIPAIS

1. Aprender lições de sucessos e desafios na resposta e recuperação

⁵⁴ Porque são visitas em conjunto, ser assumido o transporte (carro, motorista) é disponibilizado por lado de ambos DPEDH/SDEJT e parceiros

⁵⁵ IAHE, Interagency Humanitarian Evaluation of the response to the cyclone Idai, October-December 2019 and UNICEF internal evaluation.

⁵⁶ CCPM, Cluster Coordination Performance Monitoring

2. Melhorar e acelerar uma resposta e recuperação eficaz, melhor harmonizada e coordenada

III. OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

1. Aprender e refletir sobre a eficácia, eficiência da nossa resposta e recuperação de emergências
2. Recolher lições como ser melhor preparados para qualquer emergência.

IV. ESTRATÉGIAS PRINCIPAIS

1. Organizar um workshop da avaliação ínterim sobre a resposta e recuperação
2. Produzir um relatório com conclusões, lições aprendidas e recomendações sobre como melhorar e acelerar a resposta e recuperação
3. Organizar um workshop da avaliação final
4. Produzir um relatório final

V. ACTIVIDADES

1. Preparar o workshop (o programa, e toda logística) da avaliação ínterim.
2. Preparar o workshop (o programa, e toda logística) da avaliação final

VI. RESULTADOS ESPERADOS E INDICADORES DE RESULTADO

- 4.7.1 Organizar uma avaliação ínterim

Indicador: 4.7.1 *Avaliação ínterim organizada resultando em relatório com conclusões e recomendações*

- 4.7.2 Organizar uma avaliação final

Indicador: 4.7.2 *Avaliação final organizada resultando em relatório com conclusões e recomendações*

VII. PERÍODO DA IMPLEMENTAÇÃO (JUNHO 2020-DEZEMBRO 2021)

Novembro 2020 e Novembro 2021

1. RECURSOS HUMANOS

Todos os parceiros e pessoal seleccionado de MINEDH

11.4. ORÇAMENTO GERAL (POS-CICLONES)

	Componente	Valor (USD)
1	Construção & reabilitação escolar	10,000,000
2	Alimentação escolar	5,040,299
3	Apoio Direto para Escola (ADE)	2,590,027
4	Kits de dignidade	500,000
5	Formação dos professores	1,350,000
6	Sistema, monitoria & avaliação	269,674
7	Gestão do projeto (Agencia de Gestão)	250,000
	TOTAL	20,000,000

12. RESPOSTA AO COVID-19 NO SECTOR DE EDUCAÇÃO

I. CONTEXTO GERAL

1. No dia 31 de Dezembro de 2019, a OMS foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na Republica Popular da China. Uma semana depois, a 7 de Janeiro de 2020, as autoridades chinesas confirmaram que haviam identificado um novo coronavírus (agora conhecido como SARS-CoV-2) como a causa da doença Coronavírus (COVID-19). A 30 de Janeiro de 2020, o Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de COVID-19 uma emergência de saúde pública internacional (PHEIC) de acordo com as Normas de Saúde Internacional (2005). Mais tarde, a 11 de Março de 2020, o Diretor-Geral da OMS declarou a COVID-19 como uma pandemia. Até 30 de Março de 2020, a OMS reportou 693.224 casos confirmados de COVID-19 e 58.411 mortes, em 179 países, áreas ou territórios.

2. Moçambique reportou o seu primeiro caso confirmado de COVID-19 a 22 de Março e a 30 de Março já havia 8 casos confirmados, sendo 2 de transmissão local, nenhum totalmente recuperado. Até ao 13 de Abril o País registou um total de 21 casos confirmados verificam-se, destes 19 activos, 2 recuperados, sendo 13 de transmissão local e 8 importados. Todos em isolamento domiciliário na cidade de Maputo e num acampamento em Afungi na província de Cabo Delgado. Ademais, foram identificados casos no Zimbábue, Eswatini, Tanzânia e África do Sul (que declararam Estado de Emergência) como resultado do encerramento de algumas minas na África do Sul. Cerca de 23.000 Moçambicanos regressaram ao País numa altura em que a pandemia já estava a afectar aquele País. Face ao aumento de casos de transmissão local foram agravadas, a 30 de Março as medidas de prevenção e declarado estado de emergência por 30 dias com entrada em vigor a 1 de Abril.

3. A pandemia de Coronavírus chega a Moçambique numa altura que é precedida de anos de desempenho económico modesto -com um crescimento real do PIB entre 2016 e 2019 médio de 3,4%, o que se afigura abaixo dos 8,8% registados entre 1996 e 2015. Em 2019 foi a primeira vez em duas décadas em que se regista uma queda na renda per capita. A economia moçambicana começava a mostrar sinais de recuperação e o FMI projetava um crescimento do PIB de 6% para o ano de 2020 e acima de 9% para 2023 em diante, após o início das operações de exploração de Gás Natural Liquefeito (GNL) no norte do país. A pandemia de coronavírus irá certamente mudar essa perspectiva económica de curto e médio prazos, e terá um impacto socioeconómico significativo em Moçambique.

4. O Governo de Moçambique tomou medidas preventivas para impedir a disseminação do vírus no país, incluindo a exigência de que todos os indivíduos que entram no país permaneçam em quarentena por 14 dias e sejam monitorados pelos profissionais de saúde. Além disso, o governo adoptou igualmente medidas de vigilância nos principais pontos de entrada internacionais do país, incluindo a verificação da temperatura corporal dos passageiros que chegam (terrestres e aéreos), o fortalecimento da comunicação e informação da população sobre a prevenção da doença e o treinamento das equipas médicas no seguimento de casos de infecções respiratórias agudas. O governo decretou o encerramento das instituições educativas públicas e particulares desde o pré-escolar ao superior por um período de 30 dias a partir de 23 de Março, cancelou a emissão de vistos e bem como os vistos já emitidos e definiu um número máximo de 50 pessoas para reuniões públicas. O Ministério da Saúde também está criou centros de tratamento e isolamento e treinou equipas de resposta rápida em todo o país para acompanhar as pessoas em quarentena domiciliária e intervenção caso necessário. Isto foi seguido pela declaração do estado de emergência no dia 30 de Março por 30 dias com entrada em vigor a 1 de Abril.

5. O MISAU está a actualizar o seu Plano de Preparação e Resposta com um orçamento estimado de 28,4 milhões de dólares para financiar as seguintes áreas: coordenação, vigilância epidemiológica e sanitária, laboratório, seguimento de casos, equipamentos de proteção individual, suprimentos e equipamentos médicos, recursos humanos, controle de infecções, gestão de resíduos e comunicação e mobilização social. Também há esforços de coordenação em andamento visando mitigar os impactos secundários que podem surgir como resultado do surto. Para esse fim, a agência governamental de desastres, INGC, e o Ministério da Economia e Finanças (MEF) estão atualmente trabalhando com ministérios dsectoriais para identificar as necessidades e medidas prioritárias a serem tomadas. Alinhada a isso, a equipe humanitária do país (HCT), liderada pelo coordenador residente e composta por agências da ONU, ONGs, Cruz Vermelha e representantes de doadores, está desenvolvendo um plano de preparação e resposta ao COVID-19, com foco nos impactos setoriais do COVID -19.

Contexto no sector de Educação

6. A pandemia COVID-19 constitui uma ameaça a nível global para a educação das crianças. De acordo com a UNESCO, mais de 191 países encerraram as escolas, o que corresponde a um impacto em cerca de 91% dos estudantes. O encerramento das escolas compromete as oportunidades de aprendizagem de centenas de milhões de crianças, jovens e adultos, especialmente os mais desfavorecidos. Os efeitos negativos do COVID-19 nas crianças e sistemas de educação por todo o mundo são imensuráveis. Mais de 420 milhões de crianças estão afectadas pelo encerramento das escolas. No total, cerca de 1,5 biliões de estudantes dos níveis pré-primário ao secundário e 63 milhões de professores do ensino primário ao secundário estão afectados pelo COVID-19 (UIS, 2020). Estes números não têm comparação na história de crises de saúde pública.

7. Actualmente, o número de crianças afectadas pelo COVID-19 devido ao encerramento das escolas é 60 vezes maior do que o número ocorrido durante o surto de Ébola na África Ocidental. O encerramento das escolas tem um impacto acrescido nas crianças mais vulneráveis, na medida em que limita o acesso à programas de alimentação escolar e de informação sobre a prevenção de doenças, água e saneamento.

8. Moçambique tem enfrentado constantes emergências desde o último ano. Depois da destruição causada pela passagem dos ciclones Idai e Kenneth, das inundações e da actividades incursões dos insurgentes no norte, acresce-se agora o desafio de fazer face à uma pandemia.

9. A 17 de Março de 2020, o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) publicou uma circular no sentido de reforçar as medidas de sensibilização e as práticas de higiene de estudantes, professores, pais e/ou encarregados de educação, e directores de escola, centros internatos e Lares e institutos de formação de professores.

10. No âmbito da materialização das medidas, o MINEDH elaborou o de resposta da àaoCOVID-19 com 4 cenários, a saber: 1) Escolas em funcionamento mantendo as medidas de prevenção; 2) Encerramento das Escolas por 30 dias; 3) Encerramento das Escolas para além dos 30 dias e 4) Retorno as aulas com o calendário revisto com o apoio dos parceiros de cooperação e da Sociedade Civil.

11. O plano abrange medidas de sensibilização e prevenção de COVID-19, preparação e implementação de ensino à aulas via Ensino a distância para o nível de ensino primário, nas duas modalidades de ensino, alfabetização e educação de jovens e adultos, ensino secundário e formação de professores, incluindo os alunos com necessidades educativas especiais com recurso à Rádio e televisão; Disponibilização de conteúdos na plataforma eletrónica do Ministerio, capacitação de professores em apoio psicossocial, apoio na gestão escolar e reforço da capacidade institucional a nível central e descentralizado do e preparação para a reabertura de escolas, incluindo medidas de higiene. Tendo em conta a natureza da pandemia, o Plano é dinâmico.

12. Em simultâneo, dada a situação de emergência, o MINEDH iniciou com a implementação de programas de Ensino à distância existentes para alunos do nível secundário via televisão e radio e com recurso à Plataforma existente para o ensino à distância <http://ead.mined.gov.mz/>. A nível das escolas, os professores foram orientados para preparar fichas de exercícios para os alunos dos ensinos primário e secundário que não têm acesso às aulas com recurso às TICs.

13. A pandemia COVID-19 afetará negativa e financeiramente a implementação do novo Plano Sectorial de Educação (PEE) 2020-2029, em fase de aprovação.

14. A pandemia COVID-19 está a causar perturbações na aprendizagem de milhões de crianças e adultos em Moçambique. O encerramento de escolas afecta actualmente um total 101,000 alunos dano pré-primário⁵⁷, 6.9 milhões alunos no ensino primário⁵⁸, 1.25 milhões alunos no ensino secundário⁵⁹, mais de 85.000 alunos que frequentam o Ensino Técnico-Profissional⁶⁰, e ainda 200,000 estudantes do nível universitário⁶¹, seja cerca de 8.5 milhões dos alunos/estudantes nos 14,970 escolas/instituições. As crianças em situação de vulnerabilidade, como as crianças deslocadas, com problemas de saúde e de famílias mono-parentais têm um risco acrescido de abandono escolar devido ao encerramento das escolas. as raparigas em particular, ficam expostas à vulnerabilidades adicionais pela limitação dos serviços de proteção que ocorrem durante as emergências de saúde publica.

15. Para além de estes efeitos negativos da pandemia, é urgente tomar uma acção célere no sentido de manter a aprendizagem dos alunos e, de modo a atenuar as consequências negativas da pandemia a médio prazo. Os riscos no Sector, que se poderá se traduzir em abandono escolar, uniões forçadas, trabalho infantil, gravidez na adolescência, violência contra a criança e violência baseada no género. Tal factor pode ter como consequência o aumento do abandono escolar, que em 2015 foi de 606.000, alunos dos quais 60% foram raparigas.

II. OBJECTIVO PRINCIPAL E OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

O objectivo principal é garantir a implementação do plano de preparação e resposta contra o COVID-19, por forma a mitigar o efeito negativo no sector de educação.

Os objectivos específicos são:

- Promover a educação para a Saúde e Higiene, sensibilizando os alunos, os professores, gestores e os pais e/ou encarregados de educação sobre os sintomas, formas de transmissão e as medidas de prevenção e tratamento contra o COVID -19;
- Manter em funcionamento os serviços do sector desde o nível central ao descentralizado;
- Assegurar a continuidade da do processo de ensino aprendizagem e o bem-estar dos alunos, incluindo os alunos vulneráveis e alunos com necessidades educativas especiais durante o encerramento das escolas
- Preparar e assegurar o retorno dos alunos às aulas, observando as medidas de higiene e de seguranças e reforçando o processo de ensino e aprendizagem.

⁵⁷ MINEDH (2019) ECE Diagnostic Assessment

⁵⁸ MINEDH (2019) Annual School Census 2019 (The exact number is 6,915,667 including private schools and 6,783,223 without private schools.)

⁵⁹ Idem (The exact number is 1,255,094 including private schools and 1,135,636 without private schools.)

⁶⁰ MINEDH (2019), Análise do Sector de Educação (ESA) Relatório Final (The exact number is 85,313)

⁶¹ MCTESTP <https://www.mctestp.gov.mz/por/Ensino-Superior/Dados-Estatisticos>, data is as of 2017

III. RESULTADOS ESPERADOS E INDICADORES DE RESULTADO

- Alunos, professores, gestores e a comunidade escolar em geral sensibilizados e comprometidos com as medidas de prevenção contra o COVID-19;
- Os serviços do sector de educação fica funcional, ao nível central e ao descentralizado;
- Processo de ensino-aprendizagem assegurado, com recurso a meios alternativos, incluindo para os alunos vulneráveis e os alunos com necessidades educativas;
- Processo de ensino e aprendizagem conduzido na sua normalidade, com os alunos retornados às aulas.

IV. ESTRATÉGIAS PRINCIPAIS

O MINEDH preparou um plano de acção imediato e está a preparar um plano de resposta de médio-prazo, quem inclui principalmente as estratégias principais seguintes:

- I. Promover a educação para a Saúde e Higiene, sensibilizando os alunos, os professores e os pais e/ou encarregados de educação sobre os sintomas, formas de transmissão e as medidas de prevenção e tratamento contra o COVID-19
- II. Manter em funcionamento os serviços do sector aos níveis central e local
- III. Garantir a continuidade do processo de ensino e aprendizagem:
 - a. Criar programas de ensino via rádio, televisão e online, alinhados com o curriculum escolar
 - b. Assegurar a aprendizagem à distância para todos os alunos dos diferentes níveis de ensino, incluindo os alunos com necessidades educativas especiais
 - c. Promover o acompanhamento dos alunos pelos pais em casa
 - d. Capacitar pais e professores sobre alternativas de aprendizagem
 - e. Elaborar possíveis cenários de calendário escolar
 - f. Assegurar o apoio psicossocial e a prevenção da violência contra a criança em contextos de crise
- IV. Promover o retorno dos alunos a escolas seguras depois da reabertura das escolas
 - a. Assegurar saudáveis nas a higiene, água e saneamento das escolas (ADE, livros, Kits de higiene, etc.)
 - b. Promover o retorno dos alunos as escolas (campanha de sensibilização, materiais escolares, alimentação escolar, etc).
 - c. Garantir aulas de recuperação por diferentes modalidades para os alunos incluindo com necessidades educativas especiais.

VI. ACTIVIDADES

- I. **Promover a educação para a saúde e higiene, sensibilizando os alunos, os professores e os pais e encarregados de educação sobre as medidas de prevenção e tratamento contra o COVID -19**

A fim de prevenir a propagação do COVID-19 assim como outras doenças transmissíveis, o MINEDH vai reforçar a educação para a saúde e higiene. As acções incidem na disseminação de mensagens, realização de campanhas e palestras nas escolas e demais instituições sobre a doença, suas formas

de transmissão, formas e procedimentos de prevenção e de transmissão; criação de condições para reforçar a higienização, criando pontos de lavagem de mãos e de outras medidas de higiene, mais individual e colectiva. Mais precisamente:

- a) Sensibilização dos alunos, pais e comunidades sobre o risco de contaminação e as medidas de prevenção contra o COVID-19 através da:
 - Produção e disseminação de anúncios televisivos, programas radiofónicos (radionovelas e teatro radiofónico), e uso de unidades móveis, usando a língua portuguesa e as línguas moçambicanas;
 - Recolha e disseminação de documentários de boas práticas e histórias de sucesso no combate ao coronavírus a nível das comunidades (uso de máscaras, distanciamento físico/social etc., remédios caseiros e plantas/frutos locais que possam aumentar a imunidade;
 - Divulgação de medidas adicionais de prevenção do COVID-19 a serem tomadas a nível pessoal, familiar, e das instituições de ensino, através de circulares e outras plataformas de comunicação (e-mail, WhatsApp, TV, rádios comunitárias) assim que se atingir a fase 4).
 - Reforço na disseminação prática através dos pontos de acesso a água e detergentes da técnica de lavagem correcta das mãos nas escolas e implementação das medidas de higiene e saneamento escolar
- b) Reprodução/Impressão e disseminação de folhetos indicando os diferentes estágios da doença e que medidas devem ser tomadas em cada um deles (quando se deve ir à Unidade Sanitária, no caso de se alcançar o nível 4)
- c) Reprodução e disseminação de folhetos sobre como lidar ou cuidar de doentes em casa ou no lar de estudantes, no caso de não haver assistência médica imediata e acessível.
- d) Produção e disseminação de programas de sensibilização dos alunos, pais e encarregados de educação e da comunidade sobre a prevenção da violência baseada no género e do abuso de crianças.

II. Manter em funcionamento os serviços do sector desde os níveis central ao local

O MINEDH precisa manter o seu funcionamento nos níveis central e local, a fim de planificar a resposta à coordenação do sistema de implementação para responder à pandemia. Para isso, a equipa de gestão de crises do MINEDH vai ser apoiada para assegurar a continuidade do serviço, em termos de conectividade à internet, de comunicação e de equipamentos.

Entre as acções que serão executadas por esta equipa, constam:

- Condução da análise rápida de riscos, incluindo a identificação de grupos vulneráveis, recolha de dados, planificação de respostas, e orçamentação.
- Concepção e preparação de sistemas alternativos da provisão do ensino e aprendizagem, incluindo a revisão das opções que uma série de parceiros têm disponíveis, de boas práticas, a análise de capacidades e do contexto.
- Estabelecimento dos sistemas de monitoria adequados para a resposta, incluindo a recolha e análise de dados.

- Planificação da recuperação e da reabertura de escolas, e desenvolver iniciativas para colmatar eventuais lacunas de aprendizagem, dando particular atenção aos que necessitam de aulas de recuperação.
- Com base na análise dos mais vulneráveis, planificação da contingência e a resposta para os mais carenciados .

III. **Garantir a continuidade do processo de ensino e aprendizagem (pré-escolar, primário, secundário, alfabetização e educação de jovens e adultos e formação de professores)**

a. Criar programas de ensino na radio, televisão e online, alinhados com o curriculum escolar

O MINEDH iniciou aulas através da televisão e radio nacional que chegam a todas as capitais de distrito e zonas urbanas. No entanto, não existe acesso à televisão em zonas recônditas do país nas quais as rádios comunitárias são a principal forma de disseminação de informação. O plano de resposta ao COVID 19 inclui a transmissão de programas em línguas moçambicanas (19 línguas moçambicanas). As rádios comunitárias desempenharão um papel preponderante na continuidade do ensino durante o encerramento das escolas. As negociações com as rádios nacionais e comunitárias já foram iniciadas e os próximos passos são a criação, tradução e difusão dos programas.

b. Assegurar a aprendizagem à distância para todos os alunos do ensino básico, incluindo os mais vulneráveis

Durante o encerramento das escolas, em que os alunos estarão sem aulas presenciais, o MINEDH começou a implementar várias iniciativas de ensino à distância. Entre elas i) as gravações de aulas de televisão para a 5ª e a 7ª classe, classes com exames; e ii) as negociações com a rádio nacional e as rádios comunitárias visando a transmissão de aulas.

No sentido de aumentar a abrangência do acesso, o plano de resposta ao COVID do MINEDH inclui a criação de programas de ensino integrados como, por exemplo, a inclusão de rádios comunitárias em línguas moçambicanas e a produção a nível das escolas de exercícios para os alunos fazerem em casa. O programa de ensino à distância tem como base vários pilares relacionados com os meios de acesso. Se nas regiões urbanas existe o acesso à rádio e à televisão nacional, nas áreas rurais o acesso a tais meios é limitado. Assim, as rádios comunitárias estabelecerão a ponte entre a educação à distancia e os alunos. A fim de assegurar que se alcance as crianças sem meios televisivos, outras modalidades podem ser implementadas, tais como exercícios impresso, e acompanhada com as outras medidas tais como o acompanhamento pelos pais ou outros membros da família (mencionado em baixo).

c. Promover o acompanhamento dos alunos pelos pais e outros membros da família em casa

Estudos atestam que os alunos que têm acompanhamento e motivação parentais têm uma taxa de abandono escolar mais baixa e apresentam melhores resultados escolares. Na ausência de acompanhamento presencial do professor, o envolvimento parental ou irmaos/primos pode ser determinante no que concerne aos resultados do estudo acompanhado das crianças. As aulas e as mensagens de sensibilização transmitidas especialmente pelas rádios comunitárias e por via de SMS incluirão dicas sobre como os pais podem interagir com as crianças com o objectivo de motivar a aprendizagem. Tendo em conta que a maioria dos pais

teve acesso limitado à educação, as mensagens desempenharão uma função fundamental no desenvolvimento da criança de forma indirecta.

d. Capacitar pais e professores sobre alternativas de aprendizagem

A diversificação de canais e instrumentos de aprendizagem é um dos aspectos a ser em desenvolvidos. O MINEDH pretende chegar ao máximo número de crianças no mais curto espaço de tempo. A capacitação de pais e professores desempenhara um papel-chave durante o encerramento das escolas, bem como no regresso à escola. Alguns professores fazem parte da equipa de gravação das aulas via rádio ou televisão.

e. Rever o calendário escolar

O encerramento das escolas requer a revisão do calendário. É preciso ter em conta que essa revisão pode ter lugar a partir do momento em que a pandemia esteja controlada e as escolas deem início às actividades. Apesar de não ser de momento possível a revisão do calendário escolar, o plano de resposta ao COVID do MINEDH estabeleceu cenários que preveem, de uma maneira geral, as actividades que deverão ter lugar a partir do momento que as escolas reiniciem as aulas.

A definição/redefinição do calendário levanta necessidades ao nível da revisão dos conteúdos estabelecidos para os exames, da disponibilidade dos professores, da logística de distribuição e no que respeita à convergência entre as famílias e as épocas sazonais (chuvas e agricultura).

f. Assegurar o apoio psicossocial e a prevenção da violência contra a criança em contextos de crise

As situações de crise têm um impacto exponencial nos casos de violência e abusos. A importância do apoio psicossocial é tal que a OMS (Organização Mundial da Saúde), a par das iniciativas de prevenção da doença, desenvolveu conteúdos de apoio psicossocial.

Tendo em conta a importância da saúde psicossocial das crianças, que em Moçambique têm estado expostas a crises quase contínuas desde Março de 2019 (ciclones, inundações, violência), o apoio psicossocial decorrerá paralelamente com as actividades educativas. As actividades previstas no domínio do apoio psicossocial são a distribuição de mensagens via rádio e de folhetos, e a formação de professores (*online*, e presencial depois da reabertura das escolas).

Estas actividades terão um impacto continuado que não será limitado à pandemia COVID-19 mas que se capitalizará com o tempo, para criar crianças preparadas e mais resilientes nas dimensões de aprendizagem para a vida face a crises.

IV. Promover o retorno dos alunos a escolas seguras depois da reabertura das escolas

a. Assegurar ambientes higiénicos e saudáveis nas escolas (ADE, kits higiénicos, etc.)

Para garantir um ambiente escolar seguro e saudável à medida que as escolas reabrem, é necessário fortalecer a resposta e a capacidade da escola de prestar medidas preventivas. Para garantir um ambiente escolar seguro, as crianças têm acesso a instalações de lavagem das

mãos e informações sobre essa importante medida preventiva. Com o aumento da ADE, as escolas terão os fundos financeiros necessários para fornecer suprimentos para lavagem das mãos, como baldes e sabão, bem como os suprimentos e desinfetantes necessários para salas de aula e/ou blocos sanitários. Os diretores e professores das escolas estão cientes dos sintomas do COVID-19 e de quais as medidas preventivas que devem ser implementadas.

b. Promover o retorno dos alunos às escolas (campanha de sensibilização, materiais e livros escolares, alimentação escolar, etc.)

É necessária uma campanha de retorno às aulas para prestar informações e preparar os pais, os e ou encarregados de educação e as crianças para a reabertura das escolas, além de preparar as escolas para receberem os seus alunos novamente. O papel dos conselhos de escola na participação da estratégia de retorno às escolas é fundamental tendo em conta que os conselhos de escola fazem a ligação entre a escola e a comunidade e eles desempenham um papel fundamental na consciencialização da comunidade sobre todos os aspectos ligados a importância da educação das crianças. Informações aos pais e aos responsáveis, assim como às crianças, podem ser divulgadas por meio de mensagens de rádio, pósteres na comunidade ou na área da escola, além de visitas dos professores e diretores de escolas às comunidades vizinhas das escolas, dependendo do contexto. Para facilitar o reinício das aulas, deve-se distribuir material de ensino-aprendizagem, livros, kits de higiene, com foco especial nos alunos vulneráveis, a fim de minimizar o abandono escolar dessas crianças. O mesmo raciocínio vale para os programas de alimentação escolar, facilitando o retorno das crianças à escola e, através dos programas de alimentação escolar, suportar o fardo das famílias e garantir que as crianças sejam alimentadas e ficada na escola.

c. Conduzir aulas de recuperação para os alunos com necessidades

Durante o encerramento da escola, as crianças não tiveram o acesso usual às actividades de educação escolar. Quando as crianças voltarem para a escola, haverá uma necessidade urgente de recuperar a aprendizagem perdida. A educação acelerada é uma estratégia importante para apoiar as crianças a compensarem o aprendizado perdido devido à pandemia e ajudar a integrar crianças anteriormente fora da escola. Através das actividades organizadas pelo MINEDH, as escolas poderão fornecer aulas aceleradas ou material de aprendizagem para acelerar a aprendizagem dos alunos, tornando-os capazes de concluir o ano letivo a tempo.

VI. PERÍODO DA IMPLEMENTAÇÃO ⁶²

	Abr-Jun 2020	Jul-Sept 2020	Out-Dez 2020	Jan-Mar2021	Abr-Jun 2021	Jul-Set 2021	Out-Dez 2021
Promover a educação para a Saúde e Higiene (accao contínua)							
Manter em funcionamento os							

⁶² Porque estes fundos são dirigidos à emergência, devem ser utilizados dentro de um período limitado (de 1 ano até 1.5 ou, no máximo 2 anos). Mas, em geral ,o secretariado da PGE tem a expectativa de que todos os fundos sejam utilizados antes de 1 ano ou de 16 meses. Qualquer duração mais longa deve ser bem explicada, e receber antes uma autorização para uma extensão de período de implementação.

serviços do sector aos níveis central e local							
Criar e implementar programas de ensino à distância para os alunos do ensino básico							
Promover o retorno dos alunos a escolas seguras depois da reabertura das escolas							
Monitoria e Relatório							

NOTA: Este cronograma depende pode ser reajustado em função do estágio/evolução do duração da COVID-19,.

VI. RECURSOS HUMANOS

A implementação deste programa inclui as seguintes pessoas/grupos:

- ✓ Funcionários e agentes do Estado nas Unidades orgânicas e instituições tuteladas do nível central
- ✓ Funcionários e agentes do Estado das instituições que superintendem a área da educação de nível provincial e distrital
- ✓ Instituições de Ensino e Formação
- ✓ Lares e Centros Internatos
- ✓ Alunos
- ✓ Professores
- ✓ Directores de Escola
- ✓ Formandos
- ✓ Formadores
- ✓ Pais e/ou Encarregados de Educação
- ✓ Membros dos Conselhos de Escola
- ✓ Rádio comunitárias, nacional, e privada
- ✓ televisão nacional e privada
- ✓ Outros agentes pertencentes aos órgãos locais de estado

VII. ORÇAMENTO

O Plano de Resposta contra COVID-19 do MINEDU totalisa USD 19,010.46 (em Anexo), dos quais cerca de USD 1,410,460 foi financiado seja pelo Orcamento do Estado, uma partie do fundo Education Cannot Wait ou outros fundos bilaterais. Assim esta proposta para o GPE pelo COVID orçamenta USD 15,000,000. O gap financeira depois do fundo acelerado GPE para o COVID-19 sera cerca de USD 1,536,000.

Para melhor explicar, o MINEDH tomou abordagem conservador para limitar o gap financeira, afim de não ter um plano que parece pouco realístico. Alem disso, ha algumas actividades que recebem os produtos em espécie ou que podiam ser tomarda conta pelos outros sectores, assim não foram incluidos neste versão do Plano de Resposta. Entretanto, este documento e evolutivo, assim vai ser revisto segundo a evolução da situação e das necessidades.

Orcamento e plano detalhada

Nr no Plano de Resposta	Actividade/Ação	RESULTADO ESPERADO	Indicador de Produto	Localização (aonde pretende alocar os recursos)	Descrição da Fonte (F) do Orçamento/financiamento (10^3MZN ou USD)		
					Valor Total	MTZ	USD
Cenário 1					1		
A Promover a educação para a Saúde e Higiene						6,600	102
5	Divulgação de medidas adicionais de prevenção do novo Coronavírus (Covid -19) nas escolas e instituições de formação de professores, assim como em lares e internatos, através da circular Nº 03/GM/MINEDH/995/2020 .	Medidas de prevenção divulgadas	Nr de instituições com circulares sobre as medidas adicionais	MINEDH Central/ Provincia/ Distrito	6,500	6,500	100
30	Distribuição e afixação de materiais de sensibilização e prevenção de doença em todas as escolas	Materiais de sensibilização e prevenção de doença fixados em todas as escolas	% de Escolas contendo materiais de sensibilização fixados nas escolas	Provincias	100	100.00	1.54
B Manter em funcionamento os serviços do sector aos níveis central e local						25,080	386
11	Colocação de Telas no MINEDH para informação electrónica.	Telas colocadas em duas áreas estratégicas do Ministério	telas difundindo informação util no MINEDH	MINEDH Central	81	80.00	1.23
19	Garantia da conectividade de Banda Larga para aceder aos materiais educacionais disponíveis ao nível distrital, a fim de assegurar que os alunos e professores podem fazer o download .	Banda larga com maior conectividade e rapidez no acesso aos documentos	Banda larga funcional	MINEDH Central/ Provincia/ Distrito	6,092	6,000.00	92.31
20	Garantia do armazenamento de conteúdos digitais e multimédia na infraestrutura do MINEDH.	Armazenamento dos conteúdos digitais e multimédia na infraestrutura do MINEDH	% de conteúdo digital armazenado	MINEDH Central	15,231	15,000.00	230.77
21	Controlo e monitorização remota de presenças e dos serviços que devem ser assegurados neste período; Elaborar um Plano de Ensino à Distância , com um roteiro contendo princípios orientadores (ex. motivar pais/crias, metodologias de ensino, seleccionar meios existentes, cuidar da comunidade educativa e acompanhar/monitorizar).	Plano de monitoria remota existente e plano de ensino à distância existente	Número de monitorias remotas feitas e capacitação à distância feita	MINEDH Central	2,031	2,000.00	30.77
28	Preparação de um programa acelerado de aprendizagem para a reabertura das escolas.	Programa acelerado de aprendizagem para reabertura das escolas preparado	Escolas reabertas, implementando o programa acelerado preparado para o	MINEDH Central	2,031	2,000.00	30.77
C Garantir a continuidade do processo de ensino e aprendizagem						89,743.00	1,380.66
8	Produção e inserção de um spot publicitário para a sensibilização dos pais e ou encarregados de educação e divulgação dos pontos de acesso às aulas pelas diferentes formas (PLATAFORMA ELECTRONICA, inserção na plataforma Cloud (easd.mined.gov.mz), de todas as matérias autoinstitucionais do ensino primário e ensino secundário, da 1ª a 12ª classes e material do IFF.	Spot publicitário produzido	Número de difusão por semana do spot produzido	MINEDH Central	3,046	3,000	46.15
9	Material elaborado e organizado e disponibilizado aos meios de comunicação	Material inserido na Plataforma Cloud .	% de utilização dos materiais existentes no Cloud.	MINEDH Central	10,306	10,150.00	156.15
10	Elaboração e organização e gravacoes de conteúdos de aprendizagem para o EP, AEA, ES e FP em língua portuguesa e moçambicana e disponibilização.	Material elaborado e organizado e disponibilizado aos meios de comunicação	Material elaborado e difundido nos meios de comunicação	MINEDH Central	1,015	1,000.00	15.38
14	Formação de professores à distância em apoio psicossocial para adultos, crianças e jovens, usando watsap, sms e mensagens simples para professores.	Professores formados em apoio Psicossocial	Alunos se beneficiando se do apoio Psicossocial resultante da capacitação dos	MINEDH Central	308	308.00	4.74
15	Inclusão, nos conteúdos à distancia, de temas relevantes para o atendimento específico de crianças com deficiência e ou com necessidades educativas especiais e prevenção da violência e abusos.	Conteúdos relevantes sobre atendimento específico de crianças com necessidades educativas especiais incorporados	Crianças com necessidades educativas especiais abrangidas nos conteúdos à distancia	MINEDH Central	250	250.00	3.85
16	Elaboração de cenários para possível reajuste do Calendário Escolar 2020	Calendário escolar 2020 revisto	Implementação do calendário revisto	MINEDH/ PROVINCIA/DISTRITO	148	145.50	2.24
22	Rever o calendário escolar no caso de extensão do estado de emergência	calendario Revisto	implementacao do calendario revisto	MINEDH Central/ Provincia/ Distrito	148	145.50	2.24
23	Continuar com ensino à distância ao semelhança da fase 2 (actividades detalhadas no anexo)	Processo de ensino e aprendizagem em curso	Número de aulas difundidas pelos meios de comunicação	MINEDH Central/ Provincia/ Distrito	18,590	18,308.00	281.66
24	Reforço de estratégias de apoio psicossocial à distância e formação de formadores e professores, gestores e conselheiros de Escola sobre Apoio Psicossocial e VBG e Violência contra criança.	Reforçadas as estratégias sobre o apoio psicossocial; Violência contra Criança e VGB	escolas instituições de formação de professores mais capacitadas sobre as matérias em referencia	MINEDH Central	508	500.00	7.69
25	Fomento de programas para aprendizagem em família incluindo apoio psicossocial	Programas para aprendizagem em família disponíveis	% Famílias se beneficiando em aprendizagem incluindo apoio psicossocial	Provincias	5,077	5,000.00	76.92
26	Gravação e Inserção nas radios comunitarias 60 dias de mais	Alunos da modalidade Bilingue beneficiam- de aulas nas 19 linguas moçambicanas	583.803 Aluno beneficiando	Provincia/ Distrito	1,966	1,936.00	29.78
27	Promoção de programas de apoio suplementar a alunos com deficiência.	Programas de apoio suplementar a alunos com deficiência promovidos	% de programas de apoio suplementar a alunos com deficiência	MINEDH Central	254	250.00	3.85
29	Alcance as crianças sem meios televisivos com outras modalidades, tais como exercicios impresso, etc.	Alunos sem meios televisivos/rádios com acesso a aprendizagem	Número de alunos sem meios televisivos/rádios com acesso a aprendizagem	MINEDH/ONG		48,750.00	750.00
D Promover o retorno dos alunos às escolas						818,727.15	12,595.80
31	Disponibilização dos recursos necessários para desinfectão das mãos e espaços da escola e reforço na disponibilização de água e sabão e outros produtos de higienização para desinfectão das mãos e espaços no ambiente de trabalho.	Recursos para garantir a higiene individual, colectiva e de superfícies disponibilizados	% de Escolas com boa higiene e saneamento do meio	Provincias	29,760	29,760.00	457.85
33	Continuação dos programas de prevenção da violência baseada género e abuso de crianças.	Programas de prevenção da violência baseada género e abuso de crianças em implementação	% de Escolas que implementam programas de prevenção da violência	MINEDH Central	3,615	3,560.15	54.77
35	Continuação dos programas de capacitação PSS.	Capacitados professores, formadores em Programa de apoio psicossocial	% de professores, formadores capacitados em Programa de	MINEDH Central	1,015	1,000.00	15.38
36	Implementar a Alimentação escolar para beneficiar cerca de 13 mil alunos do centro lar internatos no Distrito	Implementada a Alimentação Escolar na lars	% de Alunos se beneficiando de alimentacao escolar	MINEDH/ Provincias/ distritos	51,785	51,000.00	784.62
37	Distribuir 2500 Kit de Dignidade (3 calções, 1 barra de sabao e 1 pacote de omo) para igual numero de raparigas na lars internatos	distribuido 2500 kit de dignidade as raparigas nas lars	% de raparigas beneficiadas do kit de dignidade	MINEDH/ Provincias/ distritos	2,538	2,500.00	38.46
39	Reforço do apoio directo a Escola (ADE) para suprir as necessidades de funcionamento nas Escolas	Disponibilizado o apoio directo as escolas	% de Escolas em pleno funcionamento com base no ADE	MINEDH/ Provincias/ distritos	162,469	160,007.00	2,461.65
40	Adquirir livros e kits de aprendizagem para os alunos	Disponibilizado o livro nas escolas	% de alunos beneficiadas do livro	MINEDH/ Provincias/ distritos	578,668	569,900.00	8,767.69
41	Sensibilização dos pais e comunidade sobre a importância de reenviarem os filhos/as para a escola e implementação de programas acelerados/remediação da educação.	Pais e comunidades Sensibilizadas em manter seus filhos na escola	% de alunos existentes nas escolas comparando com o período antes da emergência	MINEDH Central/ Provincia/ Distrito	1,015	1,000.00	15.38
Gestão do programa						34,840.00	536.00
	Monitoria e avaliação	Desempenho do programa monitoriado	Nr de relatório de monitoria	MINEDH Central/Provincias	18,590.00	18,590.00	286.00
	Gestão do projeto (UNICEF)	Programa gerido	Relatórios produzidos	UNICEF	16,250.00	16,250.00	250.00
TOTAL GERAL						974,990.15	14,999.85

Orçamento geral

	Componente	Valor proposto (USD)
1	Promover a educação para a Saúde e Higiene	102,000
2	Manter em funcionamento os serviços do sector aos níveis central e local	386,000
3	Garantir a continuidade do processo de ensino e aprendizagem*	1,381,000
4	Promover o retorno dos alunos às escolas *	12,595,000
5	Monitoria e avaliação	286,000
6	Gestão do projeto (Agencia de Gestão)	250,000
	TOTAL	15,000,000

NOTA: Os valores indicados * podem ser reajustados em função do estágio/evolução do COVID-19, que vai influenciar o período de encerramento escolar.

BIBLIOGRAFIA

1. CCCM/IOM, Actualizações, 16-2-2020
2. COE, Cabo Delgado, Informe sobre as acções dos malfeitores, 5 de fevereiro 2020
3. ENPP/ECW, 28-2-2019. ECW and Porticus announce new partnership focusing on measuring holistic learning outcomes
4. ENPP/ECW, 28-2-2019. Yasmine Sherif (directora de ENPP/ECW) In: ECW and Porticus announce new partnership focusing on measuring holistic learning outcomes
5. Gabinete de Reconstrução, Moçambique Ciclone Idai, Avaliação de Necessidades Pós Desastre, Maio 2019
6. IAHE, Interagency Humanitarian Evaluation of the response to the cyclone Idai, October-December 2019
7. INE, Ministério da Saúde, e ICF International (2013). Moçambique Inquérito Demográfico e de Saúde 2011. Calverton, Maryland, USA: MISAU, INE e ICFI.
8. INE e MINEDH (2019) National Strategy for Development of Education Statistics 2019-2023. Draft Document
9. INGC, INGC, SitRep, 11 de Maio 2019
10. Global Education Cluster, Cluster Coordination Performance Monitoring, February 2020
11. GCEeE, Financial overview, 6-2-2020
12. GCEeE, Resumo de finanças, 11-3-2020
13. GCEeE, Resumos do progresso, Janeiro 2020
14. GNUCAH/UNOCHA, África Austral: Cyclone Kenneth Tropical, Flash Update No.8, 3 de Maio de 2019
15. GNUCAH/OCHA, Plano de Resposta Humanitária, Novembro 2018-Maio 2020, revisto em Agosto 2019
16. OCHA, Nota de concepção para CERF, 25-2-2020
17. GNUCAH/OCHA, Nota da concepção CERF, 2-3-2020
18. GNUCAH/UNOCHA SitRep no. 20, 6 Maio 2019
19. GNUCAH/UNOCHA, Southern Africa: Tropical Cyclone Kenneth, Flash Update No.13, 12 de maio 2019
20. IOM DTM team, 1 Junho de 2019
21. IOM, Matriz de monitoria de deslocação, Dezembro 2019
22. MINEDH, Actualização de danos, 2019-2020 no período outubro 2019-janeiro 2020, 31-1-2020
23. MINEDH, Apresentação para Conselho Consultativo 5-2-2020
24. MINEDH (2018) Concept Note - Application for the Education Sector Plan Development Grant (2020-2029). December 2018: Maputo
25. MINEDH, Estratégia de Educação para a resposta e recuperação de emergências Idai e Kenneth, 2019-2020, fevereiro 2020
26. MINEDH, Plano Estratégico da Educação (PEE), 2020-2029, esboço 5, janeiro 2020
27. MINEDH (2019b) Relatório de desempenho do sector da educação 2018. Plano estratégico de educação, 20ª Reunião Anual de Revisão, 24 - 25 de Abril de 2019. Maputo: MINEDH.
28. MOPHRH, Programa de Reconstrução e Recuperação Pós Ciclones - PREPOC Moçambique 2019
29. ONUSIDA (2018) Country Factsheets. Mozambique 2018. UNAIDS. AIDS Info. Acessível em: <https://www.unaids.org/es/regionscountries/countries/mozambique>
30. República de Moçambique, Conselho de Ministros, Plano anual de contingência, 2019-2020, 29-10-2019
31. UNICEF, <https://data.unicef.org/country/moz/>, taxa de escolaridade líquida ensino primário 71%
32. World Bank, Strong but not Broadly Shared Growth. Mozambique - Poverty Assessment. April 2018. Poverty and Equity Global Practice. World Bank Group. Africa Region